



**RELATÓRIO
SOBRE
A SOLVÊNCIA E A SITUAÇÃO FINANCEIRA
(SFCR)**

RNA Seguros de Assistência, SA

8 de maio de 2019

Índice

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	5
1.1 Atividades e Desempenho	5
1.2 Sistema de Governação.....	5
1.3 Perfil de Risco.....	6
1.4 Avaliação para Efeitos de Solvência	6
1.5 Gestão do Capital.....	7
2. ATIVIDADES E DESEMPENHO	8
2.1 Atividades	8
2.1.1 Tendências e Fatores que Contribuem para o Desenvolvimento, Desempenho e Situação da Companhia	8
2.1.2 Objetivos de Negócio	11
2.1.3 Titulares Diretos e Indiretos de Participações Qualificadas na Companhia.....	12
2.1.4 Empresas Participadas Relevantes.....	12
2.1.5 Estrutura do Grupo Simplificada.....	12
2.1.6 Supervisão Financeira.....	13
2.1.7 Auditor Externo	13
2.2 Desempenho da Subscrição	13
2.2.1 Rendimentos e Despesas de Subscrição por Classes de Negócio e Zonas Geográficas Materiais em 2018.....	13
2.3 Desempenho dos Investimentos	14
2.3.1 Rendimentos e Despesas Referentes às Atividades de Investimento em 2018	14
2.3.2 Investimentos em Titularizações e Procedimentos de Gestão de Riscos da Companhia em Relação a Esses Valores Mobiliários ou Instrumentos	15
2.4 Desempenho de Outras Atividades.....	15
2.5 Eventuais Informações Adicionais Relativas à Avaliação e ao Desempenho da Companhia	15
3. SISTEMA DE GOVERNAÇÃO	16
3.1 Informações Gerais sobre o Sistema de Governação	16
3.1.1 Modelo de Governação.....	16
3.1.2 Competências e Modo de Funcionamento do Conselho de Administração	18
3.1.3 Vinculação da Sociedade.....	18
3.1.4 Transações Materiais com Acionistas, Pessoas que Exercem Influência Significativa na Companhia e Membros do Órgão de Direção, Administração ou Supervisão	19
3.2 Gestão de Recursos Humanos	19
3.2.1 Estrutura Funcional <i>versus</i> Objetivos.....	19
3.2.2 Atribuição de Competências e Funções.....	21
3.2.3 Subcontratação.....	22
3.2.4 Requisitos de Qualificação e de Idoneidade.....	22
3.2.5 Independência do Organismo de Controlo e Funções-Chave	26
3.2.6 Política de Remunerações.....	30
3.3 Sistema de Gestão de Riscos	32
3.3.1 Planeamento e Definição de Objetivos.....	32
3.3.2 Identificação e Gestão de Riscos	33
3.4 Sistema de Controlo Interno	45

3.4.1	Âmbito e Objetivos das Atividades de Controlo	45
3.4.2	Informação e Comunicação	50
3.4.3	Monitorização	51
3.4.4	Implementação de Novos Processos e Procedimentos de Avaliação dos Riscos	53
3.4.5	Introdução de Melhorias em Processos e Procedimentos Existentes	58
3.4.6	Monitorização e Avaliação de Riscos	58
3.4.7	Atividades a Desenvolver	59
3.4.8	Impacto das Mudanças sobre os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno	60
3.5	Avaliação da Adequação do Sistema de Governação.....	60
3.6	Eventuais Informações Adicionais Relativas ao Sistema de Governação da Companhia.....	61
4.	PERFIL DE RISCO	62
4.1	Perfil de Risco por Categorias de Risco	62
4.1.1	Riscos de Subscrição Não-Vida	62
4.1.2	Risco de Mercado	62
4.1.3	Risco de Incumprimento pela Contraparte	65
4.1.4	Outros Riscos Materiais	65
4.2	Concentração de Riscos Materiais.....	66
4.3	Técnicas de Mitigação do Risco e Processos de Monitorização da Eficácia Contínua das Mesmas	66
4.3.1	Mitigação de Riscos	66
4.3.2	Monitorização da Eficácia das Técnicas de Mitigação do Risco Implementadas ..	72
4.4	Eventuais Informações Adicionais Relativas ao Perfil de Risco da Companhia.....	72
5.	AValiação PARA EFEITOS DE SOLVÊNCIA.....	73
5.1	Ativos.....	74
5.1.1	Ativos Financeiros	74
5.1.2	Ativos Imobiliários	77
5.1.3	Outros Ativos.....	77
5.1.4	Recuperáveis de Contratos de Resseguro e de Outras Entidades Instrumentais	79
5.2	Provisões Técnicas.....	80
5.2.1	Melhores Estimativas das Provisões Técnicas	81
5.2.2	Margem de Risco.....	87
5.2.3	Variação das Provisões Técnicas para Efeitos de Solvência II e Demonstrações Financeiras.....	87
5.3	Outras Responsabilidades	89
5.4	Métodos Alternativos de Avaliação.....	90
5.5	Eventuais Informações Adicionais Relativas à Avaliação dos Elementos do Ativo e do Passivo da Companhia para Efeitos de Solvência.....	91
6.	GESTÃO DO CAPITAL.....	92
6.1	Fundos Próprios	92
6.1.1	Objetivos, Políticas e Processos	92
6.1.2	Estrutura, Quantidade e Qualidade dos Fundos Próprios	93
6.1.3	Classificação de Fundos Próprios.....	95
6.2	Requisito de Capital de Solvência (SCR) e Requisito de Capital Mínimo (MCR)	97
6.2.1	Informação Qualitativa e Quantitativa Sobre o Requisito de Capital de Solvência (SCR) e Requisito de Capital Mínimo (MCR) da Companhia.....	98
6.2.2	Ajustamento por <i>Loss Absorbing Capacity</i> (ALAC)	103

6.3	Utilização do Submódulo de Risco Acionista Baseado na Duração para Calcular o Requisito do Capital de Solvência	104
6.4	Diferenças entre a Fórmula-padrão e Qualquer Modelo Interno Utilizado	104
6.5	Incumprimento do Requisito de Capital de Solvência (SCR) e Incumprimento do Requisito de Capital Mínimo (MCR).....	104
6.5.1	Incumprimento do Requisito de Capital de Solvência (SCR)	104
6.5.2	Incumprimento do Requisito de Capital Mínimo (MCR)	104
6.6	Eventuais Informações Adicionais Relativas à Gestão do Capital da Companhia.....	104
7.	ANEXOS	105
7.1	Informação Quantitativa	106
7.2	Declaração de Aprovação do Relatório Periódico de Supervisão e do Relatório Sobre a Solvência e a Situação Financeira	121
7.3	Ata de Aprovação do Relatório Periódico de Supervisão e do Relatório Sobre a Solvência e a Situação Financeira.....	123

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório foi elaborado tendo como base informação da RNA Seguros de Assistência, SA (Companhia) relativa ao ano 2018 e aos seguintes pontos sobre os quais o mesmo se debruça:

1.1 Atividades e Desempenho

A Companhia completou em 2018 o seu quarto ano de atividade.

Sendo uma Companhia especializada na distribuição de Seguros de Assistência, os seus principais clientes são as Seguradoras generalistas que operam no mercado e que procuram um operador especializado nesta área, para transferir o risco da Assistência dos seus diversos produtos.

O exercício de 2018 encerrou de forma positiva, com um resultado líquido de 2.027.415 Euros e um montante de Capitais Próprios de 7.453.161 Euros.

Em 2018, os prémios brutos emitidos ascenderam a 23.763.314 Euros e os prémios adquiridos líquidos de resseguro correspondiam a 23.008.632 Euros.

Além disso, em 2018, os custos com sinistros totalizaram 19.587.890 Euros e houve uma diminuição de 3% na taxa de sinistralidade, que baixou de 88,2% em 2017 para 85,1% em 2018, como resultado das ações desenvolvidas pela Companhia, sobretudo no controlo dos resultados dos contratos com maior peso na carteira.

Os fundos próprios da Companhia permitem assegurar a cobertura do Requisito de Capital de Solvência (SCR, na sigla inglesa) apurado com base nos novos critérios mais exigentes que entraram em vigor a 1 de janeiro de 2016.

A evolução positiva na produção face ao ano anterior, resulta da estratégia seguida de resposta de qualidade às necessidades dos clientes em carteira e procura de novos clientes, tanto em seguro direto como em resseguro aceite.

1.2 Sistema de Governação

A Companhia atualizou e melhorou os seus sistemas de Gestão de Risco e de Controlo Interno para satisfazer as expectativas da estrutura do Solvência II.

O sistema de governação da Companhia baseia-se num conjunto de políticas e procedimentos, numa clara alocação de papéis e responsabilidades e na existência de

órgãos de governação dedicados que permitam ao Conselho de Administração assegurar a identificação dos principais riscos daquela, que são monitorados e relatados à mesma.

Este quadro de governação inclui entre outros, nomeadamente, a identificação de 4 funções-chave de controlo (Auditoria Interna, Função Atuarial, Gestão de Riscos e *Compliance*).

A gestão de risco da Companhia baseia-se em procedimentos e análises qualitativos e quantitativos adaptados à natureza de cada um dos riscos a que a mesma se encontra exposta e, em particular, a avaliação quantitativa dos riscos é feita através da avaliação das necessidades de capital daquela, calculados de acordo com a fórmula padrão.

1.3 Perfil de Risco

Os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno estão definidos e têm vindo a ser implementados.

A atividades de gestão de risco que foram desenvolvidas permitiram a identificação dos principais riscos a que a Companhia está exposta, tendo cada um deles sido alvo de ações mitigadoras apropriadas.

No final de 2018, o Requisito de Capital de Solvência (SCR) dos riscos de Subscrição Não Vida, de Mercado, Operacional e de Incumprimento pela Contraparte são, respetivamente o primeiro, segundo, terceiro e quarto a contribuir para o Requisito de Capital de Solvência (SCR) total da Companhia, representando, respetivamente, os primeiro, segundo e quarto, 89%, 22% e 7% do Requisito de Capital de Solvência de Base (BSCR, na sigla inglesa) com requisito de capital de 6.762.783 Euros, 1.644.683 Euros e 508.957 Euros.

1.4 Avaliação para Efeitos de Solvência

Não houve, em 2018 e relativamente ao ano 2017, alterações nos métodos de avaliação utilizados para a elaboração do Balanço Prudencial de Solvência II.

Os métodos de avaliação adotados estão em conformidade com os requisitos regulamentares inerentes ao regime Solvência II, nomeadamente no que se refere à avaliação de:

- melhor estimativa de responsabilidades;

- margem de risco;
- valor de mercado dos investimentos financeiros.

Da avaliação realizada, pode concluir-se pela razoabilidade das melhores estimativas efetuadas das provisões para sinistros e das provisões para prémios, tendo-se chegado à mesma conclusão relativamente aos fluxos de caixa futuros apresentados.

1.5 Gestão do Capital

Os fundos próprios elegíveis da Companhia ascendem a 9.032.879 Euros no final de 2018.

Em 2018, o Requisito de Capital de Solvência, determinado de acordo com a fórmula padrão) atinge 6.592.347 Euros, traduzindo-se num rácio de cobertura de 137,02%, enquanto o Requisito de Capital Mínimo (MCR, na sigla inglesa) representa um rácio de cobertura de 356,64%.

Estes rácios revelam explicitamente que a Companhia dispõe de fundos próprios elegíveis que lhe permitem exercer a sua atividade, apoiar o seu desenvolvimento e assegurar a sua sustentabilidade.

Com base nos resultados das projeções como parte de seu plano de negócio, a Companhia espera um índice de cobertura do Requisito de Capital de Solvência (SCR) acima das exigências regulatórias até 2023.

2. ATIVIDADES E DESEMPENHO

A RNA Seguros de Assistência, SA (Companhia) é uma empresa de seguros cuja empresa-mãe, RNA - Rede Nacional de Assistência, SA, é uma «sociedade gestora de participações de seguros mista», na aceção da alínea g) do Artigo 252.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR) aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

2.1 Atividades

2.1.1 Tendências e Fatores que Contribuem para o Desenvolvimento, Desempenho e Situação da Companhia

A Companhia iniciou a sua atividade a 1 de janeiro de 2015, tendo, até ao momento, optado por dar prioridade à consolidação da sua atividade e à definição e implementação dos procedimentos inerentes ao correto e adequado desenvolvimento da mesma.

Atividade da Companhia

Produção e Sinistralidade

Em 2018, o montante dos prémios brutos emitidos foi de 23,8 milhões de Euros tendo os prémios adquiridos líquidos de resseguro atingido os 23 milhões de Euros.

	U: Euros		
	2018	2017	Δ%
Prémios Brutos Emitidos	23.763.314	22.993.821	3%
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro	23.008.632	22.358.702	3%

A evolução positiva da produção face ao ano anterior, resulta da estratégia seguida de resposta de qualidade às necessidades dos clientes em carteira e procura de novos clientes, tanto em seguro direto como em resseguro aceite.

Os custos com sinistros líquidos de resseguro foram, em 2018, de 19,6 milhões de Euros, a que correspondeu uma taxa de sinistralidade de 85,1%.

	U: Euros		
	2018	2017	Δ%
Custos com Sinistros	19.587.890	19.719.809	-1%
Taxa de Sinistralidade	85,1%	88,2%	-4%

A redução de 3 pontos percentuais da taxa de sinistralidade face ao registado no ano

anterior foi resultado das ações desenvolvidas pela Companhia, sobretudo no controlo dos resultados dos contratos com maior peso na carteira.

Despesas Gerais (Custos e Gastos de Exploração + Gastos de Investimento)

Os custos e gastos de exploração acrescidos dos gastos de investimentos foram de 772.973 Euros, sendo a maior parcela dos mesmos os Custos com Pessoal do Grupo afetos à Companhia, situação que decorre do sistema de organização da mesma, muito apoiado nas sinergias da mesma com a estrutura e serviços do seu único acionista.

O rácio de despesas gerais foi de 3,4%, pelo que o rácio combinado no exercício de 2018 se fixou em 88,5%.

U: Euros

Despesas Gerais	2018	2017
Custos e Gastos de Exploração + Gastos de Investimento	772.973	804.159

Análise Financeira

As provisões técnicas da Companhia incluem Provisões para Prémios Não Adquiridos e Provisões para Sinistros, com a distribuição apresentada no quadro seguinte.

U: Euros

Provisões Técnicas	2018	2017
Provisão para Prémios Não Adquiridos	223.692	494.558
Provisão para Sinistros - Outros Ramos	2.026.355	1.825.349
Provisão para Desvios de Sinistralidade	0	0
Provisão para Riscos em Curso	0	0
Outras Provisões Técnicas	0	0
Total	2.250.048	2.319.907

U: Euros

Cobertura das Provisões Técnicas	2018	2017
Valores Mobiliários	0	0
Ações	0	0
Obrigações	0	0
Unidades de Participação	0	0
Imóveis	0	0
Empréstimos	0	0
Depósitos	3.300.092	3.757.604
Outros Ativos	0	0
Total	3.300.092	3.757.604
Provisões Técnicas	2.250.048	2.319.907
Rácio de Cobertura	147%	162%

As provisões técnicas da Companhia totalizam 2,25 milhões de Euros e estão

representadas por 3,3 milhões de Euros de investimentos afetos, o que representa um grau de cobertura de 147%.

Em 2018, as responsabilidades da Companhia relativas às provisões técnicas correspondem a 9,8% do valor dos prémios adquiridos no exercício, valor não muito distante do registado no ano anterior.

Rácio de Provisões Técnicas sobre Prémios Adquiridos	2018	2017
Provisões Técnicas / Prémios Adquiridos	9,8%	10,4%

Aos ativos financeiros afetos à cobertura das responsabilidades da Companhia acresce o valor de 4,6 milhões de Euros dos ativos financeiros livres de responsabilidades.

O quadro seguinte demonstra que os ativos da Companhia são representados a 100% por depósitos, à semelhança do registado no ano anterior, resultando esta estrutura da carteira de ativos do facto de a Companhia privilegiar investimentos sem risco e de nos Seguros de Assistência as responsabilidades serem de curto prazo, o que obriga a ter garantida a liquidez dos investimentos.

U: Euros

Evolução dos Investimentos	2017		2017	
Valores Mobiliários	0	0%	0	0%
Ações	0	0%	0	0%
Obrigações	0	0%	0	0%
Unidades de Participação	0	0%	0	0%
Imóveis	0	0%	0	0%
Empréstimos	0	0%	0	0%
Depósitos	7.853.727	100%	6.366.812	100%
Outros	0	0%	0	0%
Total	7.853.727	100%	6.366.812	100%

Apresentação de Resultados e Capitais Próprios

O resultado técnico do exercício de 2018 foi de 2.640.379 Euros, o que está dentro das estimativas do plano de negócio inicial, correspondendo a 141% do resultado líquido do exercício anterior.

U: Euros

Resultados	2018	2017	Δ%
Resultado Técnico	2.653.091	1.846.407	144%
Resultado Não Técnico	-12.712	3.400	
Resultado Antes de Impostos	2.640.379	1.849.806	
Imposto Sobre os Rendimentos	(612.964)	(409.436)	
Resultado do Exercício	2.027.415	1.440.370	141%

O exercício de 2018 encerrou de forma positiva, com um resultado líquido de

2.027.415 Euros e um montante de capitais próprios de 7.453.161 Euros.

Os Capitais Próprios registaram um aumento de 37%, face ao ano anterior.

U: Euros

Capitais Próprios	2017	2017	Δ%
Capital	2.500.000	2.500.000	
Reservas de Reavaliação			
Outras Reservas	2.925.746	1.485.375	
Reserva Legal	292.574	148.537	
Outras Reservas	2.633.171	1.336.838	
Resultados Transitados	0	0	
Resultado do Exercício	2.027.415	1.440.370	
Total	7.453.161	5.425.746	37%

Apesar da ainda curta existência da Companhia e do consequente efeito penalizante que esta situação acarreta no cumprimento dos requisitos de capital de solvência exigidos pela Lei 147/2015, de 9 de setembro, a mesma registou uma subida muito razoável dos seus rácios de solvência.

A 31 de dezembro de 2018, a Companhia registou um rácio de cobertura do Requisito de Capital Mínimo (MCR) de 356,64% e um rácio de cobertura do Requisito de Capital de Solvência (SCR) de 137,02%.

De qualquer modo, continua a haver necessidade de manter o empréstimo subordinado contraído em 2016, de modo a garantir os requisitos de capital de solvência exigidos.

2.1.2 Objetivos de Negócio

Classes de Negócio

A Companhia apenas explora Seguros de Assistência e, genericamente, os seus produtos dividem-se nos seguintes ramos:

- Assistência a Pessoas
- Assistência em Viagem
- Assistência Lar
- Assistência Animal

Estes produtos são designados por “produtos maduros”, caracterizando-se pelo seu elevado carácter de previsibilidade por já existirem produtos similares no mercado.

Perspetivas de Evolução

O Conselho de Administração encara com otimismo as perspetivas de evolução da Companhia nos próximos anos e, em 2019, perspetiva-se uma consolidação do resultado da mesma, com enfoque particular no resseguro aceite, mas também com uma forte aposta no crescimento do negócio de seguro direto.

Zonas Geográficas Materiais em que a Companhia Exerce a Sua Atividade

Nos exercícios de 2015, 2016, 2017 e 2018 a atividade desenvolvida pela Companhia foi realizada, na sua totalidade, em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por zonas geográficas.

2.1.3 Titulares Diretos e Indiretos de Participações Qualificadas na Companhia

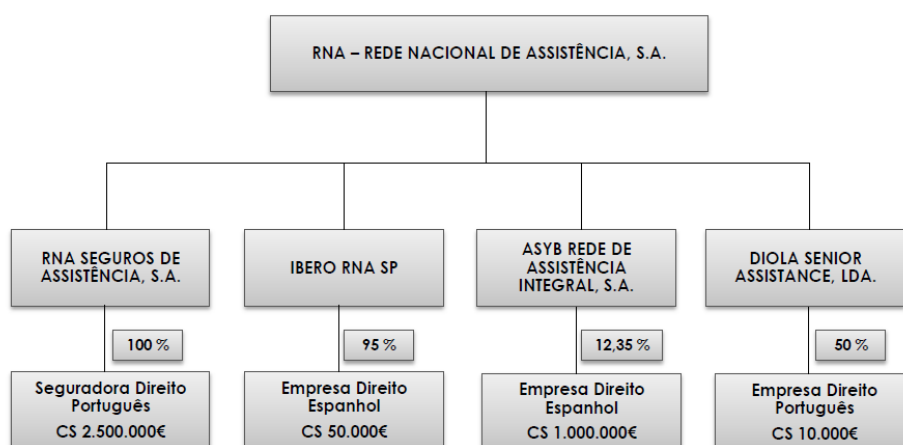
A Companhia é detida exclusivamente por um titular, a RNA - Rede Nacional de Assistência, SA, com sede social na Av. Eng. Duarte Pacheco, Torre 1, 12.º andar, Sala 1, 1070-101 Lisboa que detém 100% do capital social da mesma.

2.1.4 Empresas Participadas Relevantes

A Companhia não participa em nenhuma outra empresa.

2.1.5 Estrutura do Grupo Simplificada

O organograma completo e detalhado da estrutura de participações do grupo consta do quadro seguinte:



Relativamente ao organograma da estrutura do grupo, deve referir-se que a empresa Diola Senior Assistance, Lda, na qual a RNA - Rede Nacional de Assistência, SA participa com uma quota de 50%, se encontra em processo de extinção.

2.1.6 Supervisão Financeira

A Companhia atua sob a supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), sediada na Av. da República, 76, 1600-205 Lisboa.

2.1.7 Auditor Externo

A Companhia é auditada por Joaquim Gonçalves e Associada Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, com sede na Rua Pedro Álvares Cabral, 6, R/C, 2685-228 Portela.

2.2 Desempenho da Subscrição

2.2.1 Rendimentos e Despesas de Subscrição por Classes de Negócio e Zonas Geográficas Materiais em 2018

Conforme referido anteriormente, a Companhia apenas explora Seguros de Assistência, não dispondo de informação diferenciadora dos rendimentos e despesas de subscrição por zonas geográficas.

Em termos de rendimentos de subscrição, os resultados da Companhia são os que constam do quadro seguinte:

U: Euros

Conta de Ganhos e Perdas	2018	2017
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro	23.008.632	22.358.702
Prémios Brutos Emitidos	23.763.314	22.993.821
Prémios de Resseguro Cedido	-1.317.633	-550.081
Provisão para Prémios Não Adquiridos (variação)	270.866	-134.324
Provisão para Prémios Não Adquiridos, parte resseguradores (variação)	292.085	49.286

A evolução positiva do valor dos prémios adquiridos líquidos de resseguro, face ao ano anterior, resulta da estratégia seguida de resposta de qualidade às necessidades dos clientes em carteira e procura de novos clientes, tanto em seguro direto como em resseguro aceite.

Em termos de despesas de subscrição, os resultados da Companhia são os que constam do quadro seguinte:

U: Euros

Conta de Ganhos e Perdas	2018	2017
Custos e Gastos de Exploração Líquidos	762.305	795.632
Custos de Aquisição	644.956	548.358

Custos de Aquisição Diferidos (variação)	0	0
Gastos Administrativos	117.348	247.275
Comissões e Participação nos Resultados de Resseguro	0	0

O aumento do montante de custos e ganhos de exploração líquidos resulta da política de afetação de gastos do grupo adotada no exercício de 2017 e continuada em 2018.

2.3 Desempenho dos Investimentos

As decisões sobre investimentos são tomadas pela Administração, conjuntamente com a Direção Financeira e o respetivo mapa de investimentos é facultado à área da Contabilidade, que está subcontratada com a empresa Extremos-Software Lda.

A política da Companhia em matéria de investimentos privilegia os princípios de prudência e segurança, levando à opção pelo investimento em depósitos (à ordem e a prazo de taxa fixa), o que não implica que a mesma não esteja exposta a determinados riscos, que procura monitorizar e mitigar tendo em consideração as responsabilidades assumidas.

O princípio básico de qualquer Seguradora no que respeita ao investimento é o de maximizar a rentabilidade financeira sujeita à satisfação de todas as obrigações contratuais, reconhecendo as incertezas envolvidas e as responsabilidades assumidas e o nível de provisões livres.

Por outro lado, no relatório atuarial anual é apresentada uma avaliação do ALM da Companhia, concluindo-se que a mesma apresenta uma política de investimentos adequada e um equilíbrio aceitável entre ativos e passivos.

2.3.1 Rendimentos e Despesas Referentes às Atividades de Investimento em 2018

Em termos de rendimentos referentes às atividades de investimento realizadas em 2018, os resultados da Companhia são os que constam do quadro seguinte, devendo referir-se que os rendimentos apresentados representam ganhos líquidos de despesas:

U: Euros

Investimentos	2018		2017	
	Montante	Rendimentos	Montante	Rendimentos
Investimentos Afetos às Provisões Técnicas	3.300.092	6.710	3.757.604	15.245
Depósitos a Prazo	3.300.092	6.710	3.757.604	15.245
Investimentos Livres de Responsabilidades	4.553.635	2.837	2.609.208	3.573
Depósitos à Ordem	2.550.835	0	359.208	0

Depósitos a Prazo	2.002.800	2.837	2.250.000	3.573
TOTAL	7.853.727	9.547	6.366.812	18.818

2.3.2 Investimentos em Titularizações e Procedimentos de Gestão de Riscos da Companhia em Relação a Esses Valores Mobiliários ou Instrumentos

A política da Companhia em matéria de investimentos é, conforme referido anteriormente, norteadada por critérios de prudência e segurança, apenas prevendo investimento em depósitos (à ordem e a prazo de taxa fixa).

2.4 Desempenho de Outras Atividades

A Companhia não regista quaisquer rendimentos ou despesas materiais que não os rendimentos e despesas de subscrição ou investimento, não prevendo, de momento, vir a registá-los.

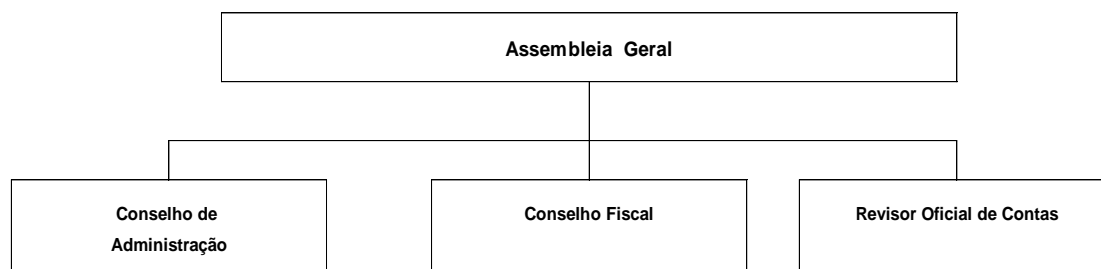
2.5 Eventuais Informações Adicionais Relativas à Avaliação e ao Desempenho da Companhia

Não existem quaisquer informações adicionais relativas à avaliação e ao desempenho da Companhia, que se considere relevante reportar.

3. SISTEMA DE GOVERNAÇÃO

3.1 Informações Gerais sobre o Sistema de Governação

3.1.1 Modelo de Governação



O modelo de governação em vigor na Companhia segue, salvaguardadas as especificidades que decorrem da sua dimensão, os princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos, nomeadamente, nas alterações ao Código das Sociedades Comerciais, através do Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de agosto, no Decreto-Lei n.º 2/2009, de 5 de janeiro, na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril e na Circular n.º 5/2009, de 19 de fevereiro, ambas do ex-Instituto de Seguros de Portugal (atualmente Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF)), sendo constituído pelos seguintes Órgãos:

- Assembleia Geral – Cujas mesa é composta por um Presidente e um Secretário;
- Conselho de Administração – Composto por três (3) membros eleitos pela Assembleia Geral, sendo um Presidente e dois Vogais;
- Conselho Fiscal – Composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos possui um curso superior adequado ao exercício das suas funções, tem conhecimentos em auditoria e contabilidade e é independente, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais;
- Revisor Oficial de Contas – Função confiada a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

Os mandatos dos órgãos sociais têm uma duração de quatro anos, renováveis (o mandato do Revisor Oficial de Contas só é renovável uma vez, salvo prorrogação sob proposta do órgão de fiscalização).

Refere-se ainda que alterações aos estatutos são sujeitas a aprovação em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração.

Comités

É importante destacar a existência de alguns comités, nos quais a organização assenta grande parte do processo de tomada de decisão. De entre eles, destacam-se:

- **Conselho de Administração:** é o órgão de gestão interna de mais alto nível da Companhia ao qual competem, entre outras, as funções de seguimento do cumprimento do plano estratégico, de acompanhamento do desempenho financeiro, de controlo orçamental, de análise do negócio e do posicionamento da mesma, de adoção de políticas, de criação de projetos e de aprovação de despesas não orçamentadas.
- **Comité de Acompanhamento:** órgão informal composto pelo Administrador Executivo e pelos diretores de 1ª linha, que tendo por missão acompanhar e monitorizar a implementação das políticas e ações definidas pelo Conselho de Administração:
 - Define o apetite ao risco;
 - Define o regime de incentivos;
 - Assegura a qualidade e transparência da informação sobre os fluxos dos riscos;
 - Assegura o nível de transparência para os *stakeholders*;
 - Assegura a eficácia das estruturas de governação;
 - Garante a deteção de fontes de destruição de valor;
 - Faz a integração da Gestão de Riscos com a subscrição;
 - Define o Código de Conduta dos colaboradores;
 - Define a estrutura orgânica e funcional;
 - Elabora *job descriptions*;
 - Assegura a organização da Gestão de Riscos;
 - Assegura o Controlo Interno a todos os níveis;
 - Elabora reportes internos;
 - Dá cumprimento à regra *comply or explain*.
- **Equipa de Gestão de Crises:** Tendo em vista acompanhar, em matéria de planeamento de soluções de contingência para fazer face a situações de crise interna ou generalizada resultantes de situações de catástrofe ou de insuficiência de liquidez, foi decidido elaborar para a Companhia os seus próprios Planos de Contingência.

Dada a reduzida dimensão da companhia e o seu número de colaboradores, não foram considerados outros comités.

3.1.2 Competências e Modo de Funcionamento do Conselho de Administração

De acordo com os estatutos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração, para além do mais consignado na lei:

- Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos e operações respeitantes ao objeto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da sociedade;
- Representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, confessar e transigir em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- Estabelecer a organização técnico-administrativa da sociedade e as normas de funcionamento interno, designadamente quanto ao pessoal e à sua remuneração (a Política de Remuneração, apesar de a Companhia não ter recursos humanos afetos, encontra-se definida em Ata do Conselho de Administração da mesma, para a qual se remete);
- Exercer as demais atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou pela Assembleia Geral.

O Conselho de Administração reúne obrigatoriamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que for convocado pelo seu Presidente, por sua iniciativa ou a solicitação de dois administradores.

O Conselho de Administração não poderá deliberar sem que esteja presente ou representada por outro administrador a maioria dos seus membros. As deliberações são tomadas pela maioria dos membros presentes ou representados, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate nas votações.

3.1.3 Vinculação da Sociedade

Ainda de acordo com os Estatutos da Sociedade, não tendo sido constituída Comissão Executiva, a Sociedade obriga-se:

- Pela assinatura de dois Administradores;
- Pela assinatura de um Administrador e de um Procurador, agindo este dentro dos limites do respetivo mandato;
- Pela assinatura de um só Administrador a quem o Conselho de Administração haja conferido poderes para a prática de ato certo e determinado;
- Pela assinatura de dois Procuradores;
- Pela assinatura de um Procurador constituído para a prática de ato certo e determinado.

3.1.4 Transações Materiais com Acionistas, Pessoas que Exercem Influência Significativa na Companhia e Membros do Órgão de Direção, Administração ou Supervisão

Tendo-se confirmado em dezembro de 2016, a entrada para 2017 de negócio importante e significativo e de forma a acautelar eventuais impactos do mesmo na margem de solvência, como medida adequada à prossecução do cumprimento do Requisito de Capital de Solvência (SCR) a Companhia procedeu ao reforço dos seus fundos próprios através de um empréstimo subordinado contraído junto da empresa-mãe (RNA - Rede Nacional de Assistência, SA detentora da totalidade do capital social da Companhia), no montante de 2.300.000 (dois milhões e trezentos mil) Euros, titulado por contrato que define os termos e condições da operação.

O empréstimo indicado será realizado sem prazo, subordinado à existência de uma margem de solvência superior a 100% e a 31 de dezembro de 2018, todo o montante do empréstimo subordinado contratualizado estava ainda em dívida.

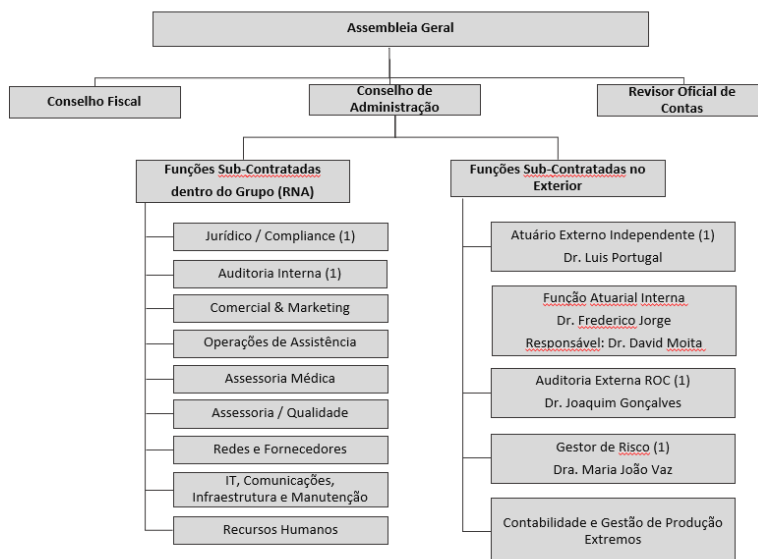
O exposto prende-se com o facto de os órgãos de administração da Companhia se encontrarem comprometidos com os princípios de gestão sã e prudente da mesma, assim como com a execução de políticas de gestão que fomentem o reforço da situação financeira atinente ao cumprimento de um nível de solvência sólido.

3.2 Gestão de Recursos Humanos

3.2.1 Estrutura Funcional *versus* Objetivos

É competência do Conselho de Administração definir e estabelecer uma estrutura hierárquica e funcional adequada, que facilite o cumprimento dos objetivos da Companhia, tanto no que se refere ao correto desenvolvimento da sua atividade como ao controlo das operações, tendo para tal definido o seguinte organograma funcional:

(organograma na página seguinte)



(1) Funções-Chave

3.2.2 Atribuição de Competências e Funções

Atendendo ao facto de as competências e funções estarem externalizadas quer na RNA - Rede Nacional de Assistência, SA quer em entidades externas ao grupo, estão salvaguardados através dos respetivos contratos de prestação de serviços os seguintes aspetos:

- Estabelecimento de instruções claras e precisas das responsabilidades e expectativas aos diretores, atribuindo-se os seus deveres de acordo com os seus conhecimentos e habilitações;
- Existência de canais para assegurar a comunicação entre os distintos níveis da organização;
- Distribuição das tarefas de forma razoável, com recursos suficientes para realizá-las, especialmente no que se refere à direção e supervisão do desempenho das funções atribuídas;
- Existência de uma adequada segregação de funções, que evite a atribuição de tarefas incompatíveis a uma mesma área ou pessoa.

Em geral, a realização de uma atividade e a sua supervisão não são da responsabilidade de uma mesma pessoa. Além disso, existem certas atividades cuja responsabilidade recai em distintas áreas ou pessoas quando se exige um maior controlo interno, por exemplo, no caso de operações de tesouraria e na realização de conciliações bancárias;

- Independência da unidade encarregada da supervisão e funcionamento dos controlos (esta função é assegurada pelo departamento de Auditoria Interna da RNA - Rede Nacional de Assistência, SA);

- Desenvolvimento de uma estrutura de poderes e competências para a autorização de operações vinculadas a processos críticos, através de um sistema de limites e autorizações prévias para a assunção de riscos.

Quando tenha sido previsto realizar operações que excedam os limites, estas devem estar claramente documentadas e contar com as autorizações prévias do Conselho de Administração ou, conforme o caso, do Comité ou das pessoas que estejam formalmente mandatadas para tal fim.

3.2.3 Subcontratação

Tendo todos os prestadores de serviços que trabalham com a Companhia jurisdição em Portugal, a Política de Subcontratação da Companhia foi decidida em Conselho de Administração e lavrada em ata na qual se prevê a forma como a mesma garante que os potenciais fornecedores de serviços dispõem de competência, capacidade e autorização requerida por lei para realizar de forma satisfatória as funções ou atividades exigidas, tendo em conta os objetivos e necessidades da mesma e os requisitos do regime Solvência II.

3.2.4 Requisitos de Qualificação e de Idoneidade

Avaliação dos Requisitos de Qualificação e Idoneidade

Cabe às Companhias verificar que as pessoas sujeitas a avaliação reúnem os requisitos de adequação necessários para o exercício das respetivas funções, pelo que se encontra estabelecido o processo de avaliação daqueles requisitos, dividido em três grandes atividades: (1) Avaliação; (2) Registo; (3) Nomeação.

A avaliação da adequação dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, do Revisor Oficial de Contas e do Atuário Responsável, dos responsáveis pelas funções de gestão de risco, função atuarial, *compliance* e auditoria interna, bem como das restantes pessoas –se existentes, diretores de topo, mandatários das sucursais, colaboradores que exercem funções-chave e responsáveis por funções ou atividades importantes ou fundamentais subcontratadas-, será a responsável pela função-chave Verificação do Cumprimento/*Compliance* (com exceção da sua própria avaliação que será da responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração da Companhia), cabendo ao Presidente do Conselho de Administração a aprovação dos relatórios de avaliação desenvolvidos (a aprovação da avaliação da adequação do Presidente do Conselho de Administração para o exercício das suas funções, será da responsabilidade do Presidente do Conselho Fiscal) (não tendo recursos humanos afetos, não se equaciona um crescimento da estrutura da Companhia que potencialmente justifique que as funções de avaliação da adequação das pessoas que desempenham ou exercem funções-chave sejam transferidas para um Diretor de Recursos Humanos (DRH) e/ou que seja criado um

Comité de Avaliação das pessoas que desempenham ou exercem funções-chave).

A avaliação é feita antes do início de funções (avaliação inicial) sendo a manutenção das condições de adequação confirmada com uma periodicidade trienal (avaliação sucessiva), mediante declaração a apresentar, para o efeito, pelo interessado, sempre que tais condições se mantenham.

Uma vez que as pessoas designadas devem comunicar à empresa de seguros quaisquer factos supervenientes à designação ou ao registo que alterem o conteúdo da declaração apresentada inicialmente, sempre que, no exercício das funções, se tome conhecimento de quaisquer circunstâncias supervenientes que possam determinar o não preenchimento dos requisitos, será efetuada uma avaliação extraordinária.

Qualificação e Competência

Preocupação da Companhia é garantir que todas as pessoas que dirijam efetivamente a Companhia ou nela sejam responsáveis por funções-chave, possuam, nos termos do previsto no n.º 1 do Artigo 67.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, qualificações profissionais, conhecimentos e experiência suficientes para uma gestão sã e prudente daquela, tendo particularmente em vista a salvaguarda dos interesses dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários.

A aferição da qualificação profissional das pessoas indicadas no parágrafo anterior é feita nos moldes elencadas nos n.ºs 2 e 3 do Artigo 67.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, presumindo-se “existir qualificação profissional adequada quando a pessoa em causa demonstre deter as competências e qualificações necessárias ao exercício das suas funções, adquiridas através de habilitação académica ou de formação especializada apropriadas ao cargo a exercer e através de experiência profissional cuja duração, bem como a natureza e grau de responsabilidade das funções exercidas, esteja em consonância com as características e seja proporcional à natureza, dimensão e complexidade da atividade da empresa de seguros ou de resseguros” (convém referir ainda que a “adequação da qualificação profissional de pessoa que integre um órgão colegial é aferida também em função da qualificação profissional dos demais membros do órgão que integra, de forma a garantir que, coletivamente, o órgão dispõe das valências indispensáveis ao exercício das respetivas funções legais e estatutárias em todas as áreas relevantes de atuação”).

Para além do exposto, tem-se igualmente presente, relativamente à Função Atuarial e ao Atuário Responsável o preceituado no n.º 3 do Artigo 76.º e no n.º 6 do Artigo 77.º do mesmo diploma legal, respetivamente, devendo a primeira “ser exercida por pessoas com conhecimentos de matemática atuarial e financeira adequados à natureza, dimensão e complexidade dos riscos inerentes à atividade da empresa de

seguros ou de resseguros e que demonstrem possuir experiência relativamente às normas aplicáveis” e podendo ser Atuário Responsável quem possua licenciatura, pós -graduação, mestrado ou doutoramento adequados, de cujo curriculum constem disciplinas ligadas às matemáticas atuariais e financeiras, tenha maturidade de conhecimentos atuariais e financeiros na área da atividade seguradora e resseguradora, aferida pela segurança, domínio e capacidade de relacionamento dos conceitos fundamentais e exerça atividade profissional de âmbito atuarial na área da atividade seguradora ou resseguradora, durante pelo menos cinco anos consecutivos ou interpolados durante os sete anos que antecedem o pedido de certificação.

Integridade e Valores Éticos

A Companhia tem um comprometimento efetivo com a sua integridade e os valores éticos bem como o meio em que atua. Este ambiente funciona como a consciência de controlo da Companhia e está presente no Código de Conduta da RNA - Rede Nacional de Assistência, SA, empresa-mãe daquela, na qual estão subcontratadas algumas das funções, incluindo funções-chave, e que define os princípios gerais da sua atuação, da atuação dos seus colaboradores e os valores éticos que devem ser assumidos por aquela e por estes no âmbito das suas funções.

Este Código de Conduta, divulgado e acessível a todos os colaboradores, contempla os seguintes aspetos:

- Âmbito e Finalidade;
- Princípios;
- Dever de Sigilo;
- Responsabilidade Social;
- Funcionamento Interno;
- Salvaguarda de Ativos;
- Relacionamento com Terceiros;
- Conflito de Interesses;
- Divulgação e Cumprimento.

Para além do exposto, é ainda preocupação da Companhia assegurar que todas as pessoas que a dirijam efetivamente ou nela sejam responsáveis por funções-chave, possuam, nos termos do previsto no n.º 1 do Artigo 68.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, possuam idoneidade para o efeito, isto é, gozem de boa reputação e integridade para assegurar um gestão sã e prudente daquela.

A verificação do requisito de idoneidade das pessoas indicadas no parágrafo anterior é feita nos moldes elencados nos n.ºs 2 a 12 do Artigo 68.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

Na avaliação da idoneidade atende -se ao modo como a pessoa gere habitualmente os negócios, profissionais ou pessoais, ou exerce a profissão, em especial nos aspetos que revelem a sua capacidade para decidir de forma ponderada e criteriosa, ou a sua tendência ter comportamentos compatíveis com a preservação da confiança do mercado, tomando em consideração todas as circunstâncias que permitam avaliar o comportamento profissional para as funções em causa.

Na apreciação da idoneidade têm-se em conta, pelo menos, as seguintes circunstâncias consoante a sua gravidade:

- a) Indícios de que a pessoa não agiu de forma transparente ou cooperante nas suas relações com quaisquer autoridades de supervisão ou regulação nacionais ou estrangeiras;
- b) Recusa, revogação, cancelamento ou cessação de registo, autorização, admissão ou licença para o exercício de uma atividade comercial, empresarial ou profissional, por autoridade de supervisão, ordem profissional ou organismo com funções análogas, ou destituição do exercício de um cargo por entidade pública;
- c) As razões que motivaram um despedimento, a cessação de um vínculo ou a destituição de um cargo que exija uma especial relação de confiança;
- d) Proibição, por autoridade judicial, autoridade de supervisão, ordem profissional ou organismo com funções análogas, de agir na qualidade de administrador ou gerente de uma sociedade civil ou comercial ou de nela desempenhar funções;
- e) Inclusão de menções de incumprimento na central de responsabilidades de crédito ou em quaisquer outros registos de natureza análoga, por parte da autoridade competente para o efeito;
- f) Resultados obtidos, do ponto de vista financeiro ou empresarial, por entidades geridas pela pessoa em causa ou em que esta tenha sido, ou seja, titular de uma participação qualificada, tendo especialmente em conta quaisquer processos de recuperação, insolvência ou liquidação, e a forma como contribuiu para a situação que conduziu a tais processos;
- g) Declaração de insolvência pessoal, independentemente da respetiva qualificação;
- h) Ações cíveis, processos administrativos ou processos criminais, bem como quaisquer outras circunstâncias que, atento o caso concreto, possam ter um impacto significativo sobre a solidez financeira da pessoa em causa.

No juízo valorativo sobre o cumprimento do requisito de idoneidade, é ainda considerada toda e qualquer circunstância cujo conhecimento seja legalmente acessível e que, pela gravidade, frequência ou quaisquer outras características atendíveis, permita fundar um juízo de prognose sobre as garantias que a pessoa em

causa oferece em relação a uma gestão sã e prudente da empresa de seguros ou de resseguros, pelo menos, as seguintes circunstâncias consoante a sua gravidade:

- a) A insolvência, declarada em Portugal ou no estrangeiro, da pessoa interessada ou de empresa por si dominada ou de que tenha sido administrador, diretor ou gerente, de direito ou de facto, ou membro do órgão de fiscalização;
- b) A acusação, a pronúncia ou a condenação, em Portugal ou no estrangeiro, por crimes contra o património, crimes de falsificação e falsidade, crimes contra a realização da justiça, crimes cometidos no exercício de funções públicas, crimes fiscais, crimes especificamente relacionados com o exercício de uma atividade financeira e com a utilização de meios de pagamento e, ainda, crimes previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- c) A acusação ou a condenação, em Portugal ou no estrangeiro, por infrações das normas que regem a atividade das instituições de crédito, das sociedades financeiras e das entidades gestoras de fundos de pensões, bem como das normas que regem o mercado de valores mobiliários e a atividade seguradora ou resseguradora, incluindo a mediação de seguros ou resseguros;
- d) A infração de regras disciplinares, deontológicas ou de conduta profissional, no âmbito de atividades profissionais reguladas;
- e) A destituição judicial, ou a confirmação judicial de destituição por justa causa, de membros dos órgãos de administração e fiscalização de qualquer sociedade comercial;
- f) Os factos praticados na qualidade de administrador, diretor ou gerente de qualquer sociedade comercial que tenham determinado a condenação por danos causados à sociedade, a sócios, a credores sociais ou a terceiros.

3.2.5 Independência do Organismo de Controlo e Funções-Chave

Organismo de Controlo

O Conselho de Administração define e controla a implementação de medidas de Controlo Interno. Além disso, as funções de Auditoria Interna são totalmente independentes (a supervisão do funcionamento dos controlos recai numa entidade independente, o departamento de Auditoria Interna da RNA - Rede Nacional de Assistência, SA).

Funções-Chave

Qualquer das pessoas que exerce funções-chave na estrutura organizativa da Companhia desenvolve a sua atividade com independência e imparcialidade, desempenhando as respetivas tarefas de forma objetiva e isenta de qualquer influência indevida de outras pessoas ou entidades e comunicando diretamente as conclusões relevantes ao órgão de direção, administração ou supervisão.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna (tal como a externa) exerce atividades de monitorização, avalia e comprova se os mecanismos e processos adotados, em termos de Controlo Interno, são adequados aos níveis de atividade da Companhia.

Remetendo-se para o referido nos pontos 3.4.1 Âmbito e Objetivos das Atividades de Controlo e 3.4.2 Informação e Comunicação do presente documento, importa sumarizar alguns aspetos igualmente mencionados ao longo do presente documento relativamente à Auditoria Interna:

- As funções de Auditoria Interna são totalmente independentes, sendo exercidas com total objetividade (a supervisão do funcionamento dos controlos recai numa entidade independente, o departamento de Auditoria Interna da RNA - Rede Nacional de Assistência, SA).
- Nos procedimentos de Auditoria Interna, estarão igualmente previstas metodologias de análise e controlo dos processos implementados ao nível dos sistemas informáticos da RNA - Rede Nacional de Assistência, SA e sua articulação com as competências e funções atribuídas a cada direção e colaborador da Companhia (sobre esta matéria, há um enfoque bastante grande em todos os aspetos relacionados com os acessos básicos aos sistemas de gestão e informação e com os perfis de segurança aplicáveis aos respetivos utilizadores).
- Nos termos de Ata de Conselho de Administração da Companhia:
 - “As conclusões, falhas ou fragilidades identificadas pela auditoria, assim como as consequentes recomendações, devem ser registadas, documentadas e reportadas diretamente ao Conselho de Administração de modo a garantir que as questões identificadas são prontamente tomadas em consideração.”;
 - “As situações reportadas devem ser objeto de acompanhamento contínuo por parte da auditoria de forma a assegurar a adoção das medidas necessárias à sua correção.”.

Função Atuarial e Função Atuarial vs Atuário Responsável

A Lei n.º 147/2015 de 9 de setembro prevê que as companhias de seguros e de resseguros devem dispor de uma função atuarial eficaz, devendo nomear um Atuário Responsável para efeitos de certificação, face à técnica seguradora ou resseguradora, dos elementos que sejam definidos em norma regulamentar pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) (Artigos 76.º e 77.º).

Atenta a dimensão e realidade da Companhia, a mesma entende que, com base no princípio da proporcionalidade, não se justificaria a nomeação de pessoas distintas para exercício da Função Atuarial e de Atuário Responsável, situação à qual a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) não deu o seu acordo, tendo imposto à mesma a nomeação de um Atuário Responsável para efeitos de certificação independente face a funções operacionais (em especial, face à função atuarial), bem como a designação e pedido de registo de um responsável pela Função Atuarial, que foi concretizada em 2018.

Tendo-se autonomizado Função Atuarial e Atuário Responsável, são competências do detentor da Função Atuarial:

- A validação do cálculo das provisões técnicas, assegurando a adequação das metodologias, modelos de base e pressupostos, bem como a suficiência e qualidade dos dados utilizados;
- A comparação do montante da melhor estimativa das provisões técnicas com os valores efetivamente observados;
- Emitir parecer sobre a política geral de subscrição e a adequação dos acordos de resseguro;
- Contribuir para a aplicação efetiva do Sistema de Gestão de Riscos, em especial no que diz respeito à modelização do risco em que se baseia o cálculo do requisito do capital de solvência e do Requisito de Capital Mínimo (MCR), bem como da Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA);
- Disponibilizar apoio atuarial na definição das bases técnicas dos produtos;
- Elaborar os relatórios trimestrais de provisionamento de prémios e sinistros;
- Elaborar o Relatório Atuarial anual;
- Ser nomeado e registado na Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) como Atuário Responsável para efeitos de certificação, face à técnica seguradora, dos elementos que venham a ser definidos por Norma Regulamentar daquela sobre a matéria.

Por sua vez, o Atuário Responsável faz a certificação, face à técnica seguradora ou resseguradora, dos elementos que sejam definidos em norma regulamentar, isto é:

- Emitirá opinião de índole atuarial, independente face a funções operacionais, em especial face à função atuarial, sobre a adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis do cálculo das provisões técnicas, dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro e de entidades com objeto específico de titularização de riscos de seguros e das componentes do Requisito de Capital de Solvência (SCR) relacionadas com esses itens;
- Apresentará ao órgão de administração o relatório de certificação nos moldes definidos em norma regulamentar, devendo incluir a formulação de

recomendações para a eventual melhoria da adequação referida no número anterior e, sempre que detete situações de incumprimento ou inexatidão materialmente relevantes, propor àquele órgão medidas que permitam regularizar tais situações, devendo o atuário responsável ser informado das medidas adotadas na sequência da sua proposta.

Conforme referido, o Atuário Responsável elabora anualmente relatório atuarial no âmbito do qual avalia e emite uma opinião independente e certificada sobre a adequação das provisões técnicas, as tarifas praticadas, o resseguro das responsabilidades existentes e a solvência da Companhia, tendo como base legislação e restantes normas em vigor sobre esta matéria.

Gestor de Riscos

Decorre da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, a necessidade de as empresas de seguros e de resseguros disporem da função de Gestão de Riscos, estruturada de modo a facilitar a implementação de um Sistema de Gestão de Riscos eficaz que compreende estratégias, processos e procedimentos de prestação de informação que permitem, a todo o tempo, identificar, mensurar, monitorizar, gerir e comunicar os riscos, de forma individual e agregada, a que a Companhia está ou pode vir a estar exposta e as respetivas interdependências.

O Gestor de Riscos da Companhia, entidade subcontratada, tem as seguintes competências:

- Elaboração de um plano de ação anual que contemple a calendarização e desenvolvimento das ações necessárias à implementação e/ou ajustamento de um Sistema de Gestão de Riscos abrangente, eficaz e proporcional à dimensão da Companhia, que permita, de forma permanente, identificar, mensurar, monitorizar e gerir os riscos a que a mesma se encontra exposta (o desenvolvimento das ações necessárias à implementação do Sistema de Gestão de Riscos desenvolvido pelo Gestor de Riscos fica no entanto a cargo da Companhia);
- Cálculo dos requisitos de capital – Requisito de Capital de Solvência (SCR) e Requisito de Capital Mínimo (MCR) – com base na fórmula padrão em Solvência II e a produção da respetiva informação de reporte à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF);
- Realização, com periodicidade anual, de um exercício de Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA) que comporta a avaliação das necessidades globais de solvência, a avaliação do cumprimento dos requisitos de capital e de provisões técnicas fixados, bem como a avaliação do cumprimento dos requisitos de capital e de provisões técnicas fixados, bem como a avaliação do eventual desvio do perfil de risco da Companhia relativamente aos

pressupostos em que se baseia o Requisito de Capital de Solvência (SCR) calculado segundo a fórmula padrão;

- Elaboração do Relatório Anual de Gestão de Riscos ou o documento de Reporte Quantitativo e Narrativo que, em sua substituição, venha a ser definido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) no âmbito do Solvência II.

Compliance

A função de verificação do cumprimento (*Compliance*) é assegurada pelo Departamento Jurídico/Contencioso da RNA - Rede Nacional de Assistência, SA.

O objetivo do *Compliance* é evitar o risco legal e o risco Reputacional que lhe está associado.

Neste sentido, a área de *Compliance* tem como missão assegurar que a Companhia cumpre a legislação e as regras que deve observar. Para tal:

- Existe um mapa com os agendamentos das obrigações declarativas da Companhia, sendo que incumbe ao *Compliance* a verificação do cumprimento das mesmas;
- Um mês antes das datas limite para cumprimento das obrigações, o *Compliance* alertará o órgão responsável (interno ou em *outsourcing*) para a necessidade de cumprimento da obrigação em questão;
- Cada órgão responsável pelo cumprimento da obrigação deverá comunicar ao *Compliance* o efetivo cumprimento da mesma, comprovadamente, até 5 dias após o referido cumprimento.

3.2.6 Política de Remunerações

A Companhia não possui recursos humanos próprios, conforme se verifica pela análise do organograma funcional, encontrando-se algumas funções e áreas subcontratadas na RNA - Rede Nacional de Assistência, SA e outras em entidades externas ao grupo.

Política de Remunerações

A Companhia não tem, nem teve ao seu serviço durante o exercício de 2018, qualquer empregado, assegurando os seus serviços através do recurso a *outsourcing* para as áreas técnica, operacional e administrativa.

Apesar do exposto, para dar cumprimento à legislação em vigor, a Companhia definiu a sua Política de Remuneração em Ata do Conselho de Administração para a qual se remete.

Dando cumprimento ao n.º 5 do Artigo 2.º e o n.º 3 do Artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 5/2010 - R, de 1 de abril do ex-Instituto de Seguros de Portugal (ISP) (atualmente, Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), a Companhia entende dever desde já, e até para dar cumprimento à legislação em vigor, definir que:

- a) A Política de Remuneração deve ser aprovada por Assembleia Geral;
- b) A remuneração deve ser o resultado de um sistema de avaliação de desempenho ainda por desenvolver (como a Companhia não tem Recursos Humanos afetos, esta não tem sido uma prioridade).

Além do exposto, de acordo com o n.º 3 do Artigo 4.º da mesma Norma Regulamentar indicada no anterior parágrafo, os órgãos de administração das instituições devem ainda enviar anualmente ao ex-Instituto de Seguros de Portugal (ISP) (atualmente, Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões) uma declaração sobre a conformidade da política de remuneração da instituição relativamente às recomendações da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril.

A declaração a que se faz referência no parágrafo anterior encontra-se em anexo ao relatório previsto na Circular nº 1/2017, de 15 de fevereiro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Estrutura de Remunerações

A retribuição, em algumas funções, poderá ter uma componente variável, dependente do sistema de avaliação de desempenho referido no ponto anterior.

Estruturação das Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais

A estrutura de remuneração dos membros dos órgãos sociais, bem como os critérios para atribuição de uma componente variável, são os seguintes:

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não auferem qualquer remuneração, fixa ou variável, pelo exercício dos seus cargos.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal recebem, como remuneração, fixa ou variável, pelo exercício das suas funções, senhas de presença.

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é remunerado, a preços de mercado, de acordo com o contrato de prestação de serviços celebrado em 28 de outubro de 2015 para prestação dos serviços de revisão e certificação legal de contas.

Divulgação e Atualização

A Política de Remuneração deve ser publicada no sítio na Internet da Companhia, e no seu Relatório e Contas, igualmente publicado no referido sítio, estando assim acessível para consulta por qualquer pessoa.

A Política de Remuneração é revista e avaliada pelo menos com periodicidade anual, pelas funções de Auditoria Interna, Gestão de Risco e Compliance.

3.3 Sistema de Gestão de Riscos

3.3.1 Planeamento e Definição de Objetivos

A Gestão de Riscos corporativos da Companhia, assegurada pelo seu Conselho de Administração, tem um processo de fixação de objetivos que visa garantir que os mesmos apoiem e permitam a concretização da missão da organização e que, além disso, são coerentes com os níveis de risco que se pretende assumir.

A Companhia fixa e estabelece, com uma periodicidade anual, os seus objetivos de curto prazo e revê os de médio e longo prazo, através da elaboração e formalização de:

- Plano geral de atividades e definição da estratégia para o exercício posterior ao corrente;
- Projeções económico-financeiras com base no plano geral de atividades e da estratégia definida.

Para além disso, o Conselho de Administração coordena a execução das atividades necessárias para alcançar os objetivos definidos, formalizando e aprovando documentação que define os meios e forma de registo desses objetivos e estratégias de forma a ser possível avaliar e controlar a concretização dessas metas e implementar medidas corretivas em caso de ocorrência de desvios importantes.

Para o efeito indicado no parágrafo anterior, existe Ata do Conselho de Administração da Companhia, para a qual se remete, que define os princípios gerais sobre o desenvolvimento e implementação do Sistema de Gestão de Riscos da mesma.

Periodicamente, são elaborados planos a médio prazo (cinco anos) tendo por base avaliar e medir o impacto global de projetos de âmbito mais alargado, como sejam a exploração de novos ramos no âmbito do Seguro de Assistência ou ao nível do envolvimento em estratégias do grupo económico onde a Companhia se insere.

3.3.2 Identificação e Gestão de Riscos

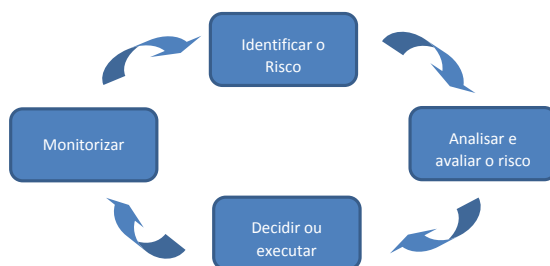
A Companhia está sujeita tanto a acontecimentos externos como internos que a podem afetar de diferentes formas e com diversos níveis de impacto. Estes acontecimentos devem ser identificados e diferenciados entre riscos e oportunidades, sendo analisados considerando a sua probabilidade de ocorrência e a sua importância relativa.

Nesse sentido, os riscos são analisados considerando a sua probabilidade de ocorrência e a sua importância relativa.

Este sistema corresponde a um conjunto integrado de processos contínuos que visam garantir a implementação adequada da estratégia e o cumprimento dos objetivos da Companhia, com base numa compreensão apropriada da natureza e da magnitude dos riscos subjacentes à sua atividade. Desta forma, o Sistema de Gestão de Riscos baseia a sua metodologia na:

- Identificação e sistematização dos riscos que afetam a organização: definição e agrupamento dos riscos (dicionário e matriz de riscos);
- Avaliação e atribuição de grau de criticidade e prioridade aos riscos, em função do impacto nos objetivos de negócio e probabilidade de ocorrência;
- Identificação das causas dos riscos mais importantes;
- Avaliação das estratégias (opções) de gestão de risco;
- Desenvolvimento de um plano de ações de mitigação de riscos com criticidade mais elevada;
- Monitorização e reporte do progresso de implementação do plano de ações.

Esquematizando:



O objetivo da gestão do risco é a identificação, avaliação, mitigação, monitorização e controlo de todos os riscos materiais a que a Companhia se encontra exposta (riscos estes financeiros ou não), tanto a nível interno como a nível externo, num processo contínuo e evolutivo no tempo, que tem em vista assegurar que esses riscos se mantenham a um nível que não afete, significativamente, a situação financeira da Companhia e os interesses dos seus diversos *stakeholders*.

A Companhia está a implementar um Sistema de Gestão de Riscos, baseado na gestão integrada de todos e cada um dos processos de negócio, e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

Os diferentes tipos de risco podem ser agrupados nas seguintes áreas ou categorias:

- Riscos Específicos de Seguros
 - Risco de Subscrição do Seguro Não-Vida
 - Risco de Subscrição do Seguro de Vida (não existente na Companhia)
 - Risco de Subscrição do Seguro de Doença (não existente na Companhia)
- Risco de Mercado
- Risco de Incumprimento pela Contraparte
- Outros Riscos
 - Risco de Liquidez
 - Risco Operacional
 - Risco de Reputação
 - Risco Estratégico e de Governo Corporativo
 - Risco de Contágio
 - Riscos Emergentes

O Conselho de Administração da Companhia é a entidade máxima responsável que aprova as principais linhas de atuação em matéria de Gestão de Riscos e supervisiona, de forma permanente, através de indicadores e rácios, a sua exposição ao risco.

A função de Gestão de Riscos foi subcontratada externamente à Actuarial – Consultadoria, Lda, sendo operacionalmente acompanhada pelo Administrador e pela Direção Jurídica da Companhia.

Riscos Específicos de Seguros

O risco específico de seguros, no caso da Companhia, focalizado no risco de Subscrição Não-Vida, compreende o desenho de produtos, a tarifação, a comercialização, a subscrição, o resseguro, a gestão de sinistros e o provisionamento de responsabilidades.

Desenho e Tarifação de Produtos

Existem na Companhia dois tipos distintos de produtos: os que são vendidos diretamente ao público (seguro direto) e o resseguro.

Enquanto no que se refere ao resseguro, não existe desenho do produto, os produtos que são vendidos diretamente, são concebidos através da análise ao mercado elaborada feita pela Direção de Marketing e pela Direção Comercial, que desenham um protótipo de produto que é depois discutido e aprovado pela Administração.

Paralelamente podem existir clientes que apresentam os seus requisitos e pretensões e a Companhia concebe um produto à medida das suas necessidades.

Genericamente, os produtos da Companhia dividem-se nos seguintes ramos:

- Assistência a Pessoas
- Assistência em Viagem
- Assistência Lar
- Assistência Animal

Estes produtos são designados por “produtos maduros”, caracterizando-se pelo seu elevado carácter de previsibilidade por já existirem produtos similares no mercado.

A Companhia tem como objetivo definir um *pricing* adequado em termos de rentabilidade esperada, depois de cobertas todas as suas responsabilidades que incluem sinistros a pagar, custos com gestão de sinistros, rentabilidades garantidas, eventuais participações em resultados, encargos de aquisição, encargos gerais e o custo do capital.

Sempre que necessário (quando não exista histórico ou existam dúvidas sobre o risco em análise) solicita-se a intervenção do Atuário para cálculo do prémio de

eventuais novos produtos.

Distribuição e Comercialização dos Produtos

A distribuição dos produtos da Companhia é feita através de mediadores ou corretores e também diretamente.

Política de Subscrição de Riscos

A Companhia tem definida política de Subscrição de Riscos que define um modelo elaborado ao detalhe e que está enquadrado no sistema de gestão integrada dos processos de seleção e análise do risco de subscrição, abrangendo:

- Regras de aceitação de riscos;
- Princípios tarifários;
- Competências de aceitação.

Resseguro

A política de resseguro é um instrumento fundamental para uma Seguradora gerir e adequar os limites de exposição ao risco em função da sua capacidade de subscrição.

Apesar de, como costuma acontecer no mercado da assistência, na Companhia o maior risco corresponder à eventualidade de má performance na assistência, risco que não é ressegurável, em 2018, tinha em vigor um tratado de resseguro cedido para cobrir as suas responsabilidades ao nível da assistência.

A Companhia irá, contudo, continuar a apostar no resseguro aceite com as Seguradoras de direto que contratam prestação de serviços na área da assistência (no final de 2018, existiam seis contratos de resseguro aceite).

Gestão de Sinistros

A nível de Gestão de Riscos, o principal problema que se levanta relativamente à gestão de sinistros resulta da fraude, problema de todo o setor segurador, que poderá afetar também, por consequência, a Companhia.

Provisionamento

As provisões são constituídas no âmbito dos passivos para sinistros, sendo segregados ativos para representar essas provisões.

A constituição de provisões para sinistros não declarados (IBNR) obriga à

elaboração de estimativas e ao recurso a pressupostos que são avaliados regularmente, nomeadamente através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos (são também efetuadas análises semelhantes para verificar a adequação da política de preços em vigor).

Estes estudos são efetuados no mínimo uma vez por ano e, sempre que desses estudos se conclua que as provisões técnicas não são suficientes para cobrir o valor atual dos *cash flows* futuros esperados (sinistros, custos e comissões), esta insuficiência é imediatamente reconhecida através da criação de provisões adicionais.

Risco de Mercado

O princípio básico de qualquer Seguradora no que respeita ao investimento é o de maximizar a rentabilidade financeira sujeita à satisfação de todas as obrigações contratuais, reconhecendo as incertezas envolvidas e as responsabilidades assumidas e o nível de provisões livres.

Conforme referido anteriormente, a política da Companhia em matéria de investimentos privilegia os princípios de prudência e segurança, levando à opção pelo investimento em depósitos (à ordem e a prazo de taxa fixa), o que não implica que a mesma não esteja exposta a determinados riscos, que procura monitorizar e mitigar e tendo em consideração as responsabilidades assumidas.

As decisões sobre investimentos são tomadas pela Administração, conjuntamente com a Direção Financeira e o respetivo mapa de investimentos é facultado à área da Contabilidade, que está subcontratada com a empresa Extremos-Software Lda.

Risco de Taxa de Juro

O risco de Taxa de Juro visa medir a “sensibilidade do valor dos elementos do ativo e do passivo e dos instrumentos financeiros a alterações na estrutura temporal das taxas de juro ou na volatilidade das taxas de juro” (Artigo 105.º da Diretiva Solvência II).

As curvas centrais foram disponibilizadas pela EIOPA e os choques aplicados a estas curvas foram realizados de acordo com a última especificação técnica do Solvência II (Atos Delegados).

Do choque sobre as responsabilidades resulta uma diminuição das mesmas, o que leva a que o risco seja correspondente a zero.

Risco Acionista

O risco Acionista visa medir a “a sensibilidade do valor dos elementos do activo e do passivo e dos instrumentos financeiros a alterações no nível ou na volatilidade dos preços de mercado das acções” (Artigo 105.º da Diretiva Solvência II).

A Companhia não se encontra exposta ao risco Acionista, já que investe apenas em depósitos (à ordem e a prazo de taxa fixa).

Risco Imobiliário

O risco Imobiliário visa medir a “sensibilidade do valor dos elementos do activo e do passivo e dos instrumentos financeiros a alterações no nível ou na volatilidade dos preços de mercado dos imóveis” (Artigo 105.º da Diretiva Solvência II).

A Companhia não tem imóveis não se encontrando assim exposta, ainda que de forma ligeira, ao risco Imobiliário, uma vez que nem sequer tem participações em fundos de investimento imobiliário, as quais poderiam ser de algum modo preocupantes já que, acabando por ser tratadas como risco Acionista, implicam um eventual consumo excessivo de capital para efeitos de Solvência.

Risco de *Spread*

O risco de *Spread* visa medir a “sensibilidade do valor dos elementos do activo e do passivo e dos instrumentos financeiros a alterações no nível e volatilidade das margens de crédito ao longo da estrutura temporal das taxas de juro” (Artigo 105.º da Diretiva Solvência II).

Apesar de não ter empréstimos, nem ser igualmente titular de obrigações, a Companhia encontra-se exposta ao risco de *Spread* por via dos depósitos a prazo de que é titular.

O risco de *Spread* varia em função do montante da exposição subjacente, estando dependente da duração esperada das responsabilidades da Companhia e da qualidade do crédito associada ao *rating* das instituições bancárias com que aquela trabalha, considerando as diferenças de tratamento daquelas das mesmas que não têm *rating* no âmbito do risco de Crédito e do risco de Mercado.

Risco Cambial

O risco Cambial visa medir a “sensibilidade do valor dos elementos do activo e do passivo e dos instrumentos financeiros a alterações no nível ou na volatilidade das taxas de câmbio” (Artigo 105.º da Diretiva Solvência II).

A exposição a este risco, decorrente da manutenção de ativos ou passivos em divisas diferentes do Euro, não é uma realidade na Companhia que apenas realiza investimentos em Euros, só tendo assim responsabilidades na zona Euro.

Risco de Concentração

O risco de Concentração visa medir a “os riscos adicionais, para uma empresa de seguros ou de resseguros, decorrentes quer da falta de diversificação da carteira de activos, quer de uma importante exposição ao risco de incumprimento por parte de um único emitente de valores mobiliários ou de um grupo de emitentes coligados” (Artigo 105.º da Diretiva Solvência II).

Ciente de que, como consequência do desequilíbrio provocado na sua carteira de investimentos poderá verificar-se um aumento do risco de Concentração, a Companhia afere regularmente os níveis de concentração de risco por emitente/entidade dos ativos que detém, gerindo a sua Política de Investimentos com o objetivo de limitar e, na medida do possível, minimizar este risco.

Risco de Incumprimento pela Contraparte

O risco de Incumprimento pela Contraparte “deve reflectir as perdas possíveis devido a incumprimento inesperado ou à deterioração da qualidade de crédito das contrapartes e devedores das empresas de seguros e de resseguros durante os doze meses seguintes” (Artigo 105.º da Diretiva Solvência II).

O risco existirá assim relativamente aos depósitos feitos junto de instituições bancárias e na colocação de negócio efetuada junto de resseguradores.

A Companhia seguirá o *rating* das instituições bancárias e resseguradores com que trabalha e procederá à diversificação das mesmas para minimizar eventuais perdas por incumprimento.

Outros Riscos

Risco de Liquidez

O risco de Liquidez corresponde ao risco de os ativos existentes não serem suficientemente líquidos para permitir cumprir as responsabilidades com tomadores de seguro e outros credores, nomeadamente a liquidação de sinistros, decorrendo na Companhia decorre da eventual necessidade de ter de alienar, extemporaneamente, ativos financeiros perante a necessidade de fazer face a outros compromissos, nomeadamente liquidação de sinistros sendo um risco que está bastante mitigado pelo facto de a Companhia possuir um valor extremamente elevado de

disponibilidades em instituições bancárias, à vista, ou seja, mobilizáveis no curto prazo (todos os passivos financeiros da Companhia são também passivos de curto prazo), pelo que a Companhia considera que o seu risco de Liquidez é baixo.

Deve referir-se que não se preveem eventuais ocorrências de carácter excecional e extremo que possam levar a Companhia a acionar um plano de contingência para gestão de crises de liquidez (por esse motivo, inexistente), motivo pelo qual este não é, neste momento, um risco relevante.

Risco Operacional

O requisito de capital para o risco Operacional “reflecte os riscos operacionais que não estejam já reflectidos nos módulos de risco referidos no artigo 104” (Artigo 107.º da Diretiva Solvência II).

O risco Operacional pode assim resultar da probabilidade de ocorrerem perdas decorrentes da falta de adequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos, estando normalmente associado a ocorrências como fraudes, falhas de sistemas e ao não cumprimento de normas e regras estabelecidas, podendo ainda incluir, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos contratos de prestação de serviços por entidades externas e no plano de continuidade do negócio.

A metodologia adotada para gestão do risco Operacional, associada à formalização do Sistema de Gestão de Riscos, iniciada em meados de 2015, passa por:

- Identificar os tipos de risco associados aos processos prioritários;
- Elaborar mapas de risco;
- Estabelecer planos de ação adequados que permitam reduzir os riscos considerados prioritários;
- Monitorização constante dos riscos e avaliação permanente do grau de exposição ao risco.

Este sistema desenvolve-se de acordo com as atuais tendências de Gestão de Riscos nas entidades financeiras, e, em termos de Solvência II, de acordo com a Norma Regulamentar n.º 14/2005, de 29 de novembro – R e com a Orientação Técnica constante da Circular n.º 7/2009, de 23 de abril, ambas do ex-Instituto de Seguros de Portugal (ISP) (atualmente Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF)), que visam estabelecer os princípios gerais que devem presidir ao Sistema de Gestão de Riscos e de Controlo Interno a implementar nas entidades Seguradoras.

O trabalho iniciou-se com a sensibilização para a importância do tema da Gestão de

Riscos, sobretudo no âmbito do Solvência II, e pela apresentação da metodologia aos responsáveis pelos principais processos da Companhia.

Posteriormente, procedeu-se ao levantamento dos procedimentos das várias áreas funcionais da Companhia, o qual foi da responsabilidade direta dos responsáveis por cada uma daquelas, sob a coordenação da Direção Jurídica e da Administração da mesma.

Foram então objeto de análise 19 macro processos e 31 subprocessos da Companhia, partilhados pelas áreas de Gestão de Riscos e Controlo Interno e pelas áreas proprietárias desses mesmos processos, garantindo desta forma que qualquer alteração num processo de negócio é verificada em termos de Gestão de Riscos e Controlo Interno.

Processo		Subprocesso
1	Produtos	1 Desenho de Produtos
		2 Distribuição dos Produtos
2	Atividades Comerciais	1 Prospeção de Clientes
		2 Pedidos de Proposta por Parte de Clientes
		3 Levantamento das Necessidades
		4 Elaboração da Proposta
		5 Acompanhamento de Propostas
		6 Adjudicação da Proposta
		7 Receção e Análise da Adjudicação da Proposta
3	Apólices	1 Emissão de Apólices
		2 Fracionamento de Prémios
		3 Alterações e Anulações de Apólices
		4 Arquivo de Apólices
4	Controlo dos Produtos	
5	Sinistros	1 Receção e Abertura de Sinistros
		2 Fraude
		3 Revisões de Processos de Sinistro e Auditorias de Sinistros
		4 Arquivo de Processos de Sinistro
		5 Estatísticas de Sinistralidade
6	Gestão de Reclamações	
7	Compliance	
8	Contencioso	1 Companhia como Ré/Demandada
		2 Companhia como Autora/Demandante
9	Área Financeira/Contabilidade	1 Apólices
		2 Sinistros
		3 Pagamentos/Recebimentos
10	Contabilidade	1 Procedimentos Contabilísticos
		2 Bancos
11	Tesouraria	
12	Investimentos	
13	Estatísticas e Controlo de Gestão	
14	Cumprimento de Obrigações Perante Terceiras Entidades	1 Informação a Fornecer à ASF
		2 Obrigações Fiscais

	3	Segurança Social
	4	Verificação do Cumprimento de Obrigações Perante Terceiras Entidades
15		Branqueamento de Capitais
16		Tratamento de Correspondência
17		Área de Recursos Humanos
18		Relações com Outros Organismos
19	1	Infraestrutura
	2	Sistema de Segurança

Risco de Reputação

O risco de Reputação define-se como o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração da sua reputação ou posição no mercado, devido a uma perceção negativa da sua imagem no seio dos seus clientes, acionistas, parceiros de negócio, supervisão e público em geral.

O risco de Reputação poderá ocorrer como uma consequência de outros riscos e pode ser medido através de:

- Avaliação da confiança demonstrada pelos diversos *stakeholders* da Companhia;
- Avaliação da perceção por parte dos tomadores de seguros, beneficiários, órgãos de comunicação social e restantes partes interessadas relativamente à Companhia;
- Avaliação do grau de satisfação por parte dos colaboradores da Companhia.

O risco Reputacional é difícil de estimar em termos numéricos ou de métricas, já que é fundamentalmente baseado na opinião qualitativa de especialistas, sendo possível definir as responsabilidades inerentes ao mesmo nos termos indicados no quadro seguinte:

Responsável pelo Stakeholder	O risco Reputacional deve ser gerido ao nível de cada <i>stakeholders</i> . <i>Exemplos:</i> O Diretor Comercial pode ser o proprietário da relação com os parceiros BtoB e os Diretores dos Departamentos de Contencioso e Financeiro podem ser os proprietários da relação com a autoridade de supervisão.
Responsável pelo Risco	É imperativo proceder à identificação dos responsáveis pelos riscos e pela sua gestão.
Responsável pelo Plano de Ação	Podem ser desenvolvidas ações para melhorar ou manter a reputação da Companhia ou para resolver um incidente que afeta a sua imagem. A responsabilidade por uma ação tem que ser claramente atribuída.

Responsável pelo Risco Reputacional

Globalmente, a gestão do risco Reputacional está atribuída ao *Chief Executive Officer* da Companhia.

Face ao indicado, uma abordagem possível pode ser uma avaliação qualitativa da relação com os vários *stakeholders*.

Risco Estratégico e de Governo Corporativo

A Companhia, com uma periodicidade anual, nos termos dos procedimentos internamente definidos fixa e estabelece a obrigatoriedade de formalização de planos de médio e longo prazo, através da elaboração de:

- Plano geral de atividades e definição da estratégia para o exercício posterior ao corrente;
- Projeções económico-financeiras com base no plano geral de atividades e da estratégia definida;
- Regras que definem as entidades responsáveis na definição e elaboração do plano estratégico da Companhia e seus elementos de suporte.

A Companhia gere os seus riscos realizando uma gestão integrada de cada um dos processos de negócio e adequando o nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos, os quais passam, neste momento, por tirar partido da rede de clientes do grupo, mantendo, contudo, uma atitude proativa na procura de novos clientes.

Na avaliação do risco, devem ser considerados:

- Concentração de negócio num reduzido número de Clientes;
- Redução das margens devidas a restrições do mercado ou concorrência;
- Perda efetiva de quota de mercado;
- Falta de viabilidade económica ou fraca capacidade financeira dos parceiros.

A concentração de negócio num reduzido número de Clientes torna a Companhia excessivamente dependente dos mesmos, em termos de volume de negócios ou rentabilidade, o que pode levar a perdas significativas ou alterações no caso de cancelamento de um contrato, motivo pelo qual este foi considerado o risco Estratégico mais relevante.

A redução das margens devidas a restrições do mercado ou concorrência é o segundo risco Estratégico mais relevante.

Deve, contudo, referir-se que a redução de prémio, devida à pressão do Cliente ou à

concorrência, pode não ser seguida de uma redução de custos e, da mesma forma, também o aumento dos custos pode não ser acompanhado por um aumento nos prémios, tendo ambas as situações, como consequência, que a margem possa acabar reduzida.

Risco de Contágio

A Companhia não participa em nenhuma outra empresa, não se encontrando assim exposta ao risco de Contágio, considerado este como aquele que pode resultar de eventuais resultados negativos de empresas participadas pela Companhia nos resultados da mesma.

Riscos Emergentes

Os riscos emergentes resultam de alterações do ambiente interno ou externo à Companhia que possam levar ao aumento da sua exposição a novos riscos, até então não considerados pela mesma como tal, podendo ser descritos como riscos:

- Entendidos como potencialmente significativos mas não totalmente compreendidos;
- Com impacto monetário ainda não claramente definido;
- Com frequência relativa, distribuições e gravidade difíceis de projetar através das abordagens convencionais;
- Em que a ligação entre a fonte do risco emergente e as suas consequências é difícil de estabelecer;
- Tipicamente fora do controlo da Companhia;
- Por vezes sistémicos (por exemplo, alteração climática ou envelhecimento da população).

Com base na descrição apresentada, a Companhia identificará os riscos emergentes a que poderá estar exposta e que podem, eventualmente, condicionar o sucesso do seu Planeamento Estratégico e orçamento.

O presente cenário de avaliação dos riscos Emergentes da Companhia é o seguinte:

Posição	Análise PESTLE	Nome	Preocupação Inicial	Preocupação Ativa	Ação Ampla do Mercado
1	Político	Instabilidade Geopolítica			
2	Económico	Risco de deflação global			
3	Tecnológico	Big Data			
4	Ambiental	Alterações climáticas e desastres naturais			
5	Social	Alterações demográficas (longevidade)			

6	Tecnológico	Máquinas autónomas			
7	Tecnológico	Falha do sistema num mundo hiperligado			
8	Ambiental	Escassez dos recursos do planeta			
9	Social	Alteração nos cuidados de saúde			
10	Social	Pandemia			

3.4 Sistema de Controlo Interno

3.4.1 Âmbito e Objetivos das Atividades de Controlo

O Conselho de Administração da Companhia encara a Auditoria Interna como atividade independente, de garantia e de consultoria, destinada a acrescentar valor e a melhorar as operações de uma organização, que o ajuda a alcançar os seus objetivos, através de uma abordagem sistemática e disciplinada, na avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gestão de risco, de controlo interno, e de governação.”

A Companhia considera que o seu sucesso depende grandemente da sua capacidade de identificar os riscos a que está exposta, na eficácia dos controlos definidos para os mitigar e na melhoria contínua das suas atividades. Face ao indicado, a Companhia reconhece a importância da Auditoria Interna como ferramenta valiosa para testar a eficácia dos controlos internos e como meio de promover a observância e cumprimentos de regras e normativos, adicionar valor aos processos de trabalho e melhorar a eficiência operacional.

A Administração da Companhia está assim empenhada e comprometida em garantir a autonomia, credibilidade e autoridade da Auditoria Interna, bem como os recursos necessários para conduzir as atividades inerentes à auditoria e reforçar as competências do Auditor Interno.

O Auditor Interno, por seu lado, compromete-se a respeitar os princípios éticos que devem nortear a sua atividade, interna e externamente, a reportar as suas conclusões à Administração e a promover a melhoria contínua dos seus conhecimentos.

A Companhia define que o seu Sistema de Controlo Interno deverá ter como objetivos:

- A confiança e integridade da informação;
- A conformidade com as políticas, planos, procedimentos, leis e regulamentos;
- A salvaguarda de ativos;
- A utilização económica e eficiente dos recursos; e
- A realização dos objetivos estabelecidos para as operações ou programas.

A implementação e desenvolvimento de Auditoria Interna da Companhia deve ter em conta os seguintes princípios:

- Segregação de funções: Não devem ser atribuídas à mesma pessoa duas ou mais funções incompatíveis com o objetivo de impedir ou, pelo menos dificultar, a prática de erros ou irregularidades ou a sua dissimulação.
O controlo das operações, relacionado com a verificação/conferência das operações que, de acordo com o referido sobre a segregação de funções, deve ser efetuado por pessoas diferentes das que estiveram envolvidas na sua realização ou registo.
Os níveis de autoridade e responsabilidade, bem como as funções que a cada colaborador cabe desempenhar devem estar clara e rigorosamente definidos.
Os recursos humanos devem possuir as habilitações literárias e técnicas e a experiência profissional necessária ao desempenho das suas funções.
- Independência e objetividade.
- Interação direta com o Conselho de Administração: As conclusões, falhas ou fragilidades identificadas pela auditoria, assim como as consequentes recomendações, devem ser registadas, documentadas e reportadas diretamente ao Conselho de Administração de modo a garantir que as questões identificadas são prontamente tomadas em consideração.
As situações reportadas devem ser objeto de acompanhamento contínuo por parte da auditoria de forma a assegurar a adoção das medidas necessárias à sua correção.
- Eficiência e zelo: O responsável pela função de Auditoria Interna deve possuir os conhecimentos técnicos adequados para cumprir com as suas responsabilidades e deve atuar profissionalmente com prudência e cuidado.
- Desenvolvimento contínuo.
- Reporte aos diretores de topo e ao Conselho de Administração sobre os objetivos do seu plano, e respetivos levantamentos quanto a exposição ao risco, de fraude, questões de controlo e de governação.
- Planeamento do compromisso que contenha objetivos, âmbito, considerações, realização, análise e avaliação.

As atividades de controlo baseiam-se em políticas e procedimentos estabelecidos e implementados que ajudam a atingir os objetivos traçados e a assegurar que se responde com eficácia e eficiência aos riscos identificados.

Devido à reduzida dimensão e complexidade da Companhia e à natureza, escala e complexidade dos riscos inerentes ao seu negócio, a Auditoria Interna será assegurada pela RNA - Rede Nacional de Assistência, SA.

O indicado no parágrafo anterior é consistente com o princípio da proporcionalidade e os conflitos de interesse são dissuadidos pela terceirização da equipa de Auditoria Interna.

No sentido do exposto nos parágrafos anteriores, existe Ata do Conselho de Administração da Companhia, para a qual se remete, que define e adequa em concreto esses princípios no universo específico da mesma.

Atividades de Controlo e Sistemas de Informação

No âmbito dos procedimentos de Auditoria Interna, está prevista a definição de metodologias de análise e controlo dos processos implementados ao nível dos sistemas informáticos da Companhia e sua articulação com as competências e funções atribuídas a cada direção e colaborador da RNA - Rede Nacional de Assistência, SA.

Sobre esta matéria, será dado um enfoque bastante grande em todos os aspetos relacionados com os acessos básicos aos sistemas de gestão e informação e com os perfis de segurança aplicáveis aos respetivos utilizadores, assegurando que o fornecedor desses serviços deverá garantir a implementação e desenvolvimentos aplicacionais decorrentes de:

- Novos regulamentos e exigências emanadas pelos organismos de supervisão;
- Alterações da legislação fiscal com impacto direto na atividade seguradora;
- Implementação de novas regras contabilísticas e financeiras;
- Desenvolvimento de novos sistemas globais de pagamentos.

O Conselho de Administração da Companhia definiu, para a adequada implementação do Sistema de Controlo Interno, os seguintes passos:

- Fase 1 - Levantamento
 - A identificação e descrição de funções;
 - As principais delegações de competências e responsabilidades;
 - O levantamento de procedimentos;
 - A identificação de dados relativos às principais operações financeiras e dotações orçamentais;
 - A identificação da informação contabilística e financeira relevante;
- Fase 2 - Documentação (organização da documentação levantada pelas diferentes áreas)
- Fase 3 - Identificação de requisitos

– Fase 4 - Validação

O Conselho de Administração deliberou que é da sua competência: requerer dos Diretores de primeira linha um reporte preciso e tempestivo sobre a eficiência e eficácia do Sistema de Controlo Interno com a identificação dos principais procedimentos implementados.

Regulamentos de Apoio ao Controlo Interno

A RNA - Rede Nacional de Assistência, SA, entidade subcontratada pela Companhia, tem estabelecidas internamente regras ao nível da Delegação de Competências, estipulando com grande objetividade, as competências delegadas e o grau de autonomia de cada um dos principais setores da Companhia e respetivos responsáveis (nos casos de maior complexidade, a autonomia pode ser hierárquica ou transversalmente partilhada).

Prevenção e Combate à Fraude

A fraude é um problema de todo o setor segurador, que poderá afetar também, por consequência, a RNA Seguros de Assistência, SA.

Tendo consciência desta realidade e também do que está definido sobre a matéria na Norma Regulamentar n.º 10/2009 - R, de 25 de junho do ex-ISP (atualmente, ASF Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), a RNA Seguros tem vindo a consolidar o seu trabalho na criação de regras claras e objetivas que facilitem a todos os intervenientes exercer ações concretas de combate à fraude.

Dessa forma, a Companhia tem identificado alguns indicadores comuns aos processos de que resulte suspeita de fraude e introduzido no seu sistema algumas alarmísticas que permitam que processos com determinadas características sejam tratados de modo diferenciado.

De referir a propósito da fraude que:

- A RNA Seguros de Assistência, SA está representada na Comissão Técnica da Fraude na APS Associação Portuguesa de Seguradores, no âmbito da qual participa nos trabalhos que o sector segurador se encontra a promover com vista ao combate à fraude, quer na perspetiva regulatória, quer na perspetiva operacional;
- A RNA Seguros de Assistência, SA está ainda representada na Comissão de Assistência, no âmbito da qual, trata também temas específicos de combate à fraude à Assistência, dado que esta tipologia é muito específica da atividade, resultando dessa representação o desenvolvimento de vários projetos que virão a integrar o sistema de deteção da fraude da empresa;

- Os sinistros que sejam referenciados como Fraude ou Tentativa de Fraude são, numa primeira linha, e ainda na direção operacional a que possam respeitar, tratados de forma diferenciada por elementos específicos de cada grupo operacional, que ativarão, se se justificar, os procedimentos instituídos para controlo da fraude;
- A Direção Jurídica é responsável pela preparação dos reportes feitos à APS (Associação Portuguesa de Seguradores) sobre a matéria, fazendo com esta o *interface* relativamente a questões pontuais que surjam sobre o tema;
- A Direção Jurídica analisa e implementa ainda, juntamente com a Direção de Assistência, formas e estratégias para despistar a fraude.

No que concerne à política de gestão de reclamações (passíveis de ter origem em eventuais fraudes) a Norma n.º 10/2009 - R, de 25 de junho do ex-Instituto de Seguros de Portugal (atualmente ASF Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), veio impor às seguradoras, na sequência da regulamentação dos Arts. 131.º - C a 131.º - F do Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de abril, revogado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro que igualmente regula o tema, a definição e implementação de uma política de tratamento dos tomadores de seguros, segurados, beneficiários ou terceiros lesados, a instituição de uma função autónoma responsável pela gestão de reclamações, a designação de um provedor do cliente e a definição e implementação de uma política antifraude.

Dando cumprimento ao preceituado na Norma Regulamentar referida no parágrafo anterior, a RNA Seguros de Assistência, SA tem:

- Definida uma política de tratamento dos Tomadores de Seguros, Segurados ou Beneficiários;
- Regulamentada a função interna do Gestor de Reclamações e do Provedor do Cliente que devem ser exercidas com autonomia;
- Um interlocutor junto da ASF Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para tratamento de reclamações de acordo com as regras definidas;
- Um sistema de deteção da fraude, que face ao tipo de produtos comercializados pela Seguradora, se considera, de momento, suficiente.

Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

As atividades de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo definem-se por mecanismos concebidos para dar uma “roupagem” legal a fundos ou bens gerados por atividades ilícitas, tais como tráfico de droga, de armas, de pessoas ou simplesmente provenientes de fraude fiscal.

Atualmente, a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo é um dos grandes desafios de todos os governos ocidentais em geral e do setor financeiro em particular, pois é através deste mecanismo que os referidos fundos podem entrar no circuito económico-financeiro, saindo depois como rendimentos de uma atividade lícita.

Neste domínio, tem sido elevada a preocupação legislativa comunitária, destacando-se a Diretiva 2005/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2005, cuja transposição para a ordem jurídica nacional foi efetuada através da Lei n.º 25/2008, de 5 de junho. Por outro lado, tem existido uma preocupação acrescida da supervisão, assumindo particular destaque a Norma n.º 10/2005 - R, de 19 de julho do ex-Instituto de Seguros de Portugal (ISP) (atualmente, Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF)), que exige às entidades financeiras o dever de elaboração de programas de prevenção nomeadamente através de políticas, procedimentos e processos de controlo interno adequados.

Pela tipologia de seguros e do ramo Assistência, aquele em que a Companhia opera em exclusivo, não se aplicam as exigências decorrentes da legislação em vigor sobre Branqueamento de Capitais.

3.4.2 Informação e Comunicação

Fontes de Informação e Comunicação

A Companhia segue procedimento específico no que se refere à produção e divulgação periódica de dados de gestão e avaliação da sua performance financeira e técnica, bem como de medição dos principais riscos a que está exposta.

O Sistema de Controlo Interno, tal como o Sistema de Gestão de Riscos, cujos procedimentos estão internamente definidos, deverá garantir uma comunicação eficaz, que flua em todos os sentidos dentro da companhia (remete-se a este propósito para o anteriormente referido em relação à existência de vários comités, nos quais a organização assenta grande parte do processo de tomada de decisão).

Além disso, estão internamente definidos os procedimentos gerais a observar para efeitos de reporte periódico de informação de gestão, para os supervisores, diversos *stakeholders* etc., os quais, dependendo do assunto subjacente às relações que estabelece com outras entidades/instituições, são assegurados por distintas áreas da Companhia, a saber:

- Direção Jurídica, que assegura as relações com a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), com a APS Associação Portuguesa de

Seguradores ou com organismos dedicados à proteção do consumidor como a DECO;

- Extremos-Software, Lda, que assegura reportes financeiros a apresentar à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) ou à APS Associação Portuguesa de Seguradores, sendo igualmente responsável pela entrega de declarações à administração fiscal;
- Direção Comercial, que assegura as relações comerciais com quaisquer entidades/instituições.

Comunicação Interna sobre Objetivos e Resultados do Controlo Interno

Está em fase de implementação um Sistema de Controlo Interno que tem, para já, definidas, as seguintes linhas mestras:

- A função de Controlo Interno é uma figura integrada na estrutura organizacional cujas funções são reconhecidas por toda a estrutura da Companhia;
- “As conclusões, falhas ou fragilidades identificadas pela auditoria, assim como as consequentes recomendações, devem ser registadas, documentadas e reportadas diretamente ao Conselho de Administração de modo a garantir que as questões identificadas são prontamente tomadas em consideração.”;
- “As situações reportadas devem ser objeto de acompanhamento contínuo por parte da auditoria de forma a assegurar a adoção das medidas necessárias à sua correção.”.

Comunicação Externa das Atividades de Controlo Interno

Nos termos da Norma Regulamentar n.º 14/2005 – R, de 29 de novembro do ex-Instituto de Seguros de Portugal (ISP) (atualmente, Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF)) e da Circular nº1/2017, de 5 de fevereiro da mesma entidade, a Companhia elabora um relatório anual sobre procedimentos específicos para o combate ao branqueamento de capitais e mecanismos e procedimentos especificamente adotados no âmbito da política antifraude.

Nos Relatório de Gestão e nos anexos ao Balanço Estatutário (Demonstrações Financeiras) são também publicadas as principais diretrizes dos Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno da Companhia, bem como os principais resultados e conclusões subjacentes a esses sistemas.

3.4.3 Monitorização

Monitorização dos Riscos

Os fluxos de trabalho são pensados e implementados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e procedimentos aprovados.

Monitorização Global da Exposição ao Risco

Todos os processos descritos garantem uma elevada consistência na gestão de risco da Companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição, encontrando-se o sistema sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura:

- Quantificação Global da Exposição aos Riscos;
- Elaboração e Implementação de Planos de Ação Mitigadores dos Riscos;
- Implementação de Ambiente de Gestão e Controlo de Riscos na Organização.

Quantificação Global da Exposição aos Riscos

A estimação dos riscos é efetuada através de um modelo *standard* (fórmula-padrão) de fatores fixos que quantifica os riscos financeiros, os riscos de crédito e os riscos de seguros, em articulação com os requisitos do Solvência II.

Elaboração e Implementação de Planos de Ação Mitigadores dos Riscos

Para os riscos com grau de criticidade elevada, está previsto que o Coordenador de Riscos promova, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos.

Implementação de Ambiente de Gestão e Controlo de Riscos na Organização

Esta vertente deverá ser assegurada pela divulgação, a toda a Companhia, da quantificação global da exposição aos riscos efetuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo e pela promoção de diversas ações de formação/sensibilização para o tema.

Este ambiente poderá igualmente ser promovido através da concretização de Auditoria Interna bastante abrangente.

Avaliação do Sistema de Gestão de Riscos

Está estabelecido em Ata de Conselho de Administração da Companhia, que o Conselho de Administração deve:

“Proceder à revisão, com uma periodicidade mínima semestral, das orientações e políticas de tolerância, exposição, gestão e monitorização dos principais riscos com o objetivo de corrigir e/ou melhorar o sistema implementado.”

Comunicação e Avaliação de Deficiências do Sistema de Controlo Interno

A Ata de Conselho de Administração da Companhia, mencionada no ponto anterior, para a qual se remete, também determina como sendo da competência do Conselho de Administração:

“Requerer dos Diretores de primeira linha um reporte preciso e tempestivo sobre a eficiência e eficácia do Sistema de Controlo Interno com a identificação dos principais procedimentos implementados;”.

3.4.4 Implementação de Novos Processos e Procedimentos de Avaliação dos Riscos

A Companhia iniciou a sua atividade a 1 de janeiro de 2015, tendo até ao momento optado por dar prioridade à consolidação da sua atividade e à definição e implementação dos procedimentos inerentes ao correto e adequado desenvolvimento da mesma, motivo pelo qual não desenvolveu formalmente nos anos 2015, 2016, 2017 e 2018 qualquer Auditoria Interna para Controlo Interno da atividade desenvolvida pela mesma, o que, no entanto, se espera que aconteça em 2019 (durante o ano de 2018 a Companhia já implementou procedimentos de controlo e auditoria internos, sendo certo que, nesta fase, encontra-se ainda a definir um modelo adequado de evidência e reporte desse controlo, pelo que ainda não foi possível produzir o relatório de Auditoria Interna, o que encontra, desde já, previsto para 2019).

Em termos de Gestão de Riscos, até ao presente, foram concretizados ou iniciados os seguintes trabalhos e projetos:

- Foi subcontratada uma entidade externa para prestação de serviços que englobam a função de Gestor de Riscos e as tarefas de apoio à implementação dos requisitos de Pilar I, Pilar II e Pilar III subjacentes ao regime Solvência II;
- Foi produzida informação de reporte, quantitativa e qualitativa, inerente ao regime Solvência II, quer para efeitos de supervisão prudencial quer para análise e gestão interna, nomeadamente os dados de suporte aos QRTs e respetivo reporte ao Supervisor.

Levantamento de Procedimentos

Foi iniciado, em termos de risco operacional, em julho de 2015 o levantamento de

procedimentos em todos os setores da Companhia, tendo em vista a identificação de potenciais situações críticas, isto é, potenciais riscos, quer em termos de frequência quer em nível de severidade (apenas terminado no primeiro semestre de 2017, com a elaboração do primeiro exercício de Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA)).

Reportes Narrativos

Foram igualmente produzidos em 2018, tendo como base informação da Companhia, reportes narrativos designados como Relatório Periódico de Supervisão e Relatório Sobre a Solvência e a Situação Financeira a fornecer ao Supervisor e, no segundo caso, a disponibilizar no sítio na Internet da Companhia, abordando os seguintes aspetos:

- Atividades e Desempenho
- Sistema de Governação
- Perfil de Risco
- Avaliação para Efeitos de Solvência
- Gestão do Capital

Enterprise Risk Management, Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA) e Gestão do Capital

Enterprise Risk Management

A política de *Enterprise Risk Management* tem como objetivo dotar a Companhia de um instrumento que lhe permita tratar e gerir, de forma eficaz, a incerteza e as oportunidades associadas aos riscos a que está exposta, numa perspetiva de criação e preservação de valor para todos os seus *stakeholders*.

Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA)

A Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA), efetuada e/ou revista e aprovada pelo órgão de direção, administração ou supervisão da Companhia, com periodicidade mínima anual, visa garantir que a mesma avalia todos os riscos relacionados com a atividade e determina os requisitos de capital correspondentes, em consonância com a utilização da fórmula-padrão e tendo em conta a categorização de risco mencionada anteriormente.

No âmbito da Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA) são assim definidos como materialmente relevantes os riscos abrangidos pela fórmula-padrão do regime Solvência II, ainda que com a eventual possibilidade de virem a ser calibrados de forma mais ajustada à realidade da Companhia, e outros riscos adicionais que sejam

considerados relevantes e passíveis de ter impacto económico e financeiro naquela, apesar de não serem objetivamente quantificáveis.

A Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA) é, portanto, um exercício realizado através de duas abordagens complementares:

- Uma abordagem quantitativa e prospetiva: baseada no cálculo do rácio de solvência, tomando como base os riscos abrangidos pela fórmula-padrão definida na Diretiva Solvência II, projetados no horizonte de cinco anos de seu Plano Estratégico;
- Uma abordagem qualitativa: baseada na metodologia de autoavaliação dos principais riscos a que a Companhia está exposta e que constituam riscos adicionais que sejam considerados relevantes e passíveis de ter impacto económico e financeiro na mesma.

Assim, os objetivos específicos da Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA) são:

- Avaliar, pelo menos anualmente (exercícios extraordinários serão realizados sempre que se verifiquem alterações significativas na regulamentação em vigor, alterações significativas no enquadramento interno e externo, com impactos ao nível do negócio, alterações materiais no perfil de risco, alterações significativas na carteira e perfil de responsabilidades, alterações relevantes ao nível da estrutura organizacional ou desvios significativos nos limites de apetite ao risco definidos internamente) e com base nos valores do ano anterior, o perfil de risco que a Companhia potencialmente enfrenta a curto e/ou longo prazo, dentro do período determinado pelo seu Planeamento Estratégico e independentemente de os riscos exigirem ou não requisitos específicos de capital;
- Garantir, a todo o momento, uma posição de solvência global, em conformidade com os requisitos de capital e as provisões técnicas de nível necessário e tendo em conta, mais uma vez, o Planeamento Estratégico e o horizonte temporal de cinco anos;
- Possibilitar a integração da estratégia de risco nos processos de negócio e no processo de tomada de decisão, auxiliando o Conselho de Administração a conciliar a perspetiva de negócio com a perspetiva de risco;
- Desenvolver um entendimento comum do risco, incorporado no sistema de governação.

O processo de Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA) relaciona-se com a estratégia de negócio e de risco, resumindo-se, face ao anteriormente indicado, nas seguintes etapas:

- Estratégia de negócio deve estar claramente definida;
- O plano de negócio deve calcular e estabelecer resultados chave;
- A análise de risco e do capital deve incluir a identificação, mensuração, gestão e monitorização dos riscos a que a Companhia esteja ou possa vir a estar exposta.

O nível de solvência do negócio deve ser também determinado, tanto para a situação atual, como para o futuro, sendo neste caso definido com base em projeções e adicionalmente, são efetuados testes com base em cenários extremos mas possíveis, sendo a quantificação do risco realizada, pelo menos, com base na fórmula-padrão;

- O resultado obtido da conjugação da estratégia de negócio com o plano de negócio e as análises de risco e capital deve ser utilizado nos processos de decisão e nas ações de gestão futuras.

Face ao anteriormente exposto, a Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA) e as suas conclusões, constituem um processo essencial na definição de uma estratégia sustentável e exequível, que garanta a continuidade da atividade e que permita aos acionistas alcançarem o retorno adequado, tendo como principal objetivo efetuar uma avaliação da adequação de três fatores chaves da gestão da atividade:

- O perfil de risco da Companhia;
- O capital disponível da Companhia;
- A estratégia de negócio da Companhia.

a) *Inputs e Outputs* do Exercício de Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA)

Inputs do exercício de Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA) são:

- Políticas ou manuais de gestão de risco/relatório de Controlo Interno;
- Riscos *top-down*;
- Objetivos estratégicos e de negócio;
- Informação quantitativa.

No âmbito do exercício de Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA) faz-se:

- Identificação e classificação dos principais riscos;
- Seleção dos riscos com maior impacto e menor probabilidade;
- Definição e aprovação dos *stress tests* e *reverse stress tests*;
- Projeção do capital e do risco;
- Calibração e aplicação dos *stress tests* e análise de cenários;
- Avaliação da adequação da fórmula-padrão.

b) *Outputs* do exercício de Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA) são:

- Níveis de capital, risco e situação da Companhia em termos de solvência, atuais e projetados;
- Impacto dos *stress tests*;
- Avaliação do cumprimento dos limites de apetite e risco;
- Conclusão sobre a adequação de capital de risco e das necessidades globais de solvência;
- Conclusões sobre o cumprimento, numa base contínua, do requisito de capital e das provisões técnicas;
- Conclusão sobre o desvio relativo à fórmula-padrão;
- Avaliação da necessidade de definição de ações ou medidas de acompanhamento;
- Utilização do resultado da Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA) na tomada de decisões de negócio.

Gestão do Capital

Gestão do Capital e Gestão de Riscos são processos fortemente integrados, o que se considera essencial para garantir o alinhamento entre as estratégias de negócio e de risco.

Por meio do processo de Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA), a projeção da posição de capital e a avaliação prospetiva do perfil de risco contribuem para o processo de Planeamento Estratégico e Gestão do Capital.

O relatório de Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA) também aproveita o Plano de Gestão do Capital para verificar a adequação, incluindo a qualidade, dos Fundos Próprios Elegíveis para cobrir as necessidades gerais de solvência com base nas premissas do plano.

Para garantir o alinhamento contínuo dos riscos e das estratégias de negócio, a Gestão de Riscos apoia ativamente o processo de Planeamento Estratégico e pode ser chamada a participar em todas as reuniões relevantes.

Evolução Futura

De todas as atividades cuja abordagem inicial foi efetuada em 2015 continuou-se em 2018 e continuar-se-á em 2019 a dar prioridade ao cumprimento da estratégia e da agenda subjacente à implementação da Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA) a vários níveis, dando-se seguimento à avaliação do *Governance* e da

estrutura de funcionamento da Companhia com o objetivo de as adaptar aos requisitos do regime de Solvência II, definindo e/ou redefinindo algumas políticas e procedimentos internos, nomeadamente as relativas ao Sistema de Governação, aos Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno e à Política de Subcontratação de Serviços Externos Especializados.

3.4.5 Introdução de Melhorias em Processos e Procedimentos Existentes

Face ao indicado no ponto anterior, não se registaram até ao momento quaisquer alterações aos mecanismos de trabalho, relativamente aos quais não se revelou igualmente necessário introduzir quaisquer melhorias.

3.4.6 Monitorização e Avaliação de Riscos

No decurso do exercício 2018, a Companhia realizou os seguintes trabalhos ao nível da monitorização do risco:

- Acompanhou mensalmente a evolução da sua atividade através da análise dos aspetos seguidamente indicados apresentados agregados e por tipo de contrato:
 - N.º Apólices;
 - N.º Segurados;
 - N.º Sinistros / Assistências;
 - Taxa de Frequência;
 - Prémios;
 - Prémios Adquiridos;
 - Custo dos Sinistros;
 - Taxas de Sinistralidade;
 - Taxas Puras;
 - Taxas Comerciais Reais vs Taxas Comerciais Atuariais
 - Rácio de Despesas;
 - Rácio Combinado.
- Elaborou projeções económico-financeiras para horizonte temporal de cinco anos tendo em consideração diversos cenários;
- Produziu a informação de reporte e de análise interna no âmbito do regime Solvência II.

Em 2018, a Companhia produziu os reportes a que enquanto empresa de seguros se encontra obrigada no âmbito do Solvência II, tendo apurado relativamente a 31 de dezembro de 2018, os seguintes resultados:

- Rácio de cobertura do Requisito de Capital Mínimo (MCR): 356,64%
- Rácio de cobertura do Requisito de Capital de Solvência (SCR): 137,02%

Ainda em 2018, a Companhia desenvolveu o seu exercício de Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA), relativamente ano de 2017 e ao próprio ano, com o objetivo de identificação de potenciais situações críticas, isto é, potenciais riscos, quer em termos de frequência quer em nível de severidade.

3.4.7 Atividades a Desenvolver

Atividades em Curso

De todas as atividades cuja abordagem inicial foi efetuada em 2016, 2017 e 2018 continuar-se-á em 2019 a:

- Dar prioridade ao cumprimento da estratégia e da agenda subjacente à implementação da Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA) a vários níveis;
- Avaliar o *Governance* e a estrutura de funcionamento da Companhia com o objetivo de as adaptar aos requisitos do regime de Solvência II. Consequentemente, serão acompanhadas e, se necessário, redefinidas políticas relativas:
 - Ao Sistema de Governação;
 - Aos Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno;
 - À Política de Subcontratação de Serviços Externos Especializados.
- Aprimorar a definição de responsabilidades internas inerentes ao regime Solvência II e à Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA).
- Dar continuidade ao plano de Gestão de Riscos Operacionais que prevê:
 - A conclusão da revisão do levantamento de procedimentos;
 - O mapeamento de riscos da Companhia;
 - A elaboração de Plano de Mitigação de Riscos no âmbito do qual será possível identificar quais os principais fatores geradores do risco a que a Companhia se encontra sujeita e avaliar o seu grau de severidade, propondo calendário para a elaboração de planos para a sua mitigação.

Ações a Implementar

Para o ano de 2019, a Companhia propõe-se implementar as seguintes ações:

- Definir fluxogramas de processos com identificação dos pontos e atividades de controlo (este projeto não foi concretizado em 2018, já que não se desenvolveu neste ano qualquer Auditoria Interna para controlo da atividade desenvolvida pela Companhia) (conforme referido anteriormente, durante o ano de 2018 a Companhia já implementou procedimentos de controlo e auditoria internos, sendo certo que, nesta fase, encontra-se ainda a definir um modelo adequado de evidência e reporte desse controlo, pelo que ainda não foi possível produzir o relatório de Auditoria Interna, o que encontra, desde já, previsto para 2019);
- Implementar plano de formação complementar sobre o Solvência II, para os principais quadros da Companhia, no intuito de desenvolver os seus conhecimentos teóricos e práticos subjacentes aos princípios do regime de Solvência, sensibilizando-os para as exigências do mesmo decorrentes;
- Adequar as metodologias de trabalho e de processos operacionais com o consultor externo da Companhia, contratado para o exercício da função de Gestão de Riscos, à natureza, dimensão e complexidade dos riscos a que mesma está exposta.

3.4.8 Impacto das Mudanças sobre os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno

Sempre que ocorrem alterações legais, regulamentares ou de procedimentos internos no grupo onde a Companhia está inserida ou nos seus principais fornecedores, o impacto das mesmas é avaliado para efeitos de Gestão de Riscos e será objeto de igual valoração também em termos de Controlo Interno.

No que concerne aos sistemas de informação mais críticos para a Companhia existem sempre dois ambientes, ou seja, o ambiente de produção e o ambiente de qualidade sendo que nenhuma passagem a produção, de processos mais sensíveis e complexos, é efetuada sem que antes sejam realizados os respetivos testes de conformidade em ambiente de qualidade.

3.5 Avaliação da Adequação do Sistema de Governação

Contemplando uma estrutura organizativa adequada à sua dimensão, com responsabilidade claramente atribuídas e devidamente segregadas, complementada por funções-chave e por uma estrutura de comités de suporte e validação, a Companhia considera que o seu sistema de governação é adequado à natureza, dimensão e complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, cumprindo os requisitos legais e regulamentares aos quais está sujeita.

3.6 Eventuais Informações Adicionais Relativas ao Sistema de Governação da Companhia

Não existem quaisquer informações adicionais relativas ao sistema de governação da Companhia, que se considere relevante reportar.

4. PERFIL DE RISCO

4.1 Perfil de Risco por Categorias de Risco

Remete-se a propósito da materialidade e medidas utilizadas para avaliação dos vários tipos de risco a que se fará alusão nos pontos seguintes, para o exposto relativamente aos mesmos no ponto 3.3.2 Identificação e Gestão de Riscos do presente documento.

4.1.1 Riscos de Subscrição Não-Vida

O Requisito de Capital de Solvência (SCR) do risco de Subscrição Não Vida é, tal como já aconteceu em 2017, o primeiro a contribuir para o Requisito de Capital de Solvência (SCR) total da Companhia, representando 89% do Requisito de Capital de Solvência de Base (BSCR) com um requisito de capital de 6.762.783 Euros em dezembro de 2018, fundamentalmente resultante do submódulo de Risco de Prémios e Reservas.

O quadro seguinte ilustra a exposição da Companhia ao risco de Subscrição Não-Vida:

U: Euros

	Volume de Prémios ¹		Volume de Reservas		Prémios e Reservas Não-Vida	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Total Submódulo P&R	23.008.632	22.256.596	1.616.878	1.726.361	6.749.877	6.588.574
Assistência	23.008.632	22.256.596	1.616.878	1.726.361	6.749.877	6.588.574
Diversificação					-	-

Por sua vez, o Requisito de Capital de Solvência (SCR) do Risco de Subscrição Não Vida será o apresentado no quadro seguinte:

U: Euros

Risco de Subscrição Não Vida	2018	2017	Δ
Risco de Subscrição Não Vida	6.762.783	6.589.399	173.384
Catastrófico	0	0	0
Prémios e Reservas	6.749.877	6.588.574	161.303
Descontinuidade	417.614	104.288	313.326

4.1.2 Risco de Mercado

O módulo de Mercado é o segundo a contribuir para o Requisito de Capital de Solvência (SCR) total da Companhia, já que no final de 2018, os investimentos

¹ Prémios líquidos de resseguro.

correspondiam a um valor de mercado de 7.853.727 Euros, incluindo 2.550.835 Euros em depósitos à ordem e 5.302.892 Euros em depósitos a prazo de taxa fixa, valores respetivamente salientados no risco de Incumprimento pela Contraparte e no risco de Mercado do Requisito de Capital de Solvência (SCR).

O Requisito de Capital de Solvência (SCR) do Risco de Mercado será assim o seguinte:

U: Euros

Risco de Mercado	2018	2017	Δ
Risco de Mercado	1.644.683	0	1.644.683
Taxas de Juro	0	0	0
Acionista	0	0	0
Imobiliário	0	0	0
<i>Spread</i>	166.601	0	166.601
Cambial	0	0	0
Concentração	1.636.223	0	1.636.223

Risco Acionista

A Companhia não se encontra exposta ao risco Acionista, já que investe apenas em depósitos (à ordem e a prazo de taxa fixa), pelo que o mesmo não é quantificável.

Risco de Taxa de Juro

As curvas centrais foram disponibilizadas pela EIOPA e os choques aplicados a estas curvas foram realizados de acordo com a última especificação técnica do Solvência II (Atos Delegados).

Do choque sobre as responsabilidades resulta uma diminuição das mesmas, o que leva a que o risco seja correspondente a zero.

O quadro seguinte ilustra a exposição da Companhia ao risco de Taxa de Juro e o Requisito de Capital de Solvência (SCR) da mesma relativamente ao mesmo risco.

U: Euros

Risco de Taxa de Juro	2018	2017	Δ
Exposição ao Risco de Taxa de Juro	Ativos	0	0
	Responsabilidades	1.087.076	1.491.611
SCR Risco de Taxa de Juro	0	0	0

Risco Imobiliário

Considerando que não tem imóveis, nem participações em fundos de investimento imobiliário, as quais poderiam ser de algum modo preocupantes já que, acabando por ser tratadas como risco Acionista, implicam um eventual consumo excessivo de

capital para efeitos de Solvência, a Companhia não se encontra assim exposta, ainda que de forma ligeira, ao risco Imobiliário, pelo que o mesmo não é quantificável.

Risco de Spread

Apesar de não ter empréstimos, nem ser igualmente titular de obrigações, a Companhia encontra-se exposta ao risco de *Spread* por via dos depósitos a prazo de que é titular.

O risco de *Spread* varia em função do montante da exposição subjacente, estando dependente da duração esperada das responsabilidades da Companhia e da qualidade do crédito associada ao *rating* das instituições bancárias com que aquela trabalha, considerando as diferenças de tratamento daquelas das mesmas que não têm *rating* no âmbito do risco de Crédito e no risco de Mercado.

O quadro seguinte ilustra a exposição da Companhia ao risco de *Spread* e o Requisito de Capital de Solvência (SCR) da mesma relativamente ao mesmo risco.

U: Euros

Risco de Spread	2018	2017	Δ
Exposição ao Risco de Spread	5.302.892	0	5.302.892
SCR Risco de Spread	166.601	0	166.601

Risco Cambial

A Companhia não se encontra assim exposta ao risco Cambial, pelo que o mesmo não é quantificável.

Risco de Concentração

Ciente de que, como consequência do desequilíbrio provocado na sua carteira de investimentos poderá verificar-se um aumento do risco de Concentração, a Companhia afere regularmente os níveis de concentração de risco por emitente/entidade dos ativos que detém, gerindo a sua Política de Investimentos com o objetivo de limitar e, na medida do possível, minimizar este risco.

O quadro seguinte ilustra a exposição da Companhia ao risco de Concentração e o Requisito de Capital de Solvência (SCR) da mesma relativamente ao mesmo risco.

U: Euros

Risco de Concentração	2018	2017	Δ
Exposição ao Risco de Concentração	5.302.892	0	5.302.892
SCR Risco de Concentração	1.636.223	0	1.636.223

4.1.3 Risco de Incumprimento pela Contraparte

Em dezembro de 2018, o módulo de Incumprimento pela Contraparte é o quarto a contribuir para o Requisito de Capital de Solvência (SCR) total da Companhia, representando 7% do Requisito de Capital de Solvência de Base (BSCR) com um requisito de capital de 508.957 Euros.

O quadro seguinte ilustra a exposição da Companhia ao risco de Incumprimento pela Contraparte e o Requisito de Capital de Solvência (SCR) da mesma relativamente ao mesmo risco.

U: Euros

Risco de Incumprimento pela Contraparte	2018	2017	Δ
Exposição ao Risco de Incumprimento pela Contraparte – Tipo 1	2.052.802	6.351.715	-4.298.913
Exposição ao Risco de Incumprimento pela Contraparte – Tipo 2	0	0	0
SCR Risco de Incumprimento pela Contraparte – Tipo 1	508.957	1.341.750	-832.793
SCR Risco de Incumprimento pela Contraparte – Tipo 2	0	0	0
SCR Risco de Incumprimento pela Contraparte	508.957	1.341.750	-832.793

4.1.4 Outros Riscos Materiais

Risco de Liquidez

O risco de Liquidez, não é, na Companhia, quantificável.

Risco Operacional

O quadro seguinte ilustra a exposição da Companhia ao risco Operacional:

U: Euros

Risco Operacional	2018	2017	Δ
SCR Risco Operacional	721.025	685.785	35.240

Risco de Reputação

O risco de Reputação, não é, na Companhia, quantificável.

Risco Estratégico e de Governo Corporativo

O risco de Estratégico, não é, na Companhia, quantificável.

Risco de Contágio

A Companhia não se encontra exposta ao risco de Contágio, pelo que o mesmo não é quantificável.

Riscos Emergentes

A Companhia não identifica qualquer risco emergente que possa condicionar o sucesso do seu Planeamento Estratégico e orçamento

4.2 Concentração de Riscos Materiais

A Companhia não se encontra exposta a concentrações de riscos materiais.

4.3 Técnicas de Mitigação do Risco e Processos de Monitorização da Eficácia Contínua das Mesmas

Conforme referido anteriormente, o Sistema de Gestão de Riscos baseia a sua metodologia, entre outros aspetos, no desenvolvimento de um plano de ações de mitigação de riscos com criticidade mais elevada e na monitorização e reporte do progresso de implementação do plano de ações.

O objetivo é assegurar que os riscos identificados se mantenham a um nível que não afete, significativamente, a situação financeira e os interesses dos diversos *stakeholders* da Companhia, o que passa pela elaboração de Plano de Mitigação de Riscos no âmbito do qual será possível identificar quais os principais fatores geradores do risco a que a mesma se encontra sujeita e avaliar o seu grau de severidade, propondo calendário para a elaboração de planos para a sua mitigação, o que se consubstancia no exercício de Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA), relativamente ao qual se remete para o exposto a propósito do tema no ponto 3.4.4 Implementação de Novos Processos e Procedimentos de Avaliação dos Riscos do presente documento.

4.3.1 Mitigação de Riscos

Risco de Subscrição Não-Vida

Para avaliação e seguimento do risco de Subscrição Não-Vida é realizada a avaliação das Provisões Técnicas (prémios e sinistros), desenvolvida de acordo com a linha de negócio definida no âmbito do Solvência II em que a Companhia opera, assentando em três itens que foram considerados como chave nos processos de cálculo e validação da mesma:

- Os riscos subjacentes subscritos pela Companhia, concentrados em Assistência: em Assistência, os sinistros são geralmente declarados quando

ocorridos e não há, por regra, sinistros participados tardiamente. Os sinistros são caracterizados por volatilidade muito baixa, devido a custos médios reduzidos, liquidações rápidas e frequência estável;

- Dados usados: dados operacionais com registo histórico suficiente para os cálculos foram recolhidos e reconciliados com as Demonstrações Financeiras;
- Metodologia usada: foram observadas as regras Solvência II relativas ao cálculo das melhores estimativas.

Além do exposto, e conforme referido anteriormente, compete à Função Atuarial, a validação do cálculo das provisões técnicas, assegurando a adequação das metodologias, modelos de base e pressupostos, bem como a suficiência e qualidade dos dados utilizados, sendo igualmente da competência daquela, a comparação do montante da melhor estimativa das provisões técnicas com os valores efetivamente observados (tarefas desenvolvidas com periodicidade trimestral).

Por sua vez, o Atuário-Responsável, emitirá igualmente opinião de índole atuarial, independente face a funções operacionais, em especial face à função atuarial, sobre a adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis do cálculo das provisões técnicas, dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro e de entidades com objeto específico de titularização de riscos de seguros e das componentes do Requisito de Capital de Solvência (SCR) relacionadas com esses itens (tarefa desenvolvida anualmente, no âmbito do processo de Certificação Atuarial sobre a Solvência e a Situação Financeira e da Informação a Prestar à a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) para Efeitos de Supervisão).

Risco de Subscrição do Seguro de Vida

Considerando os seus produtos e atividade, a Companhia não está exposta ao risco de Subscrição de Seguro de Vida.

Risco de Subscrição do Seguro de Doença

Considerando os seus produtos e atividade, a Companhia não está exposta ao risco de Subscrição do Seguro de Doença.

Risco de Mercado

As técnicas de mitigação do risco de Mercado serão implementadas de acordo com a estratégia de risco da Companhia e poderão ser aplicadas isoladamente ou em complementaridade de modo a manter o perfil de risco da Companhia corretamente balanceado.

A mitigação do risco de Mercado será, em primeiro lugar, efetuada através de uma adequada diversificação dos ativos, a qual será acompanhada pela implementação de um sistema de limites dos ativos que visa assegurar a manutenção de um rácio de solvência compatível com o nível de apetite ao risco da Companhia, tendo em vista:

- Limitar a detenção em carteira de ativos com maior risco (ações, imóveis, spread, entre outros);
- Definir um montante mínimo de tesouraria;
- Evitar risco de concentração (concentração por emitente, por sector, por país, ...), na exposição aos mercados acionista e obrigacionista.

Em particular, relativamente aos riscos de *Spread* e Concentração a Companhia tem particular atenção à qualidade do crédito associada ao *rating* das instituições bancárias com que trabalha e considera as diferenças de tratamento daquelas das mesmas que não têm *rating* no âmbito do risco de Crédito e no risco de Mercado.

Risco de Incumprimento pela Contraparte

O risco de Incumprimento pela Contraparte é gerido na Companhia através dos seguintes controlos e medidas de mitigação de riscos:

- Seguimento do *rating* das instituições bancárias e resseguradores com que a Companhia trabalha, procurando, sempre que possível, assegurar a alocação de depósitos de valor mais elevado a instituições bancárias com melhor *rating* ou que não tendo *rating* são consideradas em termos de risco de Incumprimento pela Contraparte como tendo uma probabilidade de incumprimento que as situa entre os ratings 3 e 4;
- Diversificação das instituições bancárias e resseguradores com que a Companhia trabalha para minimizar eventuais perdas por incumprimento;
- Avaliação do prémio de resseguro cedido;
- Reconciliação entre boletim de resseguro e mapa de produção;
- Monitorização de correções aos valores de resseguro cedido;
- Monitorização da emissão de prémios;
- Comparação de dados do boletim de resseguro e da base de dados de sinistros a liquidar;
- Análise de valores a receber;
- Reuniões para decisão sobre o tratamento a dar a valores a receber.

Outros Riscos

Risco de Liquidez

Para mitigar o risco de Liquidez, a Companhia seguirá estratégias de curto e médio prazo:

- A curto prazo, a gestão da liquidez é assegurada através do investimento dos excessos de liquidez em depósitos à ordem, mobilizáveis no curto prazo (todos os passivos financeiros da Companhia são também passivos de curto prazo);
- A médio prazo, a gestão da liquidez é assegurada pela Direção Financeira através da monitorização permanente da posição de liquidez, de uma análise financeira de entradas e saídas e de previsões periódicas de fluxos de caixa.

Riscos Operacionais

Para mitigar o risco Operacional, a Companhia:

- Documentará processos e controlos chave;
- Procederá regularmente, através da área de Auditoria Interna, a revisão e testes aos controlos chave;
- Assegurará que a área de Auditoria Interna trabalha em contacto regular com todos os departamentos para reunir informação e discutir soluções relativamente a incidentes operacionais que venham a registar-se;
- Atualizará e testará periodicamente o Plano de Continuidade do Negócio visando assegurar que eventuais interrupções de negócio são geridas de forma adequada;
- Definirá e implementará, em resultado de auditorias, testes ou incidentes críticos registados, planos de ação, assegurando igualmente o seguimento regular dos mesmos;
- Promoverá a melhoria contínua dos processos, controlos e métodos de gestão.

Além do indicado, no âmbito da mitigação do risco Operacional, a Companhia garantirá:

- Avaliação Prospetiva do Risco Operacional

A avaliação dos riscos operacionais determinar-se-á considerando o efeito combinado da probabilidade de ocorrência de um fator de risco e da importância relativa do mesmo, de que resulta que os riscos considerados mais críticos serão aqueles que necessitarão de um tratamento mais imediato e de um plano de ação de forma a conseguir-se uma redução dos mesmos.

A Companhia desenvolve assim uma avaliação sistemática do risco Operacional, de modo a realizar uma avaliação prospetiva dos riscos

Operacionais a que se encontra exposta, tendo identificado em 2018 os 10 principais riscos Operacionais a que entende estar sujeita.

– **Análise dos Dados Relativos a Perdas Registadas**

A Companhia ainda não procede ao registo dos incidentes operacionais que se verificam, o que estando previsto iniciar-se em 2018 não foi, no entanto, possível assegurar, procedimento que deverá ser definido, nomeadamente no que diz respeito ao tipo de potenciais incidentes a reportar e seus respetivos limites.

No processo referido no parágrafo anterior, o Gestor de Riscos terá um papel fundamental, assegurando o contacto com todos os departamentos para recolher, registar e discutir incidentes, que deverão ser revistos em Comité de Acompanhamento, desejavelmente, com periodicidade trimestral.

– **Projetos/Iniciativas**

Foi decidido focalizar o controlo do risco Operacional nos processos mais abrangentes e relevantes para a Companhia, identificados através de levantamento de procedimentos de todos os setores da Companhia, e abrangendo a elaboração do presente exercício de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA), com o objetivo de identificação de potenciais situações críticas, isto é, potenciais riscos, quer em termos de frequência quer ao nível de severidade.

Riscos de Reputação

Sendo um risco de segundo nível, a avaliação do risco Reputacional é feita, anualmente, considerando o possível impacto de um risco de primeiro nível na reputação da Companhia.

Há igualmente outros procedimentos de comunicação destinados a mitigar as consequências reputacionais, nomeadamente em termos de:

- Estratégia de comunicação e sua monitorização;
- Reclamações e serviço de atendimento ao Cliente.

Riscos Estratégicos e de Governo Corporativo

O risco estratégico é mitigado nomeadamente através da análise da evolução da atividade da Companhia, assegurada mediante a análise de vendas e lucros esperados, negociação estratégica de prémios e preços de fornecedores,

acompanhamento regular do mercado e diversificação de linhas de negócio.

Além do indicado, a Companhia elabora projeções económico-financeiras para horizonte temporal de cinco anos tendo em consideração diversos cenários e produz, no cumprimento das obrigações legais e regulamentares aplicáveis a empresas de seguros e resseguros, um conjunto de informação de reporte e de análise interna no âmbito do regime Solvência II, avaliando regulamente os seus rácios de cobertura de Requisito de Capital Mínimo (MCR) e Requisito de Capital de Solvência (SCR).

Risco de Contágio

A Companhia não está exposta ao risco de Contágio que, contudo, existindo, poderá ser mitigado pela revisão dos orçamentos das empresas participadas, pela monitorização mensal do resultado líquido das mesmas e do seu Balanço, bem como pela análise do impacto mensal da atividade daquelas nas contas da empresa pela qual são detidas.

Riscos Emergentes

É possível observar algumas tendências que se considera relevante referir e considerar no âmbito da mitigação de riscos Emergentes:

- A instabilidade política europeia deve ser seguida com atenção, caso a Companhia equacione a sua expansão para outros países, uma vez que, nessa circunstância, poderão registar-se situações que podem comprometer ou afetar o seu crescimento económico.
- As baixas taxas de juro privam as Seguradoras de uma fonte natural de rendimento que permite financiar o seu crescimento e, embora se registe um lento movimento ascendente das taxas de juro, mantem-se a incerteza sobre se estas voltarão ao nível em que se encontravam antes da crise.
- Em 2018 registaram-se desastres naturais como o furacão Florence (setembro), o tufão Mangkhut (setembro), as inundações e deslizamentos de terras no Japão (julho), as tempestades de poeira na Índia (maio), o terramoto na Papua-Nova Guiné (fevereiro) ou o terramoto e tsunami na Indonésia (setembro), motivo pelo qual, as alterações climáticas e os desastres naturais continuam a ser uma preocupação ativa da Companhia e também de toda a indústria seguradora.
- As novas tecnologias estão a provocar alterações no mercado segurador, conduzindo a uma alteração das expectativas dos clientes e a um aumento da concorrência, situação que podendo constituir uma ameaça, pode igualmente constituir uma oportunidade para impulsionar a inovação e oferecer uma proposta de valor diferente aos Parceiros de Negócio e aos clientes finais, se se tiverem em mente quaisquer iniciativas digitais.

- Por outro lado, em termos tecnológicos, em 2018, tal como em 2017, ocorreram diversos ataques cibernéticos, assim identificados como uma preocupação ativa de toda a indústria seguradora, sendo a segurança ao nível das Tecnologias da Informação uma necessidade absoluta considerando também os requisitos regulatórios relativos à proteção de dados, já que apesar da dimensão da Companhia, as potenciais consequências de uma falha de segurança ao nível do sistema informático podem ser bastante graves.
- Por fim, a nível legislativo, estando a implementação efetiva da Diretiva Solvência II, em grande parte, completa, a necessidade de, em resultado do Regulamento Geral de Proteção de Dados), aplicável a partir de 25 de maio de 2018, assegurar em termos muito estritos a proteção dos dados pessoais dos clientes, é uma preocupação para todas as Seguradoras, prevendo-se igualmente que a IFRS 17 mudará muito a contabilidade daquelas num horizonte temporal de 3 anos.
- Apesar do exposto, a Companhia não identifica qualquer risco emergente que possa condicionar o sucesso do seu Planeamento Estratégico e orçamento.

4.3.2 Monitorização da Eficácias das Técnicas de Mitigação do Risco Implementadas

A propósito da monitorização da eficácia das técnicas de mitigação do risco implementadas na Companhia, remete-se para o ponto 3.4.6 Monitorização e Avaliação de Riscos do presente documento.

4.4 Eventuais Informações Adicionais Relativas ao Perfil de Risco da Companhia

Não existem quaisquer informações adicionais relativas ao perfil de risco da Companhia, que se considere relevante reportar.

5. AVALIAÇÃO PARA EFEITOS DE SOLVÊNCIA

O quadro seguinte sumariza as diferenças entre o Balanço Prudencial de Solvência II e o Balanço Estatutário da Companhia, a 31 de dezembro de 2018:

U: Euros

Ativos e Passivos	Solvência II	Demonstrações Financeiras	Δ
Goodwill	0	0	0
Custos de Aquisição Diferidos	0	0	0
Ativos Intangíveis	0	76.462	-76.462
Ativos por Impostos Diferidos	158.937	0	158.937
Excedente de Prestações De Pensão	0	0	0
Imóveis, Instalações e Equipamento para Uso Próprio	0	0	0
Investimentos (que não ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação)	5.302.892	5.302.892	0
Ativos Detidos no Quadro de Contratos Ligados a Índices e a Unidades de Participação	0	0	0
Empréstimos e Hipotecas	0	0	0
Recuperáveis de Resseguro	-498.033	131.890	-629.923
Depósitos em Cedentes	0	0	0
Valores a Receber de Operações de Seguro e Mediadores	506.914	506.914	0
Valores a Receber a Título de Operações de Resseguro	1.373.371	1.373.371	0
Valores a Receber (de operações comerciais, não de seguro)	3.126.107	3.126.107	0
Ações Próprias (detidas diretamente)	0	0	0
Montantes Devidos a Título de Elementos dos Fundos Próprios ou dos Fundos Iniciais Mobilizados mas Ainda Não Realizados	0	0	0
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.550.835	2.550.835	0
Quaisquer Outros Ativos, Não Incluídos Noutros Elementos do Balanço	9.858	9.858	0
Total de Ativos	12.530.881	13.078.329	-547.448
Provisões Técnicas — Não-Vida (excluindo acidentes e doença)	1.188.886	2.256.198	-1.067.312
Provisões Técnicas — Acidentes e Doença (com bases técnicas semelhantes às do ramo não-vida)	0	0	0
Outras Provisões Técnicas			0
Passivos Contingentes	0	0	0
Provisões que Não Provisões Técnicas	0	0	0
Obrigações a Título de Prestações de Pensão	0	0	0
Depósitos de Resseguradores	0	0	0
Passivos por Impostos Diferidos	240.145	0	240.145
Derivados	0	0	0
Dívidas a Instituições de Crédito	0	0	0
Passivos Financeiros que Não Sejam Dívidas a Instituições de Crédito	0	0	0
Valores a Pagar de Operações de Seguro e Mediadores	84.183	84.183	0
Valores a Pagar a Título de Operações de Resseguro	303.282	303.282	0
Valores a Pagar (de operações comerciais, não de seguro)	244.471	244.471	0
Passivos Subordinados	2.300.000	2.300.000	0
Quaisquer Outros Passivos Não Incluídos Noutros Elementos do Balanço	437.035	437.035	0
Total de Passivos	4.798.002	5.625.168	-827.167

Excesso de Ativos sobre Passivos 7.732.879
7.453.161
279.718

5.1 Ativos

A avaliação dos ativos para efeitos de solvência e a sua comparação com aquela que é usada nas demonstrações financeiras, é apresentada neste relatório segmentada por:

- Ativos financeiros;
- Ativos imobiliários;
- Outros ativos.

São também apresentados neste capítulo os montantes recuperáveis de contratos de resseguro e de entidades instrumentais.

No quadro seguinte é apresentado um resumo dessa comparação, que se encontra desenvolvida nos pontos seguintes:

		U: Euros	
Ativo	Solvência II	Demonstrações Financeiras	Δ
Ativos Financeiros	5.302.892	5.302.892	0
Ativos Imobiliários	0	0	0
Outros Ativos	7.726.022	7.643.547	82.475
Recuperáveis de Resseguro	-498.033	131.890	-629.923
Total	12.530.881	13.078.329	-547.448

5.1.1 Ativos Financeiros

Para efeitos de solvência, os ativos financeiros são avaliados ao seu Justo Valor (*Fair Value*) e para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros são usadas as seguintes categorias:

- QMP – *Quoted market price in active markets for the same assets*, quando os investimentos são valorizados de acordo com valores obtidos em mercados ativos.

Considera-se que um instrumento financeiro é cotado num mercado ativo se:

- As cotações estão regularmente e imediatamente disponíveis;
- Os preços representam transações regulares recentes efetuadas em condições de mercado.

No caso de uma ação, o justo valor corresponde ao preço de fecho do lado comprador no final da sessão de bolsa.

No caso de instrumentos cotados em vários mercados o considerado é o mercado com maior liquidez, sendo o mercado com maior liquidez determinado confrontando a média dos volumes de venda dos últimos 3 meses nos diversos mercados onde o título está admitido a cotação (não são considerados nesta avaliação os títulos cotados em mercados sob formas jurídicas diferentes (por ex., ações ordinárias *versus* American Depositary Receipt (ADR) e títulos que cotam noutros mercados em moedas diferentes dos títulos detidos em carteira)).

No caso de uma obrigação, o justo valor corresponde ao preço *bid* obtido no *provider* selecionado.

Os critérios de seleção do *provider* têm em consideração a utilização de preços observáveis diretamente na formação do preço e a regularidade das observações, privilegiando-se, por ordem decrescente, os *consensus prices*, BGN (*Bloomberg Generic*) ou os preços do BVL (*Bloomberg Valuation Service*) com *scoring* superior a 5 e que implicam a utilização de observações diretas (para ativos não listados, na ausência de *consensus prices* compostos por observações diretas, a valorização será obtida através dos preços reportados através de plataformas de transações OTC, como por exemplo, o TRACE (*Trade Reporting and Compliance Engine*) quando estes preços se encontrarem disponíveis).

No caso de unidades de participação é utilizado o *Net Asset Value* (NAV) divulgado para o Fundo, que é recolhido prioritariamente junto do regulador relevante (por ex., a CMVM).

Nas situações em que o *Net Asset Value* (NAV) não é registado junto do regulador, é utilizada a informação divulgada pela sociedade gestora ou pelo agente contratado pela sociedade gestora de acordo com os ciclos de divulgação contratados.

Esta categoria de avaliação do justo valor dos instrumentos financeiros não é atualmente usada pela Companhia.

- QMPS – *Quoted market price in active markets for similar assets*, quando os ativos financeiros são valorizados através de modelos internos de avaliação sustentados em variáveis de mercado observáveis direta ou indiretamente.

Nesta categoria, o justo valor é determinado considerando preços obtidos junto do *market maker*.

Esta valorização é construída, na ausência de transações, a partir de ativos similares e na definição de ativos semelhantes são consideradas emissões, preferencialmente, do mesmo emitente ou, então, de um emitente com uma qualidade creditícia similar para maturidades residuais similares.

Esta categoria de avaliação do justo valor dos instrumentos financeiros não é atualmente usada pela Companhia.

- AVM – *Alternative valuation methods* quando os ativos financeiros são valorizados com base em modelos internos de avaliação suportados por dados que não são sustentados em evidências de mercado.

A Companhia não efetua valorizações a partir de modelos financeiros.

Contudo, a Companhia possui/pode possuir na sua carteira ativos classificados, para efeitos de valorização, nesta categoria, como sejam:

- Ativos com evidência de imparidades, reconhecidos com valor zero ou imaterial;
 - Ativos monetários (caixa e depósitos) são avaliados ao valor nominal;
 - Ativos valorizados utilizando-se preços do BVL (*Bloomberg Valuation Service*) com *scoring* inferior ou igual a 5, mas não baseados em observações diretas.
- AEM – *Adjusted equity method*, quando os ativos considerados nesta categoria, são reconhecidos inicialmente a custo sendo periodicamente sujeitos a reavaliações em função da divulgação das demonstrações financeiras.

Esta avaliação é feita numa perspetiva de valor contabilístico, com os ajustes necessários para alinhamento com os critérios de Solvência II (por ex.: anulação do *goodwill* e intangíveis não transacionáveis).

A avaliação, considerando as demonstrações financeiras, tem ainda em conta eventuais reservas e/ou ênfases constante na certificação das contas, incorporando também algum facto relevante ocorrido após a data de Balanço Estatutário (Demonstrações Financeiras) que seja do conhecimento da Companhia.

Esta categoria de avaliação do justo valor dos instrumentos financeiros não é atualmente usada pela Companhia.

- IEM – *IFRS equity methods*, categoria de avaliação do justo valor dos instrumentos financeiros atualmente não aplicável na Companhia.

No quadro seguinte, é apresentada a comparação da avaliação dos ativos financeiros para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras, por classe de ativos.

		U: Euros	
Ativos Financeiros	Solvência II	Demonstrações Financeiras	Δ
Interesses em Empresas Relacionadas, Incluindo Participações	0	0	0
Ações Cotadas em Bolsa	0	0	0
Ações Não Cotadas em Bolsa	0	0	0
Obrigações de Dívida Pública	0	0	0
Obrigações de Empresas	0	0	0
Títulos de Dívida Estruturados	0	0	0
Títulos de Dívida Garantidos com Colateral	0	0	0
Organismos de Investimento Coletivo	0	0	0
Derivados	0	0	0
Depósitos que Não Equivalentes a Numerário	5.302.892	5.302.892	0
Outros Investimentos	0	0	0
Ativos Detidos no Quadro de Contratos Ligados a Índices e a Unidades de Participação	0	0	0
Total	5.302.892	5.302.892	0

5.1.2 Ativos Imobiliários

A Companhia não detém ativos imobiliários pelo que não tem que proceder à avaliação dos mesmos.

5.1.3 Outros Ativos

O quadro seguinte apresenta comparação da avaliação dos outros ativos para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras, por classe de ativos.

(quadro na página seguinte)

U: Euros

Outros Ativos	Solvência II	Demonstrações Financeiras	Δ
Goodwill	0	0	0
Custos de Aquisição Diferidos	0	0	0
Ativos Intangíveis	0	76.462	-76.462
Ativos por Impostos Diferidos	158.937	0	158.937
Excedente de Prestações de Pensão	0	0	0
Empréstimos e Hipotecas	0	0	0
Empréstimos sobre Apólices de Seguro	0	0	0
Empréstimos e Hipotecas a Particulares	0	0	0
Outros Empréstimos e Hipotecas	0	0	0
Depósitos em Cedentes	0	0	0
Valores a Receber de Operações de Seguro e Mediadores	506.914	506.914	0
Valores a Receber a Título de Operações de Resseguro	1.373.371	1.373.371	0
Valores a Receber (de operações comerciais, não de seguro)	3.126.107	3.126.107	0
Ações Próprias (detidas diretamente)	0	0	0
Montantes Devidos a Título de Elementos dos Fundos Próprios ou dos Fundos Iniciais Mobilizados mas Ainda Não Realizados	0	0	0
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.550.835	2.550.835	0
Quaisquer Outros Ativos, Não Incluídos Noutros Elementos do Balanço	9.858	9.858	0
Total	7.726.022	7.643.547	82.475

Os outros ativos encontram-se avaliados nas demonstrações financeiras, de uma forma genérica, ao justo valor, isto é, o seu valor é mantido em sede de Solvência II, sendo eventuais diferenças, por classe de ativos, resultado do seguidamente explicado:

– **Ativos Intangíveis**

Para que estes ativos tenham valor no Balanço Prudencial de Solvência II, deveriam ser suscetíveis de serem vendidos separadamente e, para além disso, seria necessário demonstrar que existe um mercado ativo onde se transacionam ativos intangíveis semelhantes.

Uma vez que os ativos da Companhia considerados nesta classe não reúnem as características indicadas, o seu valor para efeitos de solvência é zero.

– **Ativos por Impostos Diferidos**

A diferença resulta da aplicação da taxa de imposto às perdas com diferenças temporárias tributáveis implícitas no Balanço Prudencial de Solvência II, ou seja, após os ajustamentos com impacto negativo nos fundos próprios.

5.1.4 Recuperáveis de Contratos de Resseguro e de Outras Entidades Instrumentais

O quadro seguinte apresenta comparação da avaliação dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro e de entidades instrumentais para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras.

U: Euros

Recuperáveis de Contratos de Resseguro e de Outras Entidades Instrumentais	Solvência II	Demonstrações Financeiras	Δ
Não-Vida, excluindo seguros de acidentes e doença	-498.033	131.890	-629.923
Total	-498.033	131.890	-629.923

O cálculo da provisão para prémios de resseguro cedido faz-se aplicando a percentagem de resseguro, à estimativa apurada do valor do seguro direto (as percentagens de resseguro consideradas baseiam-se na percentagem de provisão para prémios não adquiridos do resseguro cedido sobre a provisão para prémios não adquiridos do seguro direto), considerando-se, relativamente à provisão para sinistros de resseguro cedido, o valor contabilístico das mesmas.

As provisões para prémios e sinistros de resseguro cedido são posteriormente ajustadas pelo montante de perdas esperadas por incumprimento da contraparte (estas perdas são calculadas de acordo com o prescrito pela EIOPA para a fórmula padrão), sendo efetuada a sua incorporação no valor dos montantes recuperáveis.

5.2 Provisões Técnicas

O quadro seguinte apresenta o valor das provisões técnicas Não Vida, no final de 2018, por classe de negócio, incluindo o valor da melhor estimativa e da margem de risco.

U: Euros

Classe de Negócio	Melhor Estimativa	Margem de Risco	Provisões Técnicas
Seguro de Responsabilidade Civil Automóvel	0	0	0
Outros Seguros de Veículos Motorizados	0	0	0
Seguro Marítimo, da Aviação e dos Transportes	0	0	0
Seguro de Incêndio e Outros Danos	0	0	0
Seguro de Responsabilidade Civil Geral	0	0	0
Seguro de Crédito e Caução	0	0	0
Seguro de Proteção Jurídica	0	0	0
Assistência	589.043	599.843	1.188.886
Perdas Pecuniárias Diversas	0	0	0
Resseguro Não Proporcional Aceite	0	0	0
Total	589.043	599.843	1.188.886

As provisões técnicas Não Vida resultam da adição do valor da melhor estimativa das provisões para sinistros e para prémios e da margem de risco.

No quadro seguinte é apresentada a comparação da avaliação das provisões técnicas Não-Vida, por classe de negócio, para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras.

U: Euros

Classe de Negócio	Solvência II	Demonstrações Financeiras	Δ
Seguro de Responsabilidade Civil Automóvel	0	0	0
Outros Seguros de Veículos Motorizados	0	0	0
Seguro Marítimo, da Aviação e dos Transportes	0	0	0
Seguro de Incêndio e Outros Danos	0	0	0
Seguro de Responsabilidade Civil Geral	0	0	0
Seguro de Crédito e Caução	0	0	0
Seguro de Proteção Jurídica	0	0	0
Assistência	1.188.886	2.256.198	-1.067.311
Perdas Pecuniárias Diversas	0	0	0
Resseguro Não Proporcional Aceite	0	0	0
Total	1.188.886	2.256.198	-1.067.311

As principais diferenças identificadas decorrem de:

- Inclusão da estimativa de montantes a pagar descontados, nas provisões calculadas com base em princípios económicos (as provisões calculadas no âmbito das demonstrações financeiras refletem a estimativa de montantes a pagar não descontados).
- Uma política de provisionamento prudente, associada a uma boa gestão e acompanhamento dos sinistros.

5.2.1 Melhores Estimativas das Provisões Técnicas

A melhor estimativa das provisões corresponde ao valor atual dos *cash-flows* futuros projetados relativos aos contratos de seguro, incluindo prémios, sinistros, comissões e despesas, descontados à curva de taxas de juro de referência.

Para projeção dos *cash-flows* futuros são aplicadas probabilidades de ocorrência de eventos baseadas na análise histórica dos mesmos na carteira da Companhia, nomeadamente de sinistros, descontinuidade, despesas e inflação.

Os montantes das reservas nas contas oficiais (Balanço Estatutário (Demonstrações Financeiras)), por classe de negócio, no final de 2017, são apresentadas no quadro seguinte:

(quadro na página seguinte)

Classe de Negócio	Provisão para Sinistros	Provisão para Prémios	Total
Seguro de Despesas Médicas	0	0	0
Seguro de Proteção de Rendimentos	0	0	0
Seguro de Acidentes de Trabalho	0	0	0
Seguro de Responsabilidade Civil Automóvel	0	0	0
Outros Seguros de Veículos Motorizados	0	0	0
Seguro Marítimo, da Aviação e dos Transportes	0	0	0
Seguro de Incêndio e Outros Danos Patrimoniais	0	0	0
Seguro de Responsabilidade Civil Geral	0	0	0
Seguro de Crédito e Caução	0	0	0
Seguro de Proteção Jurídica	0	0	0
Assistência	2.032.505	223.692	2.256.198
Perdas Pecuniárias Diversas	0	0	0
Total	2.032.505	232.692	2.256.198

A provisão para prémios não adquiridos usada no cálculo da melhor estimativa de passivos é líquida de custos de aquisição diferidos, pelo que difere da apresentada no Balanço Estatutário (Demonstrações Financeiras).

As provisões para sinistros, as provisões para custos de gestão imputados e a provisão para prémios não adquiridos são modelizados no cálculo da melhor estimativa de passivos e o valor das melhores estimativas resulta da soma da melhor estimativa da provisão para sinistros e da provisão para prémios para responsabilidades Não Vida.

De modo a calcular corretamente a melhor estimativa que cobre o *portfolio* de contratos da Companhia, os dados foram agregados por Grupos de Risco Homogêneos e a segmentação das responsabilidades de seguros por classes de negócio está em consonância com as especificações do Solvência II

Melhor Estimativa de Provisões para Sinistros

Efetuuou-se separadamente o cálculo da Provisão para Sinistros e da Provisão para Custos de Gestão Imputados devido à natureza distinta destas duas provisões.

Tendo a companhia iniciado a atividade a 1 de janeiro de 2015, existem apenas 48 meses de informação, pelo que o estudo foi feito com anos de origem e de desenvolvimento trimestrais.

Cálculo das Provisões para Sinistros

As provisões para sinistros foram estimadas através da projeção das matrizes de custos dos sinistros e de pagamentos acumulados, tendo ainda sido consideradas matrizes de custos médios e de pagamentos médios.

Com esta metodologia foi obtida uma série de fluxos de caixa anuais que foram posteriormente descontados com a curva temporal das taxas de juro, assumindo pagamentos a meio dos anos de desenvolvimento e considerando a estrutura das taxas de desconto publicadas pela EIOPA.

Sempre que o resultado final foi baseado em matrizes de custos, as reservas estimadas foram redistribuídas pelos anos de desenvolvimento, usando um modelo de “Cash-Flows” futuros resultando da aplicação do mesmo método na matriz de sinistros pagos.

Sempre que possível foi aplicada uma redistribuição proporcional, caso contrário, uma redistribuição linear.

De forma a obter os fluxos de caixa futuros, a Companhia utilizou diferentes modelos determinísticos tendo-se optado pela variante que melhor se ajusta à linha de negócio em observação, tendo em conta a análise de vários indicadores, dos quais se salientam:

- A evolução dos resíduos prospetivos e retrospectivos;
- Os *backtestings* efetuados;
- Os erros preditivos calculados, sempre que tal foi possível;
- A capacidade explicativa dos modelos no passado;
- E o conhecimento que existe da Companhia e do ramo em questão.

Cálculo das Provisões para Custos de Gestão Imputados

A provisão para custos de gestão imputados foi calculada usando o número de sinistros pendentes em dezembro e um custo médio, que foi calculado a partir do centro de custos despesas com sinistros e do número de sinistros geridos em dezembro de 2018.

Melhor Estimativa de Provisões para Prémios

A base do cálculo para a estimativa dos fluxos futuros são os prémios não adquiridos e os prémios exigíveis ainda não processados do tipo I² e do tipo II³,

² Tipo I: Prémios ainda não processados correspondentes a período ainda não decorrido dos contratos em vigor.

considerados como fluxos de entrada.

Os fluxos de saída correspondem todos os custos futuros com sinistros e respetivos custos de exploração, os quais são determinados apurando-se os seguintes rácios:

– Rácio de Sinistralidade

Custo final estimado do ano a dividir pelos prémios adquiridos no exercício.

O rácio de sinistralidade permite a obtenção de uma estimativa do custo com sinistros futuros, pois é aplicado ao somatório dos prémios não adquiridos com os prémios exigíveis não processados (de tipo I e II). Posteriormente, este custo é convertido em fluxo de saída assumindo o padrão dos pagamentos estimados de sinistros ocorridos no exercício.

– Rácio de Custos de Exploração que se subdivide em:

- Despesas Administrativas

Custos administrativos a dividir pelos prémios adquiridos no exercício.

- Despesas de Aquisição

Custos de aquisição a dividir pelos prémios adquiridos no exercício.

- Despesas com Investimentos

Custos com investimentos a dividir pelos prémios adquiridos no exercício.

- Despesas de Gestão de Sinistros caso não estejam imputadas a sinistros

Custos com gestão de sinistros caso não estejam imputados a sinistros a dividir pelos prémios adquiridos no exercício.

O rácio de custos de exploração permite obter o valor esperado dos custos de exploração futuros (administração das apólices, aquisição, investimentos e custos de gestão de sinistros caso não estejam imputados a sinistros), que é, posteriormente, convertido em fluxo de saída do primeiro ano.

O rácio de custos de exploração é também aplicado aos prémios não adquiridos e aos prémios exigíveis não processados (tipo I e II).

Os fluxos finais da provisão para prémios são obtidos deduzindo-se aos fluxos de saída os fluxos de entrada.

³ Tipo II: Prémios ainda não processados correspondentes ao período de duração seguinte de contratos em vigor, renováveis no prazo máximo de 30 dias após a data de balanço e que não tenham sido denunciados no prazo previsto no contrato.

Com esta metodologia é obtida uma série de fluxos de provisão para prémios anuais.

Posteriormente, os fluxos de provisão para prémios anuais são descontados com a curva temporal das taxas de juro, assumindo pagamentos a meio dos anos de desenvolvimento e considerando a estrutura das taxas de desconto publicadas pela EIOPA.

Variação das Melhores Estimativas de 2017 para 2018

Provisões para Sinistros⁴

U: Euros

Classe de Negócio	2018	2017	Δ
Seguro de Despesas Médicas	0	0	0
Seguro de Proteção de Rendimentos	0	0	0
Seguro de Acidentes de Trabalho	0	0	0
Seguro de Responsabilidade Civil Automóvel	0	0	0
Outros Seguros de Veículos Motorizados	0	0	0
Seguro Marítimo, da Aviação e dos Transportes	0	0	0
Seguro de Incêndio e Outros Danos Patrimoniais	0	0	0
Seguro de Responsabilidade Civil Geral	0	0	0
Seguro de Crédito e Caução	0	0	0
Seguro de Proteção Jurídica	0	0	0
Assistência	1.633.079	1.737.233	-104.154
Perdas Pecuniárias Diversas	0	0	0
Total	1.633.079	1.737.233	-104.154

Provisões para Prémios⁵

U: Euros

Classe de Negócio	2018	2017	Δ
Seguro de Despesas Médicas	0	0	0
Seguro de Proteção de Rendimentos	0	0	0
Seguro de Acidentes de Trabalho	0	0	0
Seguro de Responsabilidade Civil Automóvel	0	0	0
Outros Seguros de Veículos Motorizados	0	0	0
Seguro Marítimo, da Aviação e dos Transportes	0	0	0
Seguro de Incêndio e Outros Danos Patrimoniais	0	0	0
Seguro de Responsabilidade Civil Geral	0	0	0
Seguro de Crédito e Caução	0	0	0
Seguro de Proteção Jurídica	0	0	0
Assistência	-1.044.036	-260.720	-783.317
Perdas Pecuniárias Diversas	0	0	0
Total	-1.044.036	-260.720	-783.317

⁴ Apenas consideradas as melhores estimativas de provisões para sinistros, já que os valores de outras provisões são nulos.

⁵ Apenas consideradas as melhores estimativas de provisões para prémios, já que os valores de participação nos resultados e *unexpired risk reserves* são nulos.

Taxa de Inflação

O regime de Solvência II requer explicitamente que a inflação seja tida em conta no cálculo das provisões técnicas e, como tal, nas projeções da melhor estimativa foi considerada a manutenção dos níveis de inflação passada no futuro.

5.2.2 Margem de Risco

A margem de risco é calculada usando a fórmula referida no n.º 1 do Artigo 37.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, ou seja, usando o método do custo de capital com uma taxa de 6%. Para efeitos desse método, o capital corresponde ao Requisito de Capital de Solvência (SCR) dos Riscos de Subscrição Não Vida, Operacional e de Incumprimento pela Contraparte (na parte correspondente ao negócio Não Vida) alocado por linha de negócio (a Companhia recorre à simplificação de nível 3 proposta nas especificações técnicas de Solvência II para o cálculo da margem de risco), podendo referir-se que a adequação da alocação da margem de risco global às classes de negócio reflete a contribuição proporcional de cada classe de negócio para o Requisito de Capital de Solvência (SCR).

U: Euros

	2018	2017	Δ
Margem de Risco	599.843	464.525	135.318

A variação da margem de risco é fundamentalmente explicada pelo aumento do Requisito de Capital de Solvência (SCR) do risco de Subscrição Não-Vida, relacionada com o aumento significativo do volume de prémios que passaram de 22.256.596 Euros para 23.008.632 Euros.

5.2.3 Variação das Provisões Técnicas para Efeitos de Solvência II e Demonstrações Financeiras

Nos quadros seguintes é apresentada a comparação da avaliação das provisões técnicas Não-Vida, por classe de negócio, no final de 2018, para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras.

Provisões para Sinistros

U: Euros

Classe de Negócio	Solvência II	Demonstrações Financeiras	Δ
Seguro de Despesas Médicas	0	0	0
Seguro de Proteção de Rendimentos	0	0	0
Seguro de Acidentes de Trabalho	0	0	0

Seguro de Responsabilidade Civil Automóvel	0	0	0
Outros Seguros de Veículos Motorizados	0	0	0
Seguro Marítimo, da Aviação e dos Transportes	0	0	0
Seguro de Incêndio e Outros Danos Patrimoniais	0	0	0
Seguro de Responsabilidade Civil Geral	0	0	0
Seguro de Crédito e Caução	0	0	0
Seguro de Proteção Jurídica	0	0	0
Assistência	1.633.079	1.737.233	-104.154
Perdas Pecuniárias Diversas	0	0	0
Total	1.633.079	1.737.233	-104.154

Provisões para Prémios

Classe de Negócio		Solvência II	Demonstrações Financeiras	U: Euros Δ
Seguro de Despesas Médicas	0	0	0	
Seguro de Proteção de Rendimentos	0	0	0	
Seguro de Acidentes de Trabalho	0	0	0	
Seguro de Responsabilidade Civil Automóvel	0	0	0	
Outros Seguros de Veículos Motorizados	0	0	0	
Seguro Marítimo, da Aviação e dos Transportes	0	0	0	
Seguro de Incêndio e Outros Danos Patrimoniais	0	0	0	
Seguro de Responsabilidade Civil Geral	0	0	0	
Seguro de Crédito e Caução	0	0	0	
Seguro de Proteção Jurídica	0	0	0	
Assistência	-1.044.036	223.692	-1.267.728	
Perdas Pecuniárias Diversas	0	0	0	
Total	-1.044.036	223.692	-1.267.728	

Provisões Técnicas

Classe de Negócio		Solvência II	Demonstrações Financeiras	U: Euros Δ
Seguro de Despesas Médicas	0	0	0	
Seguro de Proteção de Rendimentos	0	0	0	
Seguro de Acidentes de Trabalho	0	0	0	
Seguro de Responsabilidade Civil Automóvel	0	0	0	
Outros Seguros de Veículos Motorizados	0	0	0	
Seguro Marítimo, da Aviação e dos Transportes	0	0	0	
Seguro de Incêndio e Outros Danos Patrimoniais	0	0	0	
Seguro de Responsabilidade Civil Geral	0	0	0	
Seguro de Crédito e Caução	0	0	0	
Seguro de Proteção Jurídica	0	0	0	
Assistência	1.188.886	2.256.198	-1.067.311	
Perdas Pecuniárias Diversas	0	0	0	
Total	1.188.886	2.256.198	-1.067.311	

O excedente nas provisões técnicas resultantes das demonstrações financeiras era, no final de 2017, de 1.067.311 Euros.

5.3 Outras Responsabilidades

No quadro seguinte é apresentada a comparação da avaliação de outros passivos para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras.

(quadro na página seguinte)

U: Euros

Outras Responsabilidades	Solvência II	Demonstrações Financeiras	Δ
Passivos Contingentes	0	0	0
Provisões que Não Provisões Técnicas	0	0	0
Obrigações a Título de Prestações de Pensão	0	0	0
Depósitos de Resseguradores	0	0	0
Passivos por Impostos Diferidos	240.145	0	240.145
Derivados	0	0	0
Dívidas a Instituições de Crédito	0	0	0
Passivos Financeiros que Não Sejam Dívidas a Instituições de Crédito	0	0	0
Valores a Pagar de Operações de Seguro e Mediadores	84.183	84.183	0
Valores a Pagar A Título de Operações de Resseguro	303.282	303.282	0
Valores a Pagar (de operações comerciais, não de seguro)	244.471	244.471	0
Passivos Subordinados	2.300.000	2.300.000	0
Quaisquer Outros Passivos Não Incluídos Noutros Elementos do Balanço	437.035	437.035	0
Total	3.609.116	3.368.971	240.145

As outras responsabilidades encontram-se avaliadas nas demonstrações financeiras, de uma forma genérica, ao justo valor.

Exceção ao referido no parágrafo anterior são os passivos por impostos diferidos, em relação aos quais a diferença resulta da aplicação da taxa de imposto aos ganhos com diferenças temporárias tributáveis implícitas no Balanço Prudencial de Solvência II, ou seja, após os ajustamentos com impacto positivo nos fundos próprios (os valores a pagar a título de operações de resseguro, podem igualmente registar diferenças relativamente aos valores a pagar de resseguro cedido, referentes a reembolsos de montantes pagos em sinistros de seguro direto, e, para efeitos de solvência, estes valores a pagar estão incluídos nas provisões técnicas Não Vida, cuja avaliação foi efetuada líquida dos mesmos).

5.4 Métodos Alternativos de Avaliação

A Companhia não efetua valorizações dos seus ativos a partir de modelos financeiros.

Investindo apenas em depósitos (à ordem e a prazo de taxa fixa), a Companhia determina o justo valor dos seus ativos recorrendo a AVM – *Alternative valuation methods*, usados relativamente a:

- Ativos de entidades falidas ou sem valor e não desreconhecidos;
- Ativos monetários (caixa e depósitos);
- Obrigações pouco líquidas ou com uma cotação não baseada em transações.

5.5 Eventuais Informações Adicionais Relativas à Avaliação dos Elementos do Ativo e do Passivo da Companhia para Efeitos de Solvência

Não existem quaisquer informações adicionais relativas à avaliação dos elementos do ativo e do passivo da Companhia para efeitos de solvência, que se considere relevante reportar.

6. GESTÃO DO CAPITAL

6.1 Fundos Próprios

6.1.1 Objetivos, Políticas e Processos

Objetivos da Política de Gestão de Capital

O planeamento e gestão dos Fundos Próprios são uma componente essencial do Planeamento Estratégico da Companhia.

O objetivo da política de gestão de capital da Companhia é prover a mesma de um quadro desenhado para revisão periódica e classificação dos Fundos Próprios de modo a garantir que estes irão cumprir com os requisitos de capital:

- Alinhar eventuais aumentos de capital com o plano de capital a médio prazo e com o Plano Estratégico, de modo a garantir os termos e condições de forma clara e inequívoca incluindo casos em que a distribuição de um item dos Fundos Próprios seja diferido ou cancelado;
- Garantir que qualquer política de dividendos tem em consideração os rácios de solvabilidade da Companhia;
- Definir princípios e *standards* comuns para desenvolver estas atividades eficazmente, de acordo com os requisitos regulamentares e a estrutura definida e em concordância com o Apetite ao Risco e a estratégia da Companhia.

Plano de Gestão de Capital

O Plano de Gestão do Capital representa uma parte do Plano Estratégico a cinco anos e inclui uma descrição detalhada do desenvolvimento dos Fundos Próprios e do Rácio de Solvência Regulamentar desde os últimos valores registados até aos valores do último ano contemplado no plano.

O Plano de Gestão de Capital está alinhado com as diretrizes estratégicas da Companhia e é consistente com as hipóteses subjacentes ao Plano Estratégico, sendo definido tendo em consideração os limites e tolerâncias definidos em termos de Apetite ao Risco.

Todo o processo de definição, desenvolvimento e acompanhamento do Plano Estratégico é desenvolvido pelo Conselho de Administração da Companhia.

Se alguma operação extraordinária é prevista no período abrangido pelo Plano

Estratégico, o seu impacto é explicitamente incluído nos Fundos Próprios e no Rácio de Solvência Regulamentar e, da mesma forma, caso o Plano Estratégico tenha que ser revisto devido a uma variação significativa dos Fundos Próprios do Requisito de Capital de Solvência (SCR), também o Plano de Gestão do Capital será atualizado.

O exercício de Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA) e, em concreto, a avaliação prospetiva dos Fundos Próprios disponibiliza ao Plano de Gestão do Capital uma projeção do Requisito de Capital de Solvência (SCR) consistente com as hipóteses do Plano Estratégico.

Por outro lado, o relatório do exercício de Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA) pode alavancar no Plano de Gestão de Capital para verificar a adequação e qualidade dos Fundos Próprios Elegíveis para cobrir a generalidade das necessidades de solvência com base nas hipóteses do plano.

6.1.2 Estrutura, Quantidade e Qualidade dos Fundos Próprios

Os Fundos Próprios elegíveis resultam do Balanço Prudencial de Solvência II correspondendo à soma dos Fundos Próprios de Base (definidos no Artigo 88.º da Diretiva Solvência II) e dos Fundos Próprios Complementares definidos no Artigo 89.º da Diretiva Solvência II).

Fundos Próprios de Base

Por Fundos Próprios de Base entende-se a soma de:

- Excesso de ativos sobre passivos, resultante do Balanço Prudencial de Solvência II, composto por:

- Capital social
- Reserva de reconciliação

O capital de Solvência II é calculado como a diferença entre o valor económico de ativos e passivos e a reserva de reconciliação (positiva ou negativa e classificada como *Tier 1*) garante a consistência, já que visa registar, no âmbito dos Fundos Próprios, o impacto das diferenças de valoração efetuada para efeitos de solvência e em termos de demonstrações financeiras.

A reserva de reconciliação é dada pelo excesso de ativos sobre passivos, deduzido dos restantes itens elencados neste grupo, (i) das ações próprias, (ii) dos dividendos e distribuições esperadas, (iii) dos fundos próprios de base, (iv) dos fundos próprios restritos que excedem o Requisito de Capital de Solvência (SCR) nocional de *ring-fenced funds* e

matching adjustment portfolios e (v) as parcelas relevantes das participações em instituições de crédito e financeiras.

U: Euros

Reserva de Reconciliação	2018	2017
Excesso de Ativos sobre Passivos	6.732.879	5.582.736
Ações Próprias	0	0
Dividendos e Distribuições Esperadas	0	0
Outros Fundos Próprios de Base	2.500.000	2.500.000
Fundos Próprios Restritos que Excedem o SCR Nocial de <i>ring-fenced funds</i> e <i>matching adjustment portfolios</i>	0	0
Parcelas Relevantes das Participações em Instituições de Crédito e Financeiras	0	0
Total	4.232.879	3.082.736

O valor da reserva de reconciliação registou, face a 2017, uma variação positiva de 1.150.143 Euros, resultante do aumento do capital próprio disponível e dos outros fundos próprios de base, tendo passado de 3.082.736 Euros, naquele ano, para 4.232.879 Euros, em 2018.

– Passivos subordinados

A 31 de dezembro de 2018 a Companhia detinha passivos subordinados no montante de 2.300.000 Euros, valor correspondente ao registado em 2017.

À soma indicada, deduzir-se-ão:

- Fundos próprios que constando das demonstrações financeiras não sejam representados pela reserva de reconciliação e não preencham os critérios que permitam a sua classificação como fundos próprios no âmbito Solvência II;
- Deduções não incluídas na reserva de reconciliação;

O resultado obtido das operações indicadas anteriormente será ajustado pela soma ao total obtido dos ativos por impostos diferidos (o montante dos ativos por impostos diferidos correspondia, em 2016, a 46.692,86 Euros e, em 2017 e 2018, não se registava qualquer valor relativamente a esta rubrica).

U: Euros

Fundos Próprios de Base	2018	2017
Excesso de Ativos Sobre Passivos		
Capital Social	2.500.000	2.500.000
Reserva de Reconciliação	4.232.879	3.082.736
Passivos Subordinados	2.300.000	2.300.000
Ajustamentos	0	0
Fundos Próprios que Constando das Demonstrações Financeiras Não Sejam Representados pela Reserva de Reconciliação e Não Preencham os Critérios que Permitam a Sua Classificação como Fundos Próprios no Âmbito Solvência II	0	0

Deduções Não Incluídas na Reserva de Reconciliação	0	0
Total	9.032.879	7.882.736

Fundos Próprios Complementares

A Companhia não dispõe de fundos próprios complementares.

6.1.3 Classificação de Fundos Próprios

Os recursos financeiros da entidade não permitem a total absorção das perdas devidas por liquidação ou em caso de continuidade do negócio, pelo que o regime Solvência II requer que os Fundos Próprios sejam classificados de acordo com a sua capacidade para absorver perdas.

Os elementos dos Fundos Próprios são classificados em três níveis (*Tier 1*, *Tier 2* e *Tier 3* respetivamente), dependendo da qualidade dos mesmos (em particular, os Fundos Próprios de Base ou os Fundos Próprios Complementares) e a sua capacidade para absorver perdas.

- *Tier 1* corresponde aos Fundos Próprios de Base imediatamente disponíveis e mobilizáveis;
- *Tier 2*, inclui os elementos dos Fundos Próprios menos facilmente mobilizáveis, mas integralmente utilizáveis;
- *Tier 3*, que corresponderá a qualquer fundo básico ou elemento auxiliar que não seja classificado como *Tier 1* ou *Tier 2*.

Apenas items que preencham os critérios de elegibilidade aplicáveis a cada nível são elegíveis para o Requisito de Capital de Solvência (SCR) e o Requisito de Capital Mínimo (MCR).

Adicionalmente, são definidos requisitos quantitativos ou limites prudenciais de elegibilidade para cada nível de Fundos Próprios, tendo em vista garantir a qualidade mínima dos mesmos. Assim:

- Para efeitos da cobertura do Requisito de Capital de Solvência (SCR):
 - *Tier 1* sujeito a mínimo de 50% do Requisito de Capital de Solvência (SCR)
 - *Tier 3* sujeito a máximo de 15% do Requisito de Capital de Solvência (SCR)
 - Soma dos Fundos Próprios de Base classificados em *Tier 2* e *3* sujeito a máximo de 50% do Requisito de Capital de Solvência (SCR)

- Para efeitos de cobertura do Requisito de Capital Mínimo (MCR):
 - Apenas são elegíveis os Fundos Próprios de Base classificados em *Tier 1* e *2*
 - *Tier 1* sujeito a mínimo de 80% do Requisito de Capital Mínimo (MCR)
 - *Tier 2* sujeito a máximo de 20% do Requisito de Capital Mínimo (MCR)
 - A componente *Tier 1 restricted* não pode representar mais de 20% do total de *Tier 1*

Total dos Fundos Próprios Disponíveis para Cobrir o Requisito de Capital de Solvência (SCR) e o Requisito de Capital Mínimo (MCR)

Em 2018, o montante de Fundos Próprios elegíveis da Companhia para cobrir o Requisito de Capital de Solvência (SCR) e o Requisito de Capital Mínimo (MCR), são apresentados conforme consta do quando seguinte:

U: Euros

Fundos Próprios Solvência II	Total	Tier 1	Tier 2	Tier 3
Capital Social	2.500.000	2.500.000	-	-
Reserva de Reconciliação	4.232.879	4.232.879	-	-
Passivos Subordinados	2.300.000	2.300.000	-	-
Total	9.032.879	9.032.879	-	-

Chega-se assim aos seguintes totais de fundos próprios disponíveis:

- Para cobrir o Requisito de Capital de Solvência (SCR)

U: Euros

Fundos Próprios Disponíveis (SCR)	2018	2017	Δ%
<i>Tier 1</i>	9.032.879	7.882.736	15%
<i>Tier 2</i>	0	0	-
<i>Tier 3</i>	0	0	-
Total	9.032.879	7.882.736	15%

O valor do total dos fundos próprios disponíveis para cobrir o Requisito de Capital de Solvência (SCR) registou, face a 2017, uma variação positiva de 1.150.142 Euros, tendo passado de 7.882.736 Euros para 9.032.879 Euros.

- Para cobrir o Requisito de Capital Mínimo (MCR)

U: Euros

Fundos Próprios Disponíveis (MCR)	2018	2017	Δ%
<i>Tier 1</i>	9.032.879	7.882.736	50%
<i>Tier 2</i>	0	0	-
<i>Tier 3</i>	0	0	-

Total	9.032.879	7.882.736	15%
--------------	------------------	------------------	------------

O valor do total dos fundos próprios disponíveis para cobrir o Requisito de Capital Mínimo (MCR) registou, face a 2017, uma variação positiva de 1.150.142 Euros, tendo passado de 7.882.736 Euros para 9.032.879 Euros.

Total dos Fundos Próprios Elegíveis para Cobrir o Requisito de Capital de Solvência (SCR) e o Requisito de Capital Mínimo (MCR)

Chega-se assim aos seguintes totais de fundos próprios elegíveis:

- Para cobrir o Requisito de Capital de Solvência (SCR)

U: Euros

Fundos Próprios Disponíveis (SCR)	2018	2017	Δ%
<i>Tier 1</i>	6.732.879	5.582.736	21%
<i>Tier 1 Restricted</i>	1.683.220	1.395.684	21%
<i>Tier 2</i>	616.780	904.316	-32%
<i>Tier 3</i>	0	0	-
Total	9.032.879	7.882.736	15%

O valor do total dos fundos próprios elegíveis destinados a cobrir o Requisito de Capital de Solvência (SCR), registou, face a 2017, uma variação positiva de 1.150.143 Euros, tendo passado de 7.882.736 Euros para 9.032.879 Euros.

- Para cobrir o Requisito de Capital Mínimo (MCR)

U: Euros

Fundos Próprios Disponíveis (MCR)	2018	2017	Δ%
<i>Tier 1</i>	6.732.879	5.582.736	21%
<i>Tier 1 Restricted</i>	1.683.220	1.395.684	21%
<i>Tier 2</i>	500.000	500.000	0%
<i>Tier 3</i>	0	0	-
Total	8.916.099	7.478.419	19%

O valor do total dos fundos próprios elegíveis destinados a cobrir o Requisito de Capital Mínimo (MCR), registou, face a 2017, uma variação positiva de 1.437.680 Euros, tendo passado de 7.478.419 Euros para 8.916.099 Euros.

6.2 Requisito de Capital de Solvência (SCR) e Requisito de Capital Mínimo (MCR)

6.2.1 Informação Qualitativa e Quantitativa Sobre o Requisito de Capital de Solvência (SCR) e Requisito de Capital Mínimo (MCR) da Companhia

Requisito de Capital de Solvência (SCR)

O Requisito de Capital de Solvência (SCR) refere-se ao capital económico indispensável para a Companhia desenvolver a sua atividade, suportar o seu desenvolvimento e garantir a sua sustentabilidade.

No sentido de promover uma gestão de riscos efetiva e alinhar os requisitos de capital regulamentares com as práticas do mercado, pretende-se que o Requisito de Capital de Solvência (SCR) seja correspondente ao valor em risco (*Value-at-Risk – VaR*) dos fundos próprios de base, com um nível de confiança de 99,5%, para o horizonte temporal de um ano.

Face ao indicado, o Requisito de Capital de Solvência (SCR) deve refletir o nível de Fundos Próprios elegíveis que permita às empresas de seguros e resseguros absorver perdas significativas e garanta aos Segurados e beneficiários os pagamentos que lhes sejam devidos.

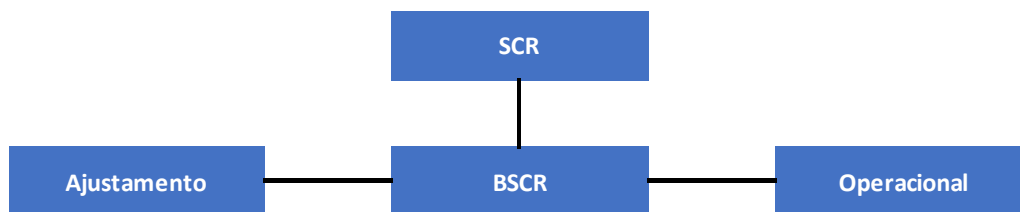
O cálculo do Requisito de Capital de Solvência (SCR) é feito com base na fórmula-padrão definida em sede de Solvência II, não sendo utilizado qualquer modelo interno ou quaisquer cálculos simplificados e não se recorrendo igualmente à utilização de parâmetros específicos de empresa, nos termos do Artigo 104.º, n.º 7 da Diretiva Solvência II.

O uso da fórmula-padrão garante que todos os riscos quantificáveis a que a Companhia está exposta são tidos em consideração, usando uma abordagem modular.

O Requisito de Capital de Solvência (SCR) é determinado como o impacto dos constrangimentos regulamentares nos Fundos Próprios de Base, definidos como a diferença entre o valor de mercado dos ativos e o valor de mercado dos passivos.

De acordo com a regulamentação aplicável, o montante do Requisito de Capital de Solvência (SCR) deve ser coberto por um montante equivalente de Fundos Próprios elegíveis, sendo calculado anualmente, monitorizado continuamente e recalculado sempre que o perfil de risco varia significativamente.

O diagrama seguinte descreve o cálculo do Requisito de Capital de Solvência (SCR):



O Requisito de Capital de Solvência (SCR) é calculado como a soma de:

- Requisito de Capital de Solvência de Base (BSCR)
- Requisito de capital para o risco Operacional (SCROp);
- Ajustamento da capacidade para absorver perdas (Aj).

$$\mathbf{SCR = BSCR + Aj + SCROp}$$

Em que:

- **BSCR** representa o capital requerido para cobrir pelo menos as categorias de risco genéricas contempladas pela fórmula-padrão.

Definido pelo Artigo 87.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, o Requisito de Capital de Solvência de Base (BSCR) é calculado como a agregação dos requisitos de capital de todos os riscos a que a companhia está exposta com uma matriz de correlação.

Cada módulo de risco é calibrado com base no valor do *Value-at-Risk*, com um nível de confiança de 99,5%, para o horizonte temporal de um ano.

- **Aj** reflete a potencial compensação de perdas inesperadas resultantes de descidas simultâneas de:
 - Provisões técnicas;
 - Impostos diferidos;
 - Combinação de provisões técnicas e impostos diferidos.

A regulamentação procura ajustar o requisito de capital total, tendo em consideração a capacidade de absorção de perdas resultantes de provisões técnicas e impostos diferidos.

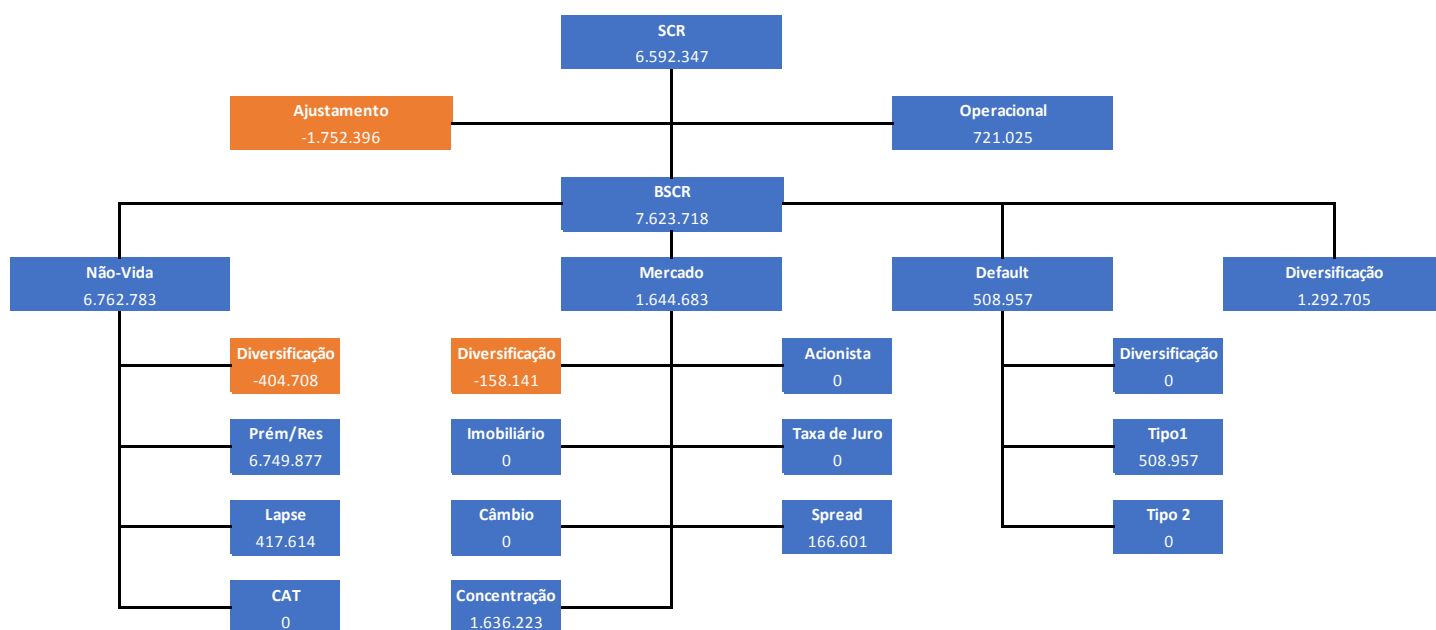
- **SCROp** é o requisito de capital referente ao risco operacional.

Este requisito está previsto no Artigo 107.º da Diretiva Solvência II, que especifica que “o requisito de capital para o risco operacional reflecte os

riscos operacionais que não estejam já reflectidos” noutros módulos do Requisito de Capital de Solvência (SCR).

O Requisito de Capital de Solvência (SCR) do risco Operacional não pode exceder 30% do Requisito de Capital de Solvência de Base (BSCR).

O Requisito de Capital de Solvência de Base (BSCR) é o Requisito de Capital de Solvência (SCR) antes de qualquer ajustamento, combinando o custo de capital para as categorias de risco detalhadas através da estrutura de agregação hierárquica seguinte:



O Requisito de Capital de Solvência (SCR) da Companhia decompõe-se conforme ilustra o quadro seguinte:

U: Euros

Requisito de Capital de Solvência (SCR)	2018	2017	Δ	Δ%
BSCR	7.623.718	7.352.673	271.045	4%
Risco Operacional	721.025	685.785	35.240	5%
ALAC	-1.752.396	-1.688.076	-64.320	4%
SCR	6.592.347	6.350.382	241.965	4%
Fundos Próprios Elegíveis/Disponíveis	9.032.879	7.882.736	1.150.143	15%
Rácio de Solvência II	137,02%	124,13%	-	-

O quadro anterior realça os seguintes aspetos:

- O Requisito de Capital de Solvência (SCR) corresponde a 6.592.347 em 2018 versus 6.350.382 em 2017, o que representa um aumento de 4%, resultante do aumento de 3% e 5%, respetivamente, no Requisito de Capital de Solvência

(SCR) dos riscos de Subscrição Não-Vida e Operacional, acompanhado de uma redução de 62% no Requisito de Capital de Solvência (SCR) do risco de Incumprimento pela Contraparte, registada paralelamente ao registo de Requisito de Capital de Solvência (SCR) relativamente ao risco de Mercado, que no ano de 2017, era correspondente a zero, conforme referido anteriormente, como resultado de alteração metodológica em função da qual passou a fazer-se a alocação a este risco de depósitos a prazo detidos pela Companhia, anteriormente considerados no risco de Incumprimento pela Contraparte).

- Os Fundos Próprios elegíveis cobrem o capital de solvência requerido, com um rácio de cobertura de 137,02% em 2018.

A decomposição do Requisito de Capital de Solvência (SCR) (após diversificação) é a seguinte:

U: Euros

Requisito de Capital de Solvência (SCR)	2018	2017	Δ	Δ%
Risco de Mercado	1.644.683	0	1.644.683	-
Risco de Incumprimento pela Contraparte	508.957	1.341.750	-832.793	-62%
Risco de Subscrição Seguros de Vida	0	0	0	-
Risco de Subscrição Seguro de Doença	0	0	0	-
Risco de Subscrição Seguros Não-Vida	6.762.783	6.589.399	173.384	3%
Diversificação	1.292.705	578.476	714.229	123%
Risco de Ativos Intangíveis	0	0	0	-
BSCR				
Requisito de Capital de Solvência Base (Basic Solvency Capital Requirement)	7.623.718	7.352.673	271.045	4%

U: Euros

Requisito de Capital de Solvência (SCR)	2018	2017	Δ	Δ%
Risco Operacional	721.025	685.785	35.240	5%
<i>Loss-Absorbing Capacity</i> de Provisões Técnicas	0	0	0	0%
<i>Loss-Absorbing Capacity</i> de Impostos Diferidos	-1.752.396	-1.688.076	-64.320	4%
Diversificação entre <i>ring fenced funds</i> e entre <i>ring fenced funds</i> e <i>remaining part</i>	0	0	0	0%
Requisito de Capital de Solvência Líquido Net Solvency Capital Requirements (SCR)	6.592.347	6.350.382	418.200	4%

O módulo de risco de Subscrição não-Vida é aquele que contribui mais significativamente para o Requisito de Capital de Solvência (SCR) da Companhia, representando, no final de 2018, 89% do Requisito de Capital de Solvência de Base (BSCR).

Os módulos de risco de Mercado e de Incumprimento pela Contraparte são, respetivamente, o segundo e quarto a contribuir para o Requisito de Capital de Solvência (SCR) total da Companhia, representando, no final de 2018, 22% e 7% do Requisito de Capital de Solvência de Base (BSCR).

Requisito de Capital Mínimo (MCR)

O Requisito de Capital Mínimo (MCR) é o capital mínimo que a Companhia deve deter permanentemente e abaixo do qual o risco de insolvência é considerado excessivo.

Conforme preceituado no Artigo 129.º da Diretiva Solvência II, o cálculo do Requisito de Capital Mínimo (MCR) é baseado numa função linear que usa as seguintes variáveis, medidas líquidas de resseguro:

- Provisões técnicas;
- Prémios subscritos;
- Capital em risco;
- Impostos diferidos;
- Despesas administrativas.

O Requisito de Capital Mínimo (MCR) é o capital mínimo que a Companhia deve deter permanentemente e abaixo do qual o risco de insolvência é considerado excessivo.

O cálculo é desenvolvido em três passos:

- Aplicação de uma fórmula linear facilmente auditável baseada nos prémios líquidos de resseguro e responsabilidades atuariais, para obtenção do Requisito de Capital Mínimo (MCR) linear;
- Reposição do Requisito de Capital Mínimo (MCR) linear de modo a colocá-lo entre 25% e 45% do Requisito de Capital de Solvência (SCR), para obtenção do Requisito de Capital Mínimo (MCR) combinado;
- Aplicação de um mínimo absoluto, para obtenção do Requisito de Capital Mínimo (MCR) final.

O cálculo do Requisito de Capital Mínimo (MCR) é definido nos Artigos 248.º e 249.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014:

$$\mathbf{MCR = \max(MCR_{combinado}; AMCR)}$$

Em que:

- **MCR_{combinado}** representa o requisito de capital mínimo combinado, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$MCR_{\text{combinado}} = \min(\max(MCR_{\text{linear}}; 0,25 \times SCR); 0,45 \times SCR)$$

em que:

- **MCR_{linear}** representa o requisito de capital mínimo linear, calculado nos termos dos artigos 249.º a 251.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014;
 - e
 - **SCR** representa o Requisito de Capital de Solvência, calculado nos termos do disposto no capítulo V ou no capítulo VI do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, sempre que tenha sido concedida a aprovação para a utilização de um modelo interno total ou parcial.
- **AMCR** representa o limite inferior absoluto a que se refere o artigo 129.º, n.º 1, alínea d), da Diretiva Solvência II e o artigo 253.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014.

O Requisito de Capital Mínimo (MCR) da Companhia é apresentado no quadro seguinte:

U:Euros

Requisito de Capital Mínimo (MCR)	2018	2017	Δ	Δ%
Fundos Próprios Elegíveis para Cobrir o MCR	8.916.099	7.478.419	1.437.680	19%
MCR	2.500.000	2.500.000	0	0%
Excedente (para o MCR)	6.416.099	4.978.419	1.437.680	29%
Rácio de Solvência (para o MCR)	356,64%	299,14%	-	-

De acordo com o quadro anterior, o nível de Fundos Próprios da Companhia cobre largamente o Requisito de Capital Mínimo (MCR).

6.2.2 Ajustamento por *Loss Absorbing Capacity* (ALAC)

O quadro seguinte ilustra a situação da Companhia em termos de solvência tendo em consideração o uso de Ajustamento por *Loss Absorbing Capacity* (ALAC).

U:Euros

Requisito de Capital de Solvência (SCR)	Solvência com ALAC	Solvência sem ALAC
Rácio de Cobertura de SCR	137,02%	108,25%
SCR	6.592.347	8.344.743

O uso de Ajustamento por *Loss Absorbing Capacity* permite à Companhia melhorar o seu rácio de solvência de 108,25% para 137,02% (+28,8%).

6.3 Utilização do Submódulo de Risco Acionista Baseado na Duração para Calcular o Requisito do Capital de Solvência

A Companhia não se encontra exposta ao risco acionista dado que não investe em ações.

6.4 Diferenças entre a Fórmula-padrão e Qualquer Modelo Interno Utilizado

A Companhia utiliza, para cálculo do requisito do capital de solvência, a fórmula-padrão.

6.5 Incumprimento do Requisito de Capital de Solvência (SCR) e Incumprimento do Requisito de Capital Mínimo (MCR)

6.5.1 Incumprimento do Requisito de Capital de Solvência (SCR)

O nível de Fundos Próprios da Companhia permite cobrir o Requisito de Capital de Solvência (SCR), com rácio de cobertura de 137,02% a 31 de dezembro de 2018.

6.5.2 Incumprimento do Requisito de Capital Mínimo (MCR)

O nível de Fundos Próprios da Companhia permite cobrir o Requisito de Capital Mínimo (MCR), com um rácio de cobertura de 356,64% a 31 de dezembro de 2018.

6.6 Eventuais Informações Adicionais Relativas à Gestão do Capital da Companhia

Não existem quaisquer informações adicionais relativas à gestão do capital da Companhia, que se considere relevante reportar.

7. ANEXOS

7.1 Informação

Quantitativa

5.05.01.02

	Ramo: Responsabilidades de seguro e de resseguro não-vida (seguro direto e resseguro proporcional acite)												Resseguro não proporcional acite				
	Seguro despesas médicas	Seguro proteção de rendimentos	Seguro acidentes de trabalho	Seguro RC automóvel	Outros seguros de veículos motorizados	Seguro marítimo, da aviação e dos transportes	Seguro incêndio e outros danos	Seguro RC geral	Seguro crédito e caução	Seguro proteção jurídica	Assistência	Perdas pecuniárias diversas	Acidentes e doença	Acidentes	Marítimo, aviação, transporte	Imobiliário	TOTAL
Prémios emitidos																	
Valor bruto - Atividade direta											2.937.645						2.937.645
Valor bruto - Resseguro proporcional acite											20.825.670						20.825.670
Valor bruto - Resseguro não proporcional acite																	
Parte dos resseguradores											1.317.633						1.317.633
Líquido											22.445.681						22.445.681
Prémios recebidos																	
Valor bruto - Atividade direta											2.828.373						2.828.373
Valor bruto - Resseguro proporcional acite											21.205.807						21.205.807
Valor bruto - Resseguro não proporcional acite																	
Parte dos resseguradores											1.025.548						1.025.548
Líquido											23.008.632						23.008.632
Sinistros ocorridos																	
Valor bruto - Atividade direta											792.899						792.899
Valor bruto - Resseguro proporcional acite											18.122.748						18.122.748
Valor bruto - Resseguro não proporcional acite																	
Parte dos resseguradores											239.058						239.058
Líquido											18.676.589						18.676.589
Alterações noutras provisões técnicas																	
Valor bruto - Atividade direta											0						0
Valor bruto - Resseguro proporcional acite											0						0
Valor bruto - Resseguro não proporcional acite																	
Parte dos resseguradores											0						0
Líquido											0						0
Despesas efetuadas											1.684.274						1.684.274
Outras despesas																	
Despesas totais																	

	Ramo: Responsabilidades de seguros de vida					Responsabilidades de resseguro de vida		TOTAL
	Seguros de acidentes e doença	Seguros com participação nos resultados	Seguros ligados a índices e unidades de participação	Outros seguros de vida	Amortizações decorrentes de contratos de seguro do ramo não-vida relacionadas	Amortizações decorrentes de contratos de seguro do ramo não-vida relacionadas	Resseguro de acidentes e doença	
Prêmios emitidos								
Valor bruto								
Parte dos resseguradores								
Líquido								
Prêmios adquiridos								
Valor bruto								
Parte dos resseguradores								
Líquido								
Sinistros ocorridos								
Valor bruto								
Parte dos resseguradores								
Líquido								
Alterações noutras provisões técnicas								
Valor bruto								
Parte dos resseguradores								
Líquido								
Despesas efetuadas								
Outras despesas								
Despesas totais								

	Portugal	5 principais países (em montante de prémios emitidos em valor bruto) — Responsabilidades do ramo não-vida (código 002 3166-1 a 3166-2 dos países)				TOTAL
Ativos emitidos						
Valor bruto - Atividade direta	2.937.645					2.937.645
Valor bruto — Resseguro proporcional aceite	20.825.670					20.825.670
Valor bruto — Resseguro não proporcional aceite						
Parte dos resseguradores	1.317.633					1.317.633
Líquido	22.445.681					22.445.681
Prémios adquiridos						
Valor bruto - Atividade direta	2.828.373					2.828.373
Valor bruto — Resseguro proporcional aceite	21.205.807					21.205.807
Valor bruto — Resseguro não proporcional aceite						
Parte dos resseguradores	1.025.548					1.025.548
Líquido	23.008.692					23.008.692
Prémios recebidos						
Valor bruto - Atividade direta	792.899					792.899
Valor bruto — Resseguro proporcional aceite	18.122.748					18.122.748
Valor bruto — Resseguro não proporcional aceite						
Parte dos resseguradores	239.058					239.058
Líquido	18.676.589					18.676.589
Aliquotas e outras provisões técnicas						
Valor bruto - Atividade direta	0					0
Valor bruto — Resseguro proporcional aceite	0					0
Valor bruto — Resseguro não proporcional aceite						
Parte dos resseguradores	0					0
Líquido	0					0
Despesas efetuadas	1.684.274					1.684.274
Outras despesas	0					0
Despesas totais	1.684.274					1.684.274

	Portugal	5 principais países (em montante de prémios emitidos em valor bruto) — Responsabilidades do ramo vida					TOTAL
		[código ISO 3166-1 alpha-2 dos países]					
Prémios emitidos							
Valor bruto							
Parte dos resseguradores							
Líquido							
Prémios adquiridos							
Valor bruto							
Parte dos resseguradores							
Líquido							
Revertes ocorridos							
Valor bruto							
Parte dos resseguradores							
Líquido							
Alterações noutras provisões técnicas							
Valor bruto							
Parte dos resseguradores							
Líquido							
Despesas efetuadas							
Outras despesas							
Despesas totais							

	Seguros com participação nos resultados	Seguros ligados a índices e unidades de participação		Outros seguros de vida		Anuidades decorrentes de contratos de seguro do ramo não-vida relacionadas com outras responsabilidades de seguro que não de acidentes e doença	Resseguro aceite	Total (Vida exceto seguros de acidentes e doença, incluindo contratos ligados a unidades de participação)	Seguro de doença (seguro direto)		Anuidades decorrentes de contratos de seguro do ramo não-vida relacionadas com responsabilidades de seguro de acidentes e doença	Seguro de doença (resseguro aceite)	TOTAL (Seguros de doença com bases técnicas semelhantes às dos seguros do ramo vida)
		Contratos sem opções nem garantias	Contratos com opções ou garantias	Contratos sem opções nem garantias	Contratos com opções ou garantias				Contratos sem opções nem garantias	Contratos com opções ou garantias			
Provisões técnicas calculadas como um todo													
Total dos Montantes recuperáveis de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte associados às provisões técnicas calculadas no seu todo													
Provisões técnicas calculadas como a soma da ME e da MR													
Melhor Estimativa													
Melhor Estimativa bruta													
Total do Montante recuperável de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte													
Melhor estimativa menos montante recuperável de contratos de resseguro/EOET e resseguro finito — total													
Margem de Risco													
Montante das medidas transitórias nas provisões técnicas													
Provisões técnicas calculadas como um todo													
Melhor estimativa													
Margem de Risco													
PROVISÕES TÉCNICAS - TOTAL													

	Seguro direto e resseguro proporcional aceite											Resseguro não proporcional aceite				RESPONSABILIDADES TOTAIS NÃO-VIDA	
	Seguro despesas médicas	Seguro proteção de rendimentos	Seguro acidentes de trabalho	Seguro RC automóvel	Outros seguros de veículos motorizados	Seguro marítimo, de avição e dos transportes	Seguro incêndio e outros danos	Seguro RC geral	Seguro crédito e caução	Seguro proteção jurídica	Assistência	Perdas pecuniárias diversas	Resseguro de acidentes e doença não proporcional	Resseguro de acidentes não proporcional	Resseguro não proporcional marítimo, de aviação e dos transportes		Resseguro de danos patrimoniais não proporcional
Provisões técnicas calculadas como um todo											0,00						0,
Total dos Montantes recuperável de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento de contraparte associados às provisões técnicas calculadas no seu todo											0,00						0,
Provisões técnicas calculadas como a soma de ME e de MR																	
Meio Estimativa																	
Provisões para prémios																	
Valor bruto											-1.044.036,22						-1.044.036,
Total do Montante recuperável de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento de contraparte											-514.234,38						-514.234,
Valor líquido da melhor estimativa das provisões para prémios											-529.801,84						-529.801,
Provisões para sinistros																	
Valor bruto											1.633.078,92						1.633.078,
Total do Montante recuperável de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento de contraparte											16.201,23						16.201,
Valor líquido da melhor estimativa das provisões para sinistros											1.616.877,69						1.616.877,
Meioh estimativa total — valor bruto											589.042,70						589.042,
Meioh estimativa total — valor líquido											1.087.075,85						1.087.075,
Margem de Risco											599.843,39						599.843,
Montante das medidas transitórias nas provisões técnicas																	
Provisões técnicas calculadas como um todo											0,00						0,
Meioh estimativa											0,00						0,
Margem de Risco											0,00						0,
PROVISÕES TÉCNICAS - TOTAL																	
Provisões técnicas - Total											1.188.886,09						1.188.886,
Montante recuperável de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento de contraparte — total											-498.033,15						-498.033,
Provisões técnicas menos montantes recuperáveis de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito de total											1.686.919,24						1.686.919,

Ano do acidente/ Ano da subscrição	Ano do acidente
---------------------------------------	--------------------

Valor bruto dos sinistros pagos (não cumulativo)

Ano em:	Ano desde:	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10+	Ano em curso	Soma dos anos (cumulativo)
Anteriormente														
N-9														
N-8														
N-7														
N-6														
N-5														
N-4														
N-3		5.194.705	490.726	24.363	8.901								8.901	5.718.775
N-2		16.676.496	1.323.564	37.378									37.378	18.037.437
N-1		17.790.761	1.329.967										1.329.967	19.123.728
N		17.283.043											17.283.043	17.283.043
TOTAL													18.059.290	60.162.984

Valor bruto não descontado de melhor estimativa das provisões para sinistros

Ano em:	Ano desde:	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10+	Final do ano (última despesa)
Anteriormente													
N-9													
N-8													
N-7													
N-6													
N-5													
N-4													
N-3		0	13.883	7.515	8.392								8.401
N-2		1.942.325	78.962	56.090									56.321
N-1		1.648.907	121.790										122.192
N		1.444.529											1.446.356
TOTAL													1.633.079

Impacto das garantias a longo prazo e medidas transitórias
 5.33.01.21

	Montante com as garantias a longo prazo e as medidas transitórias	Impacto das medidas transitórias ao nível das provisões técnicas	Impacto das medidas transitórias ao nível da taxa de juro	Impacto do ajustamento para a volatilidade definido como zero	Impacto do ajustamento de congruência definido como zero
Provisões técnicas					
Fundo próprio de base					
Fundo próprio elegível para cumprimento do requisito de Capital de Solvência					
Requisito de Capital de Solvência					
Fundo próprio elegível para cumprimento do requisito de Capital Técnico					
Requisito de capital mínimo					

Impacto das garantias a longo prazo e medidas transitórias
 5.33.01.22

	Montante com as garantias a longo prazo e as medidas transitórias	Impacto das medidas transitórias ao nível das provisões técnicas	Impacto das medidas transitórias ao nível da taxa de juro	Impacto do ajustamento para a volatilidade definido como zero	Impacto do ajustamento de congruência definido como zero
Provisões técnicas					
Fundo próprio de base					
Fundo próprio elegível para cumprimento do requisito de Capital de Solvência					
Requisito de Capital de Solvência					

5.23.01.01.01 - Fundos Próprios	TOTAL	Nível 1 — sem restrição	Nível 1 — com restrição	Nível 2	Nível 3
Fundos próprios de base antes da dedução por participações em outros entes financeiros como previsto no artigo 46.º do Regulamento (UE) nº 2015/2302					
Capital em ações ordinárias (sem dedução das ações próprias)	2.500.000	2.500.000			
Conta de prémios de emissão relacionados com o capital em ações ordinárias	0				
Fundos próprios, contribuições dos membros ou elemento dos fundos próprios de base equivalente para as mútuas e sociedades sob a forma mútua	0				
Contas subordinadas dos membros de mútuas	0				
Fundos subordinados	0				
Ações preferenciais	0				
Conta de prémios de emissão relacionados com ações preferenciais	0				
Reserva de reconciliação	4.232.879	4.232.879			
Passivos subordinados	2.300.000		2.300.000		
Montante igual ao valor líquido dos ativos por importos diferidos	0				0
Outros elementos dos fundos próprios aprovados pela autoridade de supervisão como fundos próprios de base, não especificados acima	0				
Fundos próprios das demonstrações financeiras que não devem ser considerados na reserva de reconciliação e não cumprem os critérios para serem classificados como fundos próprios nos termos da Solvência II					
Fundos próprios das demonstrações financeiras que não devem ser consideradas na reserva de reconciliação e não cumprem os critérios para serem classificados como fundos próprios nos termos da Solvência II					
Deduções					
Deduções por participações em instituições financeiras e instituições de crédito	0				
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE APÓS DEDUÇÕES	9.032.879	6.732.879	2.300.000	0	0
Fundos próprios complementares					
Capital não realizado e não mobilizado em ações ordinárias, mobilizáveis mediante pedido					
Fundos próprios não realizados e não mobilizados, contribuições dos membros ou elemento dos fundos próprios de base equivalente para as mútuas e as sociedades sob a forma mútua, mobilizáveis mediante pedido					
Ações preferenciais não realizadas e não mobilizadas, mobilizáveis mediante pedido					
Um compromisso juridicamente vinculativo de subscrição e pagamento dos passivos subordinados mediante pedido					
Cartas de crédito e garantias nos termos do artigo 96.º, n.º 2, da Diretiva 2009/138/CE					
Cartas de crédito e garantias não abrangidas pelo artigo 96.º, n.º 2, da Diretiva 2009/138/CE					
Reforços de quotização dos membros nos termos do artigo 96.º, n.º 3, primeiro parágrafo, da Diretiva 2009/138/CE					
Reforços de quotização dos membros — não abrangidos pelo artigo 96.º, n.º 3, primeiro parágrafo, da Diretiva 2009/138/CE					
Outros fundos próprios complementares					
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES					
Fundos próprios disponíveis e elegíveis					
Fundos próprios totais disponíveis para satisfazer o RCS	9.032.879	6.732.879	2.300.000	0	0
Fundos próprios totais disponíveis para satisfazer o RCM	9.032.879	6.732.879	2.300.000	0	0
Fundos próprios totais elegíveis para satisfazer o RCS	9.032.879	6.732.879	1.683.320	616.790	0
Fundos próprios totais elegíveis para satisfazer o RCM	8.916.099	6.732.879	1.683.320	500.000	0
RCS	6.393.360				
RCM	2.500.000				
Rácio de fundos próprios elegíveis para o RCS	1,34				
Rácio de fundos próprios elegíveis para o RCM	2,49				

5.23.01.01.02 - Reserva de reconciliação	TOTAL
Reserva de reconciliação	
Excedente do ativo sobre o passivo	7.732.879
Ações próprias (diretas e indiretamente)	0
Dividendos previsíveis, distribuições e encargos	1.000.000
Outros elementos dos fundos próprios de base	2.500.000
Ajustamentos para elementos dos fundos próprios com restrição em relação com cartas de ajustamento de congruência e fundos circunscritos para fins específicos	0
Reserva de reconciliação	4.232.879
Lucros esperados	
Lucros esperados incluídos nos prémios futuros (IPFP) — ramo vida	0
Lucros esperados incluídos nos prémios futuros (IPFP) — ramo não-vida	0
Total dos Lucros Esperados incluídos nos prémios futuros (IPFP)	0

5.25.01.21

	Requisito de capital de solvência bruto	Parâmetro Específico da Empresa (PEE)	Simplificações
Risco de mercado	1.644.683		
Risco de incumprimento pela contraparte	508.957		
Risco específico dos seguros de vida	0		
Risco específico dos seguros de acidentes e doença	0		
Risco específico dos seguros não-vida	6.762.788		
Diversificação	-1.292.705		
Risco de ativos intangíveis	0		
Requisito de Capital de Solvência de Base	7.623.713		

Cálculo do Requisito de Capital de Solvência

Risco operacional	721.025
Capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas	0
Capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos	-1.752.396
Requisito de capital para atividades exercidas nos termos do artigo 4.3 da Diretiva 2009/44/CE	0
Requisito de capital de solvência excluindo acréscimos de capital	6.592.347
Acréscimos de capital já decididos	0
REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA	6.592.347
Outras informações sobre o RCS	
Requisito de capital para o submódulo de risco acionista baseado na duração	0
Montante total do Requisito de Capital de Solvência Nacional para a parte remanescente	0
Montante total do Requisito de Capital de Solvência Nacional para os fundos circunscritos para fins específicos	0
Montante total do Requisito de Capital de Solvência Nacional para as carteiras de ajustamento de congruência	0
Efeitos de diversificação devidos à agregação RCSI dos PCFE para efeitos do artigo 304.2	0

S.28.01.01

Requisito de capital mínimo — Apenas atividades de seguro e de resseguro dos ramos vida e não-vida

Componente da fórmula Iltwer relativa às responsabilidades de seguro e de resseguro não-vida

S.28.01.01.01

Resultado de RCM ₀₁	2.110.079	
S.28.01.01.02	Valor líquido (de contratos de resseguro (RCR)) de melhor avaliação a PT calculadas sobre um todo	Valor líquido (de contratos de resseguro) das perdas avaliadas por (Método S.2.2.2.2)
Seguros de despesas médicas e resseguro proporcional		
Seguros de proteção de rendimentos e resseguro proporcional		
Seguros de acidentes de trabalho e resseguro proporcional		
Seguros e resseguro proporcional de automóvel — responsabilidade civil		
Seguros e resseguro proporcional de automóvel — danos danos		
Seguros marítimos, de aviação e dos transportes e resseguro proporcional		
Seguros e resseguro proporcional de incêndio e outros danos patrimoniais		
Seguros e resseguro proporcional de responsabilidade civil geral		
Seguros e resseguro proporcional de robos e furto		
Seguros e resseguro proporcional de proteção jurídica		
Património e resseguro proporcional	1.987.076	22.445.681
Seguros e resseguro proporcional de perdas financeiras diversas		
Resseguros de acidentes e doença não proporcional		
Resseguros de acidentes não proporcional		
Resseguros não proporcional marítimos, de aviação e dos transportes		
Resseguros de danos patrimoniais não proporcional		

Componente da fórmula Iltwer relativa às responsabilidades de seguro e de resseguro de vida

S.28.01.01.03

Resultado de RCM ₀₃		
S.28.01.01.04	Valor líquido (de contratos de resseguro (RCR)) de melhor avaliação a PT calculadas sobre um todo	Valor líquido (de contratos de resseguro (RCR)) do capital em risco total
Responsabilidades com participação nos lucros — benefícios gerados		
Responsabilidades com participação nos lucros — benefícios distribuídos futuros		
Responsabilidades de seguros ligados a factos e a probabilidades de participação		
Outras responsabilidades de [reseguro dos ramos vida e não-vida] e doença		
Total do capital em risco para todas as responsabilidades de [reseguro dos ramos vida]		

Cálculo do RCM global
S.28.01.01.05

RCM Iltwer	2.110.079
RCS	6.592.347
Limite superior do RCM	2.966.266
Limite inferior do RCM	1.648.087
RCM combinado	2.110.079
Limite inferior absoluto do RCM	2.500.000
REQUISITO DE CAPITAL MÍNIMO (RCM)	2.500.000

5.28.02.01
Requisito de capital mínimo – Atividades de seguro e de resseguro dos ramos vida e não-vida.
5.28.02.01.01

	Ramo Não Vida	Ramo Vida
	Resultado de $RCM_{(N,V)}$	Resultado de $RCM_{(V,V)}$
Componente da fórmula linear relativa às responsabilidades de seguro e de resseguro não-vida		

5.28.02.01.02

	Ramo Não Vida		Ramo Vida	
	Valor líquido (de contratos de resseguro/SOET) de melhor estimativa e PT calculadas como um todo	Valor líquido (de contratos de resseguro) dos prémios emitidos nos últimos 12 meses	Valor líquido (de contratos de resseguro/SOET) de melhor estimativa e PT calculadas como um todo	Valor líquido (de contratos de resseguro) dos prémios emitidos nos últimos 12 meses
Seguro de despesas médicas e resseguro proporcional				
Seguro de proteção de rendimentos e resseguro proporcional				
Seguro de acidentes de trabalho e resseguro proporcional				
Seguro e resseguro proporcional de automóvel – responsabilidade civil				
Seguro e resseguro proporcional de automóvel – outros ramos				
Seguro marítimo, de aviação e dos transportes e resseguro proporcional				
Seguro e resseguro proporcional de incêndio e outros danos patrimoniais				
Seguro e resseguro proporcional de responsabilidade civil geral				
Seguro e resseguro proporcional de crédito e caução				
Seguro e resseguro proporcional de proteção jurídica				
Acidentes e resseguro proporcional				
Seguro e resseguro proporcional de perdas financeiras diversas				
Resseguro de acidentes e doença não proporcional				
Resseguro de acidentes não proporcional				
Resseguro não proporcional marítimo, de aviação e dos transportes				
Resseguro de danos patrimoniais não proporcional				

5.28.02.01.03

	Ramo Não Vida	Ramo Vida
	Resultado de $RCM_{(N,V)}$	Resultado de $RCM_{(V,V)}$
Componente da fórmula linear relativa às responsabilidades de seguro e de resseguro de vida		

5.28.02.01.04

	Ramo Não Vida		Ramo Vida	
	Valor líquido (de contratos de resseguro/SOET) de melhor estimativa e PT calculadas como um todo	Valor líquido (de contratos de resseguro/SOET) do capital em risco total	Valor líquido (de contratos de resseguro/SOET) de melhor estimativa e PT calculadas como um todo	Valor líquido (de contratos de resseguro/SOET) do capital em risco total
Responsabilidades com participação nos lucros – benefícios gerados				
Responsabilidades com participação nos lucros – benefícios discriminatórios futuros				
Responsabilidades de seguros ligados a índices e a unidades de participação				
Outras responsabilidades de (re)seguro dos ramos vida e acidentes e doença				
Total do capital em risco para todas as responsabilidades de (re)seguro do ramo vida				

Cálculo do RCM global

S.28.02.01.05

RCM linear	
BCS	
Limite superior do RCM	
Limite inferior do RCM	
RCM combinado	
Limite inferior absoluto do RCM	
REQUISITO DE CAPITAL MÍNIMO (RCM)	

Cálculo do RCM nacional dos ramos vida e não-vida

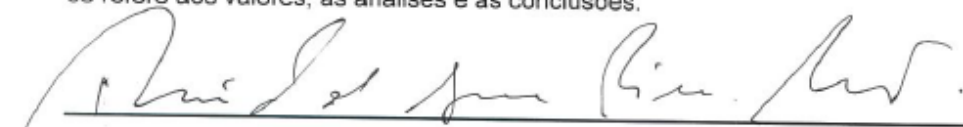
S.28.02.01.06

	Ramo Não Vida	Ramo Vida
RCM linear nacional		
RCM nacional excluído os acréscimos de capital (previamente ou cálculo mais recente)		
Limite superior do RCM nacional		
Limite inferior do RCM nacional		
RCM combinado nacional		
Limite inferior absoluto do RCM nacional		
RCM nacional		

7.2 Declaração de Aprovação do Relatório Periódico de Supervisão e do Relatório Sobre a Solvência e a Situação Financeira

DECLARAÇÃO

Dr. David de Jesus Pires de Moita, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, Dr. Eduardo Armando Jorge de Palhares Vieira, Vogal, e Dr. Rogério Paulo Carretero Bicho, igualmente Vogal, declaram para os devidos efeitos que, no dia 4 de Abril de 2019, em sede de Conselho de Administração do qual resultou a Acta Número Cinquenta e Dois, cuja cópia se junta em anexo, aprovaram os relatórios denominados "Solvency and Financial Condition Report" e "Regular Supervisory Report", quer quanto à estrutura, como no que se refere aos valores, às análises e às conclusões.



Dr. David de Jesus Pires de Moita
Presidente do Conselho de Administração



Dr. Eduardo Armando Jorge de Palhares Vieira
Vogal



Dr. Rogério Paulo Carretero Bicho
Vogal

Lisboa, 4 de Abril de 2019

7.3 Ata de Aprovação do Relatório Periódico de Supervisão e do Relatório Sobre a Solvência e a Situação Financeira

REDE NACIONAL DE ASSISTÊNCIA
Av. Eng. Duarte Pacheco, Torre 1, Piso 12, Sala 1 1070-101 Lisboa
NIF: 509113010 CAE: 96093 Matrícula: 509113010 de 17-09-2009

ATAS

Folha 38
Nº do livro 3

ACTA DE CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO CINQUENTA E DOIS (1/2)

--- No dia 4 de Abril de 2019, reuniu pelas 11h00m, na sua sede social sita na Avenida Eng.º Duarte Pacheco, Torre 1, 12º andar, sala 1, 1070 – 101 Lisboa, o Conselho de Administração da sociedade RNA Seguros de Assistência, S.A., pessoa colectiva número 513 259 120, que corresponde também ao seu número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o capital social de EUR 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil euros), para analisar, discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Aprovação dos Relatórios "**Solvency and Financial Condition Report**" e do Relatório "**Regular Supervisory Report**".

--- Aberta a sessão verificou-se estarem presentes os três Administradores que compõem o Conselho de Administração da sociedade, e que se constitui, pelo seu Presidente, Dr. David de Jesus Pires de Moita, o seu Vogal, Dr. Eduardo Armando Jorge de Palhares Vieira, e o Dr. Rogério Paulo Carretero Bicho, igualmente como Vogal.

--- Para se entrar na discussão do Ponto Único da ordem de trabalhos, os Administradores analisaram os relatórios acima referidos, os quais derivam de uma exigência decorrente do regime Solvência II.

--- À semelhança do ano transacto, foi esclarecido pela Dra. Patrícia Fraústo, na sua qualidade de Directora Jurídica e de Compliance, que o Relatório denominado Solvency and Financial Condition Report" consiste num relatório de entrega anual, que deve conter toda a informação necessária para a divulgação pública, analisando de forma qualitativa, bem como quantitativa.

--- Este relatório é quantitativo, qualitativo e comparativo, e, após aprovação do Conselho de Administração, necessita ainda de ser aprovado pelo auditor externo e pelo atuário. Caracteriza-se ainda por ser um relatório de divulgação pública, tendo que constar do website de cada entidade.

REDE NACIONAL DE ASSISTÊNCIA
Av. Eng. Duarte Pacheco, Torre 1, Piso 12, Sala 1 1070-101 Lisboa
NIF: 509113010 CAE: 96093 Matrícula: 509113010 de 17-09-2009

ATAS

Folha

39

Nº do livro

3

ACTA DE CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO CINQUENTA E DOIS (2/2)

- Em termos de estrutura, o relatório está dividido em cinco capítulos subordinado aos seguintes temas: Actividades e Desempenho; Sistema de Governação; Perfil de Risco; Avaliação para efeitos de Solvência e Gestão do Capital.
- No que respeita ao "Regularity Supervisory Report", este caracteriza-se por ser de periodicidade trianual, sendo também qualitativo, quantitativo e comparativo. Contudo, será igualmente enviado este ano, uma vez que existem algumas alterações na estrutura do mesmo, de modo a complementar a informação disponibilizada.
- Após análise referidos relatórios por parte dos membros do Conselho de Administração, os mesmos decidiram por unanimidade aprovar os referidos relatórios, ficando assim cumprido o requisito obrigatório de aprovação por parte do Conselho de Administração prévia à entrega dos mesmos
- Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas 12.00 horas e da mesma foi lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada por todos os presentes.



RNA SEGUROS

RELATÓRIO DE

CERTIFICAÇÃO SOBRE A SOLVÊNCIA E A SITUAÇÃO FINANCEIRA E DA
INFORMAÇÃO A PRESTAR À ASF PARA EFEITOS DE SUPERVISÃO

SITUAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO 2018

Lisboa, 17 de abril de 2019

Índice

1. Introdução.....	3
2. Âmbito.....	6
3. Responsabilidades	8
4. Opinião.....	9

1. Introdução

A elaboração deste relatório foi feita na qualidade de Atuário-Responsável certificado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e tendo em vista fornecer uma opinião independente sobre a solvência e a situação financeira da companhia RNA Seguros, S.A. a 31 de dezembro de 2018.

Nos quadros seguintes resumimos os principais resultados da certificação efectuada:

Provisões Técnicas

Vida

Melhor Estimativa	0
Margem de Risco	0
Total	0

Não Vida

Melhor Estimativa	589.043
Margem de Risco	599.843
Total	1.188.886

Saúde STV

Melhor Estimativa	0
Margem de Risco	0
Total	0

Saúde NSTV

Melhor Estimativa	0
Margem de Risco	0
Total	0

Total Provisões Técnicas	1.188.886
---------------------------------	------------------

U: Euros

Montantes Recuperáveis

Vida	0
Não Vida	-498.033
Saúde STV	0
Saúde NSTV	0
Total Montantes Recuperáveis	-498.033

U: Euros

Benefícios Discricionários Futuros

Benefícios Discricionários Futuros	0
---	---

U: Euros

Riscos Específicos de Seguros

	Requisito de Capital Líquido	Requisito de Capital Bruto
Riscos Específicos de Seguros de Vida	0	0
Riscos Específicos de Seguros Não Vida	6.762.783	6.762.783
Riscos Específicos de Seguros de Acidentes e Doença	0	0

Ajustamento de Perdas das Provisões Técnicas	0
--	---

U: Euros

Usando a informação da empresa concluímos ainda:

Requisitos de Capital e Fundos Próprios

Requisito de Capital para a Solvência (RCS)	6.592.347
Requisito de Capital Mínimo para a Solvência (RCM)	2.500.000

Rácio de fundos próprios elegíveis para o RCS	137%
Rácio de fundos próprios elegíveis para o RCM	357%

Fundos próprios totais disponíveis para satisfazer o RCS	9.032.879
Fundos próprios totais disponíveis para satisfazer o RCM	9.032.879

Fundos próprios totais elegíveis para satisfazer o RCS	9.032.879
Fundos próprios totais elegíveis para satisfazer o RCM	8.916.099

U: Euros

2. Âmbito

O presente relatório apresenta-se como a certificação do relatório sobre a solvência e a situação financeira e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, prevista na Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, um elemento fulcral para o reforço da qualidade e da transparência do reporte e divulgação da informação, um dos pilares do regime Solvência II.

Este relatório encontra-se elaborado em consonância com a estrutura apresentada no Anexo II da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março.

É função do atuário responsável certificar a adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis do cálculo das provisões técnicas, dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro e de entidades com objeto específico de titularização de riscos de seguro e das componentes do requisito de capital relacionadas com esses itens.

Os elementos a certificar pelo atuário responsável são definidos em norma regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), a qual também deve fixar o conteúdo, os termos, a periodicidade, os princípios e os moldes de apresentação do relatório de certificação, bem como os termos e meios de reporte e publicação, conforme habilitação regulamentar conferida pelos n.ºs 1 e 3 e alíneas a) a c) do n.º 11 do citado artigo 77.º.

A certificação abrange a verificação da adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis do cálculo dos seguintes elementos:

- a) Das provisões técnicas, incluindo a aplicação do ajustamento de volatilidade, de ajustamentos de congruência e dos regimes transitórios previstos nos artigos 24.º e 25.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro;
- b) Dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro e de entidades com objeto específico de titularização de riscos de seguros;
- c) Dos módulos de risco específico de seguros de vida, de risco específico de seguros não vida, de risco específico de seguros de acidentes e doença e do ajustamento para

a capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas do requisito de capital de solvência, divulgados no relatório sobre a solvência e a situação financeira.

Procurámos que a informação que consta neste relatório seja suficiente para que se possam reconhecer as metodologias empregues e os pressupostos assumidos e compreender as razões que fundamentam a opinião do Atuário-Responsável sobre a adequação do cálculo dos elementos sujeitos a certificação e sobre o grau de incerteza subjacente.

Este relatório só pode ser analisado no seu conjunto e no contexto e propósito com que foi elaborado, não podendo as suas conclusões ser utilizadas com outros objetivos e/ou em qualquer outro âmbito.

Convém ter presente que os resultados da aplicação de métodos estatísticos têm sempre um grau de incerteza implícito fruto de fatores aleatórios, mudanças estruturais ainda não refletidas no sistema de informação da Companhia e porventura no mercado, bem como de alterações legais, judiciais e políticas que possam ter reflexo nos modelos aplicados.

3. Responsabilidades

O presente encontra-se elaborado em conformidade com o disposto na Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março.

É responsabilidade do órgão de administração da entidade a aprovação do relatório sobre a solvência e a situação financeira.

É responsabilidade do atuário responsável a emissão de uma opinião de índole atuarial, independente, sobre os elementos referidos no número anterior.

4. Opinião

Consideram-se adequados, de acordo com as disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis, os cálculos das provisões técnicas, os cálculos dos riscos específicos de seguros e das componentes do requisito de capital de solvência relacionadas com esses itens.

Lisboa, 17 de abril de 2019

Actuarial - Consultadoria Lda.



Luís Portugal
Sócio-Director

**Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o
relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos
termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma
Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de
Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões**

Ao

Conselho de Administração da

RNA – Seguros de Assistência, SA

Av.ª Eng. Duarte Pacheco, Torre 1 -12.º Piso, Sala 1

1070-101 LISBOA

INTRODUÇÃO

Nos termos da alínea a) do n. 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de Março (“Norma Regulamentar”), da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”), analisámos o Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira (“Relatório”), previsto na alínea a) do artigo 26.º da Norma Regulamentar n.º 8/2016-R, de 16 de agosto, incluindo a informação quantitativa a divulgar em conjunto com esse Relatório (“Informação quantitativa”), conforme estabelecida nos artigos 4.º e 5.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2452, da Comissão, de 2 de dezembro de 2015 da RNA – Seguros de Assistência, SA, com referência a 31 de dezembro de 2018.

O nosso relatório compreende o relato das seguintes matérias:

- A. Relato sobre os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira e a avaliação do balanço para efeitos de solvência, a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios;
- B. Relato sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação; e
- C. Relato sobre a restante informação divulgada no Relatório sobre a solvência e a situação financeira e na Informação quantitativa conjuntamente divulgada.

A. RELATO SOBRE OS AJUSTAMENTOS ENTRE A DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E A AVALIAÇÃO DO BALANÇO PARA EFEITOS DE SOLVÊNCIA, A CLASSIFICAÇÃO, DISPONIBILIDADE E ELEGIBILIDADE DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia o cálculo dos ajustamentos entre a respetiva demonstração da posição financeira estatutária e a avaliação do balanço para efeitos de solvência e a classificação e avaliação da disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios.

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia razoável de fiabilidade, sobre se os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a avaliação do balanço para efeitos de solvência, a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios, estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

De acordo com o n.º 2 do artigo 3.º da Norma Regulamentar, não é da nossa responsabilidade a verificação da adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis do cálculo [(i)] dos elementos incluídos no âmbito da certificação pelo atuário responsável da Companhia, definido no artigo 7.º da mesma Norma Regulamentar [, e (ii) dos elementos do requisito do capital de solvência calculados com base no modelo interno, total, aprovado, incluídos no âmbito da certificação pelo atuário responsável, nos termos do artigo 10.º da mesma Norma Regulamentar.

Conforme disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Norma Regulamentar, no regime transitório estabelecido para o exercício de 2016 o relato quanto ao cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo foi substituído por um relatório de conclusões factuais para a ASF sobre os procedimentos previstos no anexo III da Norma Regulamentar.

Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica", e outras orientações técnicas e normas éticas aplicáveis da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas ("OROC") e consistiu da obtenção de prova suficiente e apropriada que permita,

com segurança razoável, concluir que os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios, estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, os seguintes:

- (i) a reconciliação da informação base utilizada para o cálculo dos ajustamentos com os sistemas de informação da Companhia e a respetiva demonstração da posição financeira estatutária em 31 de dezembro de 2018 objeto de revisão legal de contas, e sobre a qual foi emitida Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases, datada de 28 de Fevereiro de 2019;
- (ii) a revisão de acontecimentos subsequentes ocorridos entre a data da Certificação Legal das Contas e a data deste relatório;
- (iii) o entendimento dos critérios adotados; e
- (iv) o recálculo dos ajustamentos efectuados pela Companhia, excepto os referidos no parágrafo seguinte que estão excluídos do âmbito desta certificação.

O trabalho realizado não compreendeu a certificação dos ajustamentos efetuados a nível das provisões técnicas e dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro, os quais, conforme definido no artigo 7.º da Norma Regulamentar, foram objeto de certificação pelo atuário responsável da Companhia. Relativamente aos ajustamentos efetuados ao nível de impostos diferidos decorrentes dos ajustamentos acima referidos, o trabalho realizado apenas compreendeu a verificação do impacto em impostos diferidos, tomando por base os referidos ajustamentos efetuados pela Companhia.

A seleção dos procedimentos efetuados dependem do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, quer resultantes de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco consideramos o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, a fim de planear e executar os procedimentos apropriados nas circunstâncias.

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC 1) e, como tal, mantemos um sistema de controlo de qualidade incluindo políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento com requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

Joaquim Gonçalves & Associada
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e incluídos na secção precedente “Âmbito do trabalho”, que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança razoável, concluímos que os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, e a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

B. RELATO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO E EFETIVA APLICAÇÃO DO SISTEMA DE GOVERNAÇÃO

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia:

- A preparação do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, nos termos exigidos pela Norma Regulamentar n.º 8/2016-R, de 16 de agosto, da ASF; e
- A definição, aprovação, revisão periódica e documentação das principais políticas, estratégias e processos que definem e regulamentam o modo como a Companhia é dirigida, administrada e controlada, incluindo os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno (“Sistema de governação”), as quais devem ser descritas no capítulo B do Relatório, tendo em conta o previsto no artigo 294.º do Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014 (Regulamento).

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia limitada de fiabilidade sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação.

Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica", e outras orientações técnicas e normas éticas aplicáveis da OROC e consistiu da obtenção de prova

Joaquim Gonçalves & Associada

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

suficiente e apropriada que permita concluir, com segurança moderada, sobre se o conteúdo do capítulo “Sistema de governação” do relatório sobre a solvência e a situação financeira, reflete, em todos os aspetos materialmente relevantes, a descrição da implementação e efetiva aplicação do Sistema de governação da Companhia em 31 de dezembro de 2018.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, os seguintes:

- (i) A apreciação da informação contida no Relatório sobre o Sistema de governação da Companhia quanto, aos seguintes principais aspetos: informações gerais; requisitos de qualificação e de idoneidade; sistema de gestão de riscos com inclusão da auto-avaliação do risco e da solvência; sistema de controlo interno; função de auditoria interna; função atuarial; subcontratação e eventuais informações adicionais;
- (ii) A Leitura e apreciação da documentação que sustenta as principais políticas, estratégias e processos descritos no Relatório, que regulamentam o modo como a Companhia é dirigida, administrada e controlada e obtenção de prova corroborativa sobre a sua implementação;
- (iii) A discussão das conclusões com os responsáveis da Companhia.

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC 1) e, assim, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e descritos na secção precedente “Âmbito do trabalho”, que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, à data a que se refere o relatório sobre a solvência e a situação financeira (31 de Dezembro de 2018), o conteúdo do capítulo “Sistema de governação”, não reflete, em todos os aspetos materiais, a descrição da implementação e efetiva aplicação do Sistema de governação da Companhia.

C. RELATO SOBRE A RESTANTE INFORMAÇÃO DIVULGADA NO RELATÓRIO SOBRE A SOLVÊNCIA E A SITUAÇÃO FINANCEIRA E NA INFORMAÇÃO QUANTITATIVA CONJUNTAMENTE DIVULGADA

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia preparação do Relatório sobre a Solvência e a Situação financeira e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, nos termos exigidos pela Norma Regulamentar n.º 8/2016-R, de 16 de agosto, da ASF., incluindo a informação quantitativa a divulgar em conjunto com esse Relatório, conforme estabelecida nos artigos 4.º e 5.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2452, da Comissão, de 2 de dezembro de 2015.

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea c) do n. 1.º do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia limitada de fiabilidade sobre se a restante informação divulgada no Relatório e na Informação Quantitativa conjuntamente divulgada, é concordante com a informação que foi objeto do nosso trabalho e com o conhecimento que obtivemos durante a realização do mesmo.

Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica", e outras orientações técnicas e normas éticas aplicáveis da OROC e consistiu da obtenção de prova suficiente e apropriada que permita concluir, com segurança moderada, sobre se a restante informação divulgada no relatório sobre a solvência e a situação financeira é concordante com a informação objeto do trabalho do revisor oficial de contas e com o conhecimento obtido durante o processo de certificação.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, a leitura integral do referido relatório e a avaliação da concordância conforme acima referida.

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 e, como tal, mantemos um sistema de controlo de qualidade incluindo políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento com requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e descritos na secção precedente “Âmbito do trabalho” que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação divulgada no relatório sobre a solvência e a situação financeira não é concordante com a informação que foi objeto do nosso trabalho e com o conhecimento que obtivemos durante a realização do mesmo.

D. OUTRAS MATÉRIAS

Tendo em conta a normal dinâmica de qualquer sistema de controlo interno, as conclusões apresentadas relativamente ao sistema de governação da Companhia não deverão ser utilizadas para efetuar qualquer projeção para períodos futuros, na medida em que poderão existir alterações nos processos e controlos analisados e no seu grau de eficácia. Por outro lado, dadas as limitações inerentes ao sistema de controlo interno, irregularidades, fraudes ou erros podem ocorrer sem serem detetados.

Portela, 17 de Abril de 2019

**“Joaquim Gonçalves & Associada, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.”,
(representada por Joaquim de Jesus Gonçalves, ROC n.º 826, com domicílio
profissional na mesma morada)**